

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VICTOR HUGO BRANDÃO MEIRELES

HETERONORMATIVIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES
NAS SUBJETIVIDADES DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS CIS-GAYS
SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE

CURITIBA

2020

VICTOR HUGO BRANDÃO MEIRELES

HETERONORMATIVIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES
NAS SUBJETIVIDADES DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS CIS-GAYS
SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Norma da Luz Ferrarini

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Meireles, Victor Hugo Brandão

Heteronormatividade e suas implicações nas subjetividades de jovens universitários cis-gays sob a perspectiva da teoria da subjetividade. / Victor Hugo Brandão Meireles. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Norma da Luz Ferrarini

1. Estudantes universitários. 2. Identidade (Psicologia). 3. Homossexuais. 4. Discriminação de sexo. 5. Estigmatização. 6. Subjetividade. I. Zandona, Norma da Luz Ferrarini. II. Título.

CDD – 155.33



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PSICOLOGIA -
40001016067P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **VICTOR HUGO BRANDÃO MEIRELES** intitulada: **HETERONORMATIVIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NAS SUBJETIVIDADES DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS CIS-GAYS SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE**, sob orientação da Profa. Dra. NORMA DA LUZ FERRARINI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 06 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 09:54:05.0

NORMA DA LUZ FERRARINI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 16:28:06.0

GRAZIELLE TAGLIAMENTO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 16:45:17.0

MARIA SARA DE LIMA DIAS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

*A TODAS E TODOS QUE LUTAM DIARIAMENTE PELO
DIREITO À VIDA DE PESSOAS LGBTI.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Primeiramente, saliento que este agradecimento por inteiro é importante, pois expressa cada momento que significou e ainda significa a importância que foi esta pesquisa na minha constituição enquanto pesquisador, gay e para sociedade.

Início meus agradecimentos a todos e todas ativistas e militantes dos movimentos sociais LGBTIs que deram a vida pela causa e a luta contra qualquer tipo de violação de direitos humanos, sociais, civis e políticos. Violações as quais existem por simplesmente sermos quem nós somos.

Agradeço as bolsas de estudos nas pós-graduações que permitem o financiamento de pesquisas como esta, o avanço do conhecimento científico e a possibilidade de desenvolver um pensamento crítico e reflexivo sobre as indagações da vida. E a universidade pública.

Agradeço imensamente à minha família, especialmente à Lucinéia, como mãe, mulher e trabalhadora que me ensinou a ser forte e nunca desistir dos meus sonhos. Ao meu pai Valdenilson, trabalhador desde os seus sete anos de idade que me incentiva a sempre persistir e sempre aprender com meus erros. Ao meu irmão Gustavo, que também é homossexual e infelizmente já vivenciou diversas situações de discriminação e estigmatização ao longo de sua vida, mas que hoje se demonstra extremamente forte por ser quem ele é. E a minha irmã Nayara, que continue sempre contando comigo para que sempre enfrentemos o mundo juntos(as).

Agradeço a cada amiga e amigo que esteve presente nessa etapa da minha vida, que me acolheu em momentos de tensão e angústia e em momentos de alegria e felicidade. Em especial, à Barbara Coelho, Tamirys de Castilhos, Giovanna Dietrich, Marcela Galvão, Pedro Fiorini, Sabrina Zacarias, Leticia Graton, Carol Previatto, Clarice Palace, Giulia Savoi, Jean Gemeli, Jordy Guimarães, Taila Winther, Larissa Bueno, Fabiana Brizola, João Soares, Larizza Borgui, Marina Lima e Julia Romano. Aos meus antigos colegas de apartamento Matheus Rocha e Marco Andrade que estiveram presente nos momentos de crise, mas que ajudaram bastante e me acolheram. E ao Ricardo Morandin que na época me apoiou na decisão de tentar um mestrado em outra cidade e ter acreditado em mim.

Aos participantes voluntários desta pesquisa, que foram ativos em diálogo e se dedicaram na construção de uma pesquisa que possibilitou a denúncia de todo um sistema que produz adoecimento e sofrimento às pessoas gays. Essa pesquisa é de vocês.

Agradeço as professoras da banca de defesa, Dr^o Grazielle Tagliamento, que é uma referência para mim nos estudos de gênero e sexualidade aqui em Curitiba e a Prof^a Dr^a Maria Sara Dias. Ao professor Dr^o João Oliveira que contribuiu para esta pesquisa na banca de qualificação. A suplente Dr^a Francine Rocha, que para além das formalidades, é uma pessoa maravilhosa e que me ajudou muito no meu processo de constituição enquanto pesquisador, assim como uma amiga muito querida.

Agradeço imensamente a minha orientadora e professora Dr^a Norma da Luz Ferrarini, do fundo do meu coração. Você é uma referência para mim. É uma das pessoas mais maravilhosas que já conheci na vida. Obrigado por ter sido minha orientadora e ter se dedicado a me ensinar. Obrigado por topa ter assumido essa pesquisa comigo, ela tem total autoria sua também. Obrigado por ter me acolhido e ter se preocupado nos meus momentos de crise. Obrigado por essa parceria e que eu espero que seja a primeira de muitas. Conte comigo sempre.

Aos estudantes de Psicologia que atuaram como assistentes nesta pesquisa, Giulia Bieller e Leonardo Nunes. Foram extremamente dedicados e estiveram a todo momento dispostos a aprender. Eu também aprendi muito com vocês.

Agradeço a minha parceira e amiga do mestrado Pollyana Teixeira, pela parceria e ajuda. Aos colegas de linha de pesquisa “*Educação, Trabalho e Produção de Subjetividade*”, em especial Matheus Vosgerau pelos diálogos e pela ajuda em momentos de crise.

Agradeço a Ms. Fernanda Bonato que foi a primeira pessoa que me acolheu no mestrado e se dispôs a me ajudar em qualquer momento que precisasse. Obrigado pelos almoços e pela parceria.

As pessoas maravilhosas do Núcleo de Gêneros e Sexualidade (DIVERGES) da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia que me acolheram e me ajudaram a construir um conhecimento essencial da prática na Psicologia.

Agradeço a todos e todas pesquisadores(as) dos estudos de gênero, sexualidade, da diversidade sexual e demais temáticas que se dedicam diariamente em

pesquisas que possam denunciar e avançar na eliminação de preconceitos, discriminações e estigmatizações que estão enraizados na sociedade.

Juntos(as) por uma Psicologia compromissada com a realidade brasileira.
Juntos(as) somos resistência. Viva a universidade pública!

“Homossexualidade é um pecado. Homossexuais estão condenados a passar a eternidade no inferno. Se quisessem mudar, poderiam ser curados de seus hábitos malignos. Se desviassem da tentação, poderiam ser normais de novo. Se eles ao menos tentassem e tentassem de novo em caso de falha.

Isso foi o que eu disse ao meu filho, Bobby, quando descobri que ele era gay.

Quando ele me disse que era homossexual, meu mundo caiu. Eu fiz tudo que pude para curá-lo de sua doença. Há oito meses, meu filho pulou de uma ponte e se matou. Eu me arrependo amargamente de minha falta de conhecimento sobre gays e lésbicas. Percebo que tudo o que me ensinaram e disseram era odioso e desumano. Se eu tivesse investigado além do que me disseram, se eu tivesse simplesmente ouvido meu filho quando ele abriu o coração para mim...eu não estaria aqui hoje, com vocês, plenamente arrependida.

Eu acredito que Deus foi presenteado com o espírito gentil e amável do Bobby. Perante Deus, gentileza e amor é tudo. Eu não sabia que, cada vez que eu repetia condenação eterna aos gays... cada vez que eu me referia ao Bobby como doente e pervertido e perigoso às nossas crianças... sua auto-estima e seu valor próprio estavam sendo destruídos. E finalmente seu espírito se quebrou além de qualquer conserto. Não era desejo de Deus que o Bobby debruçasse sobre o corrimão de um viaduto e pulasse diretamente no caminho de um caminhão de dezoito rodas que o matou instantaneamente.

A morte do Bobby foi resultado direto da ignorância e do medo de seus pais quanto à palavra ‘gay’.

Ele queria ser escritor. Suas esperanças e seus sonhos não deveriam ser tomados dele, mas se foram. Há crianças como Bobby presentes nas suas reuniões. Sem que vocês saibam, elas estarão ouvindo enquanto vocês ecoam ‘amém’. E isso logo silenciará as preces delas. Suas preces para Deus por entendimento e aceitação e pelo amor de vocês. Mas o seu ódio e medo e ignorância da palavra ‘gay’ silenciarão essas preces. Então... Antes de ecoar ‘Amém’ na sua casa e no lugar de adoração, pensem. Pensem e lembrem-se. Uma criança está ouvindo.” - Mary Griffith

RESUMO

Os processos de estigmatização e discriminação são construídos histórica e culturalmente e são exercidos a partir das relações sociais de poder que operam pelo modo de produção capitalista e legitimam o fenômeno da heteronormatividade. Esse fenômeno emerge como sentidos subjetivos configurados em uma lógica baseada em práticas que determinam uma única forma de vivenciar a sexualidade. A produção capitalista desenvolve suas formas de opressões pela heteronormatividade e estrutura toda uma dimensão objetiva e subjetiva de desigualdades sociais. A presente pesquisa baseou-se na Epistemologia Qualitativa, Teoria da Subjetividade e Método Construtivo-Interpretativo propostos por Fernando González Rey, que tem como base a Psicologia Cultural-Histórica e o materialismo histórico e dialético. Teve como objetivo analisar as implicações da heteronormatividade, através dos processos de estigmatização e discriminação, nas subjetividades de jovens universitários gays cisgêneros. Os objetivos específicos foram: identificar práticas e expressões da heteronormatividade produzidas pela discriminação e estigmatização a estudantes gays cisgêneros nos espaços sociais onde estão inseridos; Analisar os sentidos subjetivos produzidos no espaço conversacional sobre experiências de discriminação e estigmatização vivenciadas por esses estudantes; Analisar expressões da heteronormatividade presentes na subjetividade social a partir dos sentidos subjetivos produzidos pelos estudantes gays cisgêneros; e produzir novas zonas de inteligibilidade sobre as temáticas da identidade gay, da heteronormatividade e da discriminação e estigmatização contra a diversidade sexual e de gênero na perspectiva da Teoria da Subjetividade de abordagem Cultural-Histórica. A pesquisa demonstrou, a partir do processo de construção e interpretação das informações, que pela Teoria da Subjetividade foram produzidas zonas de inteligibilidade sobre as temáticas da heteronormatividade, de estigmatização e discriminação, sobre o processo de “sair do armário” e identidade gay. Foram realizados quatro encontros, aqui denominados espaços conversacionais, com cinco jovens universitários cis-gays de uma universidade pública de diferentes cursos. As temáticas discutidas nos encontros foram escolhidas pelos próprios participantes, sendo elas “Identidade: estereótipos e regras sociais” e “Sair do armário: estigmas e vivências”. O fenômeno da heteronormatividade implicou-se nas subjetividades dos jovens cis-gays através de práticas e discursos discriminatórios presentes nas subjetividades sociais de diferentes espaços sociais, ocasionando sofrimento ético-político. Conclui-se ser a Subjetividade Social uma categoria teórica da Teoria da Subjetividade fundamental para compreender as configurações subjetivas da vida gay. A partir disso, propõe-se uma definição de identidade gay como uma configuração subjetiva contraditória e complexa composta por sentidos subjetivos simbólicos-emocionais diversos provenientes de diferentes experiências e vivências da vida concreta. O “sair do armário” como um processo singular e social contraditório que torna uma possível identidade legítima na sociedade. A universidade pública, como qualquer instituição social, reproduz as contradições da sociedade. Entretanto, demonstrou nesta pesquisa ter constituído um espaço capaz de promover saltos qualitativos para superar práticas e discursos discriminatórios e estigmatizantes.

Palavras-chaves: Heteronormatividade; Estigmatização e Discriminação; Identidade Gay; Universidade; Teoria da Subjetividade.

ABSTRACT

The stigmatization and discrimination process are historically built and culturally exercised based on the social relations of power that operate by the capitalist mode of production and legitimize the phenomenon of heteronormativity. This phenomenon emerges as subjective meanings set in a logic based on practices that determine a single way of experiencing sexuality. The capitalist production develops its forms of oppression through heteronormativity, and structures an entire objective and subjective dimension of social inequalities. This research was based on Qualitative Epistemology, Theory of Subjectivity and Constructive-Interpretive Method proposed by Fernando González Rey, which is based on Cultural-Historical Psychology and historical and dialectical materialism. Our goal was to investigate the implications of heteronormativity produced by processes of stigmatization and discrimination on the subjectivities of cisgender gay university students. The specific objectives were: identify practices and expressions of heteronormativity produced by discrimination and stigmatization of cisgendered gay students in the social spaces where they are inserted; Analyze the subjective meanings produced in the conversational space about experiences of discrimination and stigmatization experienced by these students; Analyze expressions of heteronormativity in social subjectivity from the subjective senses produced by gay cisgender students; and produce new areas of intelligibility on the themes of gay identity, heteronormativity, discrimination and stigmatization against sexual and gender diversity from the perspective of the Theory of Subjectivity with a Cultural-Historical approach. The research demonstrated, from the process of construction and interpretation of informations, that through the Theory of Subjectivity, intelligibility zones were produced on the themes of heteronormativity, stigmatization and discrimination, on the process of "coming out of the closet" and gay identity. Four meetings were held, here called conversational spaces, with five young cis-gay students from different courses of a public university. The themes discussed at the meetings were chosen by the participants themselves, namely "Identity: stereotypes and social rules" and "Coming out of the closet: stigmas and experiences". The phenomenon of heteronormativity has been implicated in the subjectivities of young cis-gays through discriminatory practices and discourses present in the social subjectivities of different social spaces, causing ethical-political suffering. We conclude that Social Subjectivity is a theoretical category of the Theory of Subjectivity that is fundamental to understand the subjective configurations of the gay life. From this, it is proposed a definition of gay identity as a contradictory and complex subjective configuration composed of different subjective symbolic-emotional meanings from different experiences of concrete life. The "coming out of the closet" as a singular and contradictory social process that makes a possible identity legitimate in society. The public university, like any social institution, reproduces the contradictions of society. However, it demonstrated in this research to have constituted a space capable of promoting qualitative leaps to overcome discriminatory and stigmatizing practices and discourses.

Key-words: Heteronormativity; Stigmatization and Discrimination; Gay Identity; University; Subjectivity Theory.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DESENHO E FRASE DE NOAH.....	124
FIGURA 2 – DESENHO DE RAFA.....	136
FIGURA 3 – FRASE DE RAFA.....	136
FIGURA 4 – FRASE DE ALFA.....	146
FIGURA 5 – DESENHO DE ALFA.....	146

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DADOS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	97
QUADRO 2 – INDICADORES DO ENCONTRO II.....	115
QUADRO 3 – HIPÓTESES DO ENCONTRO II.....	116
QUADRO 4 – INDICADORES DO ENCONTRO III.....	154
QUADRO 5 – HIPÓTESES DO ENCONTRO III.....	155
QUADRO 6 – EIXO SUJEITO-SOCIEDADE.....	161
QUADRO 7 – EIXO FAMILIAR.....	165
QUADRO 8 – EIXO SIMBÓLICO-EMOCIONAL.....	167
QUADRO 9 – EIXO HETERONORMATIVO.....	171
QUADRO 10 – EIXO CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA.....	174
QUADRO 11 – TODAS AS HIPÓTESES.....	176

LISTA DE SIGLAS

AIDS	- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAPPE	- Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação
CRP-PR	- Conselho Regional de Psicologia do Paraná
DR	- Discutir relação
HIV	- Vírus da Imunodeficiência Humana
IRA	- Índice de Rendimento Acumulado
LGBTI	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexuais
ONG	- Organização não governamental
SCH	- Setor de Ciências Humanas
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – OS FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA CULTURAL-HISTÓRICA	27
1.1. O PAPEL DA PSICOLOGIA NA SUPERAÇÃO DA ESTIGMATIZAÇÃO	29
1.2. O MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO E DIALÉTICO	32
1.3. CONTRIBUIÇÕES DAS CATEGORIAS DE SENTIDO E SIGNIFICADO DA PSICOLOGIA CULTURAL-HISTÓRICA PARA TEORIA DA SUBJETIVIDADE .	34
CAPÍTULO II – TEORIA DA SUBJETIVIDADE	39
2.1. SUJEITO, EMOÇÃO E PERSONALIDADE.....	40
2.2. SENTIDOS SUBJETIVOS E CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS.....	42
2.3. SUBJETIVIDADE SOCIAL E SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL	44
CAPÍTULO III - SUBJETIVIDADE E SEXUALIDADE.....	47
3.1. SEXUALIDADE COMO CONSTRUCTO SOCIAL, CULTURAL, HISTÓRICO E POLÍTICO	47
3.2. O PATRIARCADO E A CONSTITUIÇÃO DA(S) MASCULINIDADE(S)	55
CAPÍTULO IV – SUBJETIVIDADE E “SAIR DO ARMÁRIO”.....	62
4.1. O “SAIR DO ARMÁRIO” COMO PROJETO POLÍTICO DE IDENTIDADE .	63
CAPÍTULO V – SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL E IDENTIDADE.....	69
5.1. A TEORIA DA IDENTIDADE E SEU PROCESSO EMANCIPATÓRIO E POLÍTICO	69
5.2. IDENTIDADE GAY E CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA	71
CAPÍTULO VI – SUBJETIVIDADE SOCIAL E HETERONORMATIVIDADE	77
6.1. PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	77
6.2. O FENÔMENO DA HETERONORMATIVIDADE.....	81
6.3. O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO E SEU VALOR SUBJETIVO SIMBÓLICO-EMOCIONAL	85

CAPÍTULO VII – CAMINHO METODOLÓGICO, EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA E MÉTODO CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVO	90
7.1. OBJETIVOS	94
7.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA DIVULGAÇÃO DA PESQUISA	94
7.3. CENÁRIO SOCIAL DE PESQUISA	95
7.4. PARTICIPANTES	96
7.5. INSTRUMENTOS DE PESQUISA	97
CAPÍTULO VIII - CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO	100
8.1. ENCONTRO I: CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO SOCIAL DE PESQUISA ...	101
8.2. ENCONTRO II: “IDENTIDADE: ESTEREÓTIPOS E REGRAS SOCIAIS” .	102
8.2.1. INDICADORES E HIPÓTESES	115
8.3. ENCONTRO III: “SAIR DO ARMÁRIO: ESTIGMAS E VIVÊNCIAS”	116
8.3.1. INDICADORES E HIPÓTESES	154
8.4. ENCONTRO IV: ENCERRAMENTO	156
CAPÍTULO IX – A SUBJETIVIDADE SOCIAL COMO MODELO TEÓRICO SOBRE CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA VIDA GAY	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
APÊNDICE A	193
APÊNDICE B.....	195
APÊNDICE C	196
APÊNDICE D	197
APÊNDICE E.....	198
APÊNDICE F	199
APÊNDICE G	200

INTRODUÇÃO

*[...] Serei-a no asfalto
 Rainha do luar
 Entrega o seu corpo
 Somente a quem possa carregar
 E, onde (h)á-mar, transbordar
 Em água salgada lavar
 E me levar
 Livre, me love, me luta
 Mas não se esqueça
 Levante a cabeça
 Aconteça o que aconteça
 Continue a navegar
 Mas não se esqueça
 Levante a cabeça
 Aconteça o que aconteça
 O que aconteça: **Aconteça!** [...]*

*Canção Serei A (part. Liniker)
 Linn da Quebrada*

Esta pesquisa é sobre vivência. É sobre resistência. É uma tentativa de denúncia sobre um fenômeno que produz sofrimento e adoecimento. Que mata ou fere aqueles e aquelas que não se identificam como heterossexuais cisgêneros. Já ouviu falar sobre heteronormatividade?

É um fenômeno social legitimado pela sociedade capitalista, e segundo Rogério Junqueira (2007), ao ser dada como única possibilidade legítima e natural para expressão de uma identidade de gênero e orientação sexual, atua na produção de eixos que constroem, legitimam e hierarquizam estilos de vida em seu aspecto geral. Tais eixos são exercidos pelas relações de poder como produção e exploração de subjetividades.

Nesse sentido, como poderíamos retratar esse fenômeno social explícito em vivências de pessoas que estão inseridas no sistema de dominação-exploração, essencial na sociedade capitalista, por não se identificarem como heterossexuais cisgêneras? As pesquisas, os relatórios de ONG's, notícias de jornais, sites, blogs, retratam essa vivência.

De acordo com o relatório elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) em 2018, ocorreram cerca de 40 casos de mortes na região sul de pessoas LGBTI e cerca de 23 casos no Estado do Paraná. Analisando os relatórios anteriores elaborados pela ONG Grupo Gay da Bahia, nota-se o aumento de assassinatos no Estado do Paraná.

Para sermos mais exatos, o Paraná, de 2011 a 2017, foi o Estado da região sul que mais assassinou LGBTI, com aumento de 35% de assassinatos nesse período. Pauta-se a importância em não apenas se contentar com esses números por conta de alguns casos não serem notificados e pelo fato de o crime de homofobia não ser ainda previsto em lei.

Não se têm estudos exclusivos dedicados aos assassinatos desses indivíduos no Paraná, mas é alarmante a quantidade de notícias sobre esses eventos nos últimos anos. Uma dessas notícias traz a situação de Curitiba, onde já ocorreu cerca de 28 mortes por assassinatos de LGBTIs desde 2011, tornando o Estado em 2017, o sétimo mais violento do país.

De modo geral, em 2017 se teve um aumento de 30% de mortes em relação a 2016, totalizando 445 no País. Em comparação aos primeiros números registrados pela ONG Grupo Gay da Bahia em 2000, com 130 casos de mortes no país, podemos compreender o aumento da discriminação em relação a esses indivíduos ao longo dos anos, chegando em 2017, com um número recorde. Também se leva em consideração que, além das mortes, também ocorreram ações discriminatórias voltadas a essas pessoas como forma de violência verbal ou física.

Segundo o relatório, a cada 20 horas uma pessoa LGBTI é assassinada ou se suicida vítima da discriminação e da estigmatização, colocando o Brasil como campeão em crimes contra diversidade sexual e de gênero. Matam-se mais pessoas LGBTI no Brasil do que em 13 países do Oriente e África onde há pena de morte como punição para essa população.

No dossiê de assassinatos e violências contra Travestis e Transexuais de 2018 produzido por Bruna g. Benevides e Sayonara N. B. Nogueira (2019), consta que o Brasil segue na liderança no ranking de assassinatos contra essa população no mundo, segundo relatório da Transgender Europe (TGEU). Neste dossiê, para além da denúncia e divulgação desses assassinatos, também compartilham dados sobre tentativas de assassinatos, violações de direitos humanos e outras mortes não solucionadas.

De maneira geral, em 2018 ocorreram cerca de 163 assassinatos de pessoas Travestis e Transexuais no Brasil, sendo 158 travestis e mulheres transexuais, 4 homens transexuais e 1 pessoa não-binária. Segundo dossiê, desses casos, apenas 15 assassinos suspeitos foram presos, representando apenas 9% dos casos.

As causas de mortes de pessoas LGBTI registrados em 2018 reflete os anos anteriores, nos quais já predomínio do uso de 124 armas de fogo (29,5%), 99 armas

brancas perfuro-cortantes (23,6%) e 97 mortes provocadas por agressões físicas (23,1%), tais como: asfixia, espancamento, pauladas, apedrejamento, dentre outras.

Nessa perspectiva, poderíamos afirmar que esses dados são decorrentes de práticas heteronormativas que operam nos espaços sociais e negam a possibilidade de pessoas LGBTI expressarem suas identidades, seus estilos de vida e suas próprias vidas?

Enquanto autor principal desta pesquisa, como pesquisador, psicólogo, gay, negro e cisgênero, é importante demonstrar a subjetividade no processo da pesquisa e o quanto isso reflete em avanços teóricos e pertinentes aos estudos da diversidade sexual, sexualidade e possivelmente de gênero. Meu dever como sujeito político e social, me coloca em posição de denunciar, através desta pesquisa, o fenômeno da heteronormatividade que também se fez e ainda se faz presente em minha trajetória de vida. Assim como um fenômeno que esteve presente em minha subjetividade no percurso universitário na graduação em Psicologia e no mestrado em Psicologia. O que é ser gay em uma universidade?

Faz-se necessário a realização de pesquisa como essa para denunciar o fenômeno da heteronormatividade que produz o sofrimento ético-político e toda a negação de vivências e experiências concretas de vida de jovens universitários cis-gays e possivelmente da população LGBTI.

Diante de todas as formas de discriminação e preconceito que o movimento LGBTI denuncia diariamente, faz-se necessário um recorte para que possamos dialogar. O interesse no recorte de pesquisa pauta-se pelo tempo reduzido de pesquisa - conforme as normas do programa de pós-graduação e orientações da CAPES - e o cuidado em apropriar-se de vivências e temáticas específicas que cada população que compõe o movimento LGBTI tem. Partimos do pressuposto que, uma investigação realizada com toda população LGBTI, deverá ter no mínimo o respeito ao lugar de fala e o cuidado, dando a oportunidade para qualquer um participar da pesquisa e ter autoria em ideias e discussões que possam contribuir com a população incluída na pesquisa. É importante enfatizar que outras formas de pesquisar a diversidade sexual e de gênero também são relevantes e significativas para a contribuição de estudos que combatam todo tipo de discriminação e preconceito contra pessoas LGBTI.

Salientamos ainda que nosso recorte não inclui raça, etnia e classe social, mas são categorias de extrema importância para a superação do fenômeno da heteronormatividade na sociedade capitalista atual.

Outro ponto importante, é a ausência de homens trans-gays nesta pesquisa. Optamos não usar esse grupo social por não terem chegado até essa pesquisa, salientando que suas experiências e vivências são diferentes dos homens cis-gays. Nesse sentido, é de extrema importância que continuemos produzindo pesquisas que demonstrem e denunciem a exclusão dessa população no ensino superior público. Assumimos também que, por conta das limitações de pesquisa, não pudemos problematizar a exclusão dessa população na universidade pública, abrindo espaço para que outras pesquisas continuem fazendo isso.

Nesse sentido, desenvolve-se um problema de pesquisa para responder a vivências somente de jovens cis-gays inseridas em espaços sociais que as negam diariamente. Tais espaços, através da organização e produção social capitalista, instituem formas de exploração de subjetividades pelo sistema de dominação-exploração. Com isso, o problema de pesquisa é analisar em como o fenômeno da heteronormatividade legitima os processos de estigmatização e discriminação e quais as possíveis implicações nas subjetividades de jovens universitários cis-gays¹.

Os processos de estigmatização e discriminação são fenômenos construídos culturalmente e exercidos fortemente no sistema de dominação-exploração capitalista e não devem ser olhados de modo individualizado, mas como uma construção cultural (PARKER; AGGLETON, 2001). Esses processos produzem a exclusão social e o sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014) e através do modo de produção capitalista, legitima a heteronormatividade.

Como objetivo geral desta pesquisa, investigamos as implicações do fenômeno da heteronormatividade nas configurações subjetivas de jovens universitários cis-gays de diferentes cursos de uma universidade pública.

Como uma das categorias principais desta pesquisa é a subjetividade, a tese de doutorado do Jorge Eduardo Moncayo Quevedo (2017) intitulada “Educación, Diversidad Sexual y Subjetividad: Una aproximación cultural-histórica a la educación sexual escolar en cali- colombia”, orientada por Fernando González Rey, nos provoca com algumas contribuições e reflexões importantes da Teoria da Subjetividade de

¹ Usaremos a união dos termos gay e cisgênero por se relacionar com nosso recorte de pesquisa. O cis é o prefixo para abreviação do termo cisgênero que significa reivindicar o mesmo gênero que lhe é atribuído ao nascimento. Sendo assim, o homem cis é aquele que ao nascer lhe foi atribuído o sexo masculino e ele próprio se reivindica como homem; e a mulher cis é aquela que ao nascer lhe foi atribuído o sexo feminino e ela própria se reivindica como mulher.

González Rey para discutir a sexualidade e a diversidade sexual e de gênero, nos quais apresentamos algumas delas na tentativa de avançá-las nesta pesquisa.

A primeira contribuição é, de maneira dialética e dinâmica, tornar inteligível a ligação entre o sujeito e as relações estruturais da sociedade. Essas relações estruturais podem ser relacionadas com os processos de estigmatização e discriminação exercidos pela relação de poder dominação-exploração na sociedade capitalista.

A segunda contribuição são as configurações subjetivas como possibilidade para pensar nas flexibilidades de identidades de gênero não reduzidas à relação de causa e efeito. Portanto, poderiam ser as configurações subjetivas um caminho possível para se pensar as identidades de gêneros? E por fim, para que as pesquisas neste campo de estudo possam contribuir para que novos modelos teóricos sejam produzidos para melhor compreensão do fenômeno a ser estudado, sendo justificável por este projeto de pesquisa.

Na interlocução dessas contribuições da Teoria da Subjetividade, assim como no avanço da mesma na dialética com as temáticas principais desta pesquisa, é necessária uma estrutura de capítulos desta pesquisa.

No primeiro capítulo discutimos de forma sucinta alguns fundamentos da Psicologia Cultural-Histórica e sua emergência na prática profissional de psicólogos e psicólogas sociais frente às questões da diversidade sexual e de gênero nos diferentes contextos sócio-históricos atuais. E ainda, para refletirmos sobre as contribuições da Teoria da Subjetividade e da abordagem Cultural-Histórica sobre as temáticas de sexualidade e gênero, a fim de contribuir para promover avanços teóricos.

Adotamos a nomenclatura “Psicologia Cultural-Histórica” por nos aproximarmos da tradução direta do termo original proposto por González Rey: “Cultural Historical Psychology”. Entretanto, salientamos que a teoria também é usada com outras nomenclaturas, tais como: “Histórico Cultural”, “Sócio-Histórica”, “Cultural” e “Sociocultural” (GOMES, et al., 2016). Compreendemos a importância também do termo Sócio-Histórica, pois carrega sua marca brasileira com seu início na década de 1970 por Silvia Lane, dando continuidade por suas seguidoras Ana Bock, Maria da Graça Gonçalves, Bader Sawaia, Wanda Aguiar, como também os seguidores Odair Furtado, Antônio da Costa Ciampa, dentre outras e outros.

No *capítulo II Teoria da Subjetividade*, discutiremos os principais conceitos desenvolvidos por González Rey para explicar a subjetividade, bem como sujeito, sentidos subjetivos, configurações subjetivas, subjetividade individual, subjetividade

social, recursos subjetivos, os quais se apresentam muito adequados por permitirem considerar as múltiplas dimensões da sexualidade (MEIRELES; FERRARINI, 2019).

Faremos esforço em dialogar dialeticamente com a teoria e outras principais categorias desta pesquisa, tais como a sexualidade, identidade, heteronormatividade, o “sair do armário” e sofrimento ético-político, pois aponta para a complexidade da constituição psíquica do ser humano, relacionada às condições históricas, políticas e ideológicas da vida social e cultural (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Definimos a subjetividade como um sistema complexo e contraditório que se organiza pelos diferentes momentos e contextos da experiência e vivência do sujeito (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017; LOIACONO, 2018), sendo necessária para explicar a mediação entre nosso objeto de estudo e os sujeitos da pesquisa. Além de ser bastante apropriada para o avanço na temática e de conceitos que julgamos necessários para problematizar nosso objeto.

O *capítulo III Subjetividade e Sexualidade* demonstra a mediação entre o conceito de sexualidade e a subjetividade para o avanço da temática. Usamos como base para a discussão do capítulo além de Karl Marx, Friedrich Engels, teóricos marxistas, tais como Daniel Welzer-Lang, Marcos Amaral, assim como teóricas feministas, Heleieth Saffioti, Danièle Kergoat, Helena Hirata. Para discussão no campo da subjetividade, nosso principal autor González Rey e Jorge Quevedo.

Compreendemos que para discussão da construção da sexualidade como um constructo social, cultural, histórico e político precisamos falar da relação homem-mulher por uma perspectiva histórica e pelo surgimento da monogamia heteropatriarcal e do regime da propriedade privada que produziu um tipo de relação social de dominação-exploração, o qual chamaremos de sistema. Esse sistema de dominação-exploração é legitimado pelo patriarcado que se desenvolve e ganha forças com a divisão sexual e social do trabalho.

Nesse sentido, explicitamos ainda, o conceito de regime do patriarcado e suas implicações na construção da masculinidade, do qual nos utilizaremos para discutir o que chamamos de uma identidade gay.

Para chegarmos em uma possível identidade gay, construímos e dialogamos no *capítulo IV Subjetividade e “sair do armário”* como um possível projeto político de identidade. Neste capítulo explicitamos como proposta avançar no conceito de “sair do armário” e dialogar com a subjetividade. Ainda assim, é importante introduzirmos

a temática do regime do patriarcado nos modelos de famílias, feito no capítulo III, por ser um elemento importante para a discussão do processo de sair do armário discutido no capítulo seguinte, visto que um dos espaços em que se inicia esse processo é na família.

A proposta do “sair do armário” como um processo singular e social é construído através do diálogo com a teórica queer e crítica Eve Sedgwick e os autores Marco Prado e Frederico Machado.

Compreendemos esse processo a partir das dimensões objetivas da vida do sujeito e que ocorre pela relação dialética entre a pessoa com o social. Todavia, salientamos nosso posicionamento de que esse processo trata-se de uma proposta de projeto político de identidade, pois não compactuamos com práticas que colocam como obrigatoriedade o “assumir-se” LGBTI em espaços sociais. Nossa proposta é pensar no avanço desse processo para que se elimine a discriminação e a estigmatização na sociedade e se promova a autonomia do sujeito em ser quem ele é sem precisar “assumir-se”.

O sintagma identidade-metamorfose-emancipação desenvolvido na teoria da identidade de Antônio da Costa Ciampa é no qual nos baseamos para construir o capítulo *V Subjetividade Individual e Identidade*. Nele discutiremos a categoria de identidade pela perspectiva da obra de Ciampa, assim como outros autores(as) como Nadir Lara Junior, Andrea Paula Santos Lara, Juracy Armando Mariano de Almeida e Sergio Silva Dantas. Também dialogamos na articulação da subjetividade de González Rey com a identidade gay de John D’Emilio e Marcos Amaral.

A partir do processo de construção e interpretação das informações e desses autores, definimos, fundamentados na Teoria da Subjetividade, identidade gay como uma configuração subjetiva desenvolvida através de vivências e experiências relacionadas ao ser gay na sociedade capitalista.

Contextualizamos a identidade gay na sua relação da subjetividade-objetividade como configuração subjetiva em sua produção histórica atrelada ao surgimento e desenvolvimento do capitalismo (D’EMILIO, 1993; AMARAL, 2019).

A vida gay ou experiência gay enquanto um possível aspecto para explicação do processo de “sair do armário” é experienciada de acordo com cada sujeito nas suas relações sociais na dialética com a cultura. Essa experiência pode ser dialogada com conceito de subjetividade individual de González Rey. Essa subjetividade abre

caminho para conceituar a identidade gay como uma configuração subjetiva. Todavia, não podemos falar de uma subjetividade individual sem falar da subjetividade social.

Com isso, no *capítulo V Subjetividade Social e Heteronormatividade*, explicitamos o diálogo do fenômeno da heteronormatividade legitimado pelos processos de estigmatização e discriminação com o conceito de subjetividade social de González Rey. Neste capítulo, a subjetividade social pode ser uma categoria importante que abra uma via explicativa do sistema complexo da subjetividade em que operam os processos de estigmatização e discriminação. Tais processos abrem uma via para analisar os processos sociais que geram a exclusão social e legitimam nosso objeto de estudo.

Usamos como base os autores Richard Parker e Peter Aggleton que desenvolvem e propõem o conceito de estigmatização e discriminação para trabalhar com questões do HIV e da AIDS. Entretanto, dialogamos com Karl Marx e Friedrich Engels para pensar as questões da diversidade sexual e de gênero no processo e desenvolvimento da divisão sexual e social do trabalho que surge no regime patriarcal.

Desta forma, compreendemos os processos de estigmatização e discriminação com um fenômeno desenvolvido culturalmente e exercidos pelas relações de poder que operam na sociedade capitalista, produzindo a exclusão social e a negação de identidades não hetero-cisgêneras. Pode-se assim afirmar que esses processos são legitimados pela heteronormatividade, o qual conceituamos e dialogamos pelos autores Rogério Junqueira, Daniel Borrillo e Daniel Welzer-Lang, assim como na interlocução com González Rey.

Como forma de explicar as possíveis implicações do fenômeno da heteronormatividade nas subjetividades dos jovens cis-gays, utilizaremos do conceito de sofrimento ético-político proposto pela autora Bader Sawaia, que representa a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social.

O que tem sido utilizado na Psicologia Cultural-Histórica é o conceito de heteropatriarcado, que é entendido como “[...] a heteronormatividade e o patriarcado funcionam como um sistema sexo-político de dominação (HERNÁNDEZ, 2014 *apud* AMARAL, 2019, p. 54). Todavia, assumimos o conceito de heteronormatividade, por ser contemporâneo e não ser usual em nossa abordagem, mas porque a Psicologia vem se utilizando desse conceito em conjunto com outras ciências.

Nesse sentido, assumimos a necessidade e o esforço em avançar neste conceito que pode permitir discutir um fenômeno que explora e domina subjetividades não apenas pelo regime do patriarcado.

É importante explicitar que para falar da heteronormatividade precisamos falar da dominação masculina, o que abordamos brevemente no capítulo III quando Saffioti (2001) fala sobre sistema de dominação-exploração permitir explorar modos de sujeição em que os sujeitos são e estão submetidos, sendo um deles a dominação masculina. Welzer-Lang (2001) explica a partir do que ele chama de “Grandes-homens” quando define para aqueles homens que exercem seu poder à custa das mulheres e de outros homens.

Portanto, o fenômeno da heteronormatividade emerge como práticas hegemônicas que determinam uma única forma de vivenciar e expressar a sexualidade. Esse fenômeno opera como forma exploratória de subjetividades que não se enquadram aos modelos tradicionais de sexualidade que historicamente foram legitimados pelo regime patriarcal.

Diante disso, o *capítulo VII Caminho Metodológico, Epistemologia Qualitativa e Método Construtivo-Interpretativo* baseia-se na obra do autor González Rey que desenvolve todo um método e uma epistemologia para trabalhar com a categoria da subjetividade. O método do qual usamos nesta pesquisa se baseia na Epistemologia Qualitativa e na Teoria da Subjetividade do mesmo autor. Desta forma, neste capítulo discorremos sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos da divulgação, o cenário social da pesquisa, instrumentos e os participantes, todos tópicos baseados em González Rey e Mitjáns Martínez.

Para produção de análise e interpretação dos dados, usamos o método construtivo-interpretativo da informação de González Rey discorrido no *capítulo VIII Construção da Informação*, no qual apresentam-se os indicadores, as hipóteses e os modelos teóricos de pesquisa. As análises dos encontros foram separadas por subcapítulos e a construção dos indicadores e as hipóteses foram desenvolvidas através das falas dos participantes.

No *capítulo IX A Subjetividade Social como Modelo Teórico sobre Configurações Subjetivas da Vida Gay*, fizemos esforço em avançar no modelo teórico de nossa pesquisa, colocando a subjetividade social como um conceito central na elaboração de novas teorias sobre nosso objeto de estudo. Neste capítulo, discutimos e relacionamos todos os indicadores e as hipóteses desenvolvidas nos encontros.

E por fim, as considerações finais das quais julgamos serem necessárias para a problematização e o avanço de nosso objeto de pesquisa para abordagem Cultural-Histórica e a Teoria da Subjetividade. E assim, refletir sobre a vivência experienciada por jovens cis-gays, suas produções de sentidos subjetivos e configurações subjetivas diante da heteronormatividade.

CAPÍTULO I – OS FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA CULTURAL-HISTÓRICA

Cabe às ciências humanas oferecer reflexões e pesquisas sobre as desigualdades sociais tais como as vividas por homens, determinados socialmente, mas com consciência e individualidade. Sua práxis deve ter a preocupação de resguardar o sujeito potente para todos as pessoas, atuando no subsolo humano da exclusão, sem desviar o olhar da análise estrutural e, assim, dourar a pílula, esquivando-se do julgamento político (Bader Sawaia, 2014, p. 12-13).

A nossa principal categoria de estudo é a subjetividade em sua relação com o objeto de estudo desta pesquisa. A subjetividade é a dimensão qualitativa da objetividade, a qual conceituamos conforme o autor Fernando Luís González Rey (2003; 2005; 2017), como um sistema complexo, contraditório e aberto que expressa a experiência do sujeito nos diferentes contextos sociais, culturais e históricos.

Nessa perspectiva, González Rey propõe uma teoria, epistemologia e método para estudo da subjetividade, desenvolvendo a Teoria da Subjetividade, a Epistemologia Qualitativa e o Método Construtivo-Interpretativo para estudá-la, explicá-la e avançar na construção de modelos teóricos pela síntese contínua da produção de conhecimento sobre o tema. O autor se baseia na Psicologia Cultural-Histórica e no materialista histórico e dialético, fundamentos principais para explicação das dimensões históricas, culturais e sociais que produzem a realidade do nosso objeto de estudo, para construção dessa nova forma de pensar a prática profissional e os estudos da subjetividade.

Cabe destacar que a Psicologia fundamentada no materialismo histórico e dialética é nomeada diferentemente entre os autores que com ela trabalham. Psicologia Histórico-Cultural é a nomenclatura mais utilizada nacional e internacionalmente. Psicologia Sócio-Histórica é, sobretudo, utilizada pelos pesquisadores da PUC-SP e orientada principalmente por Silvia Lane. Já, Psicologia Cultural-Histórica é utilizada por González Rey por entender que essa é a tradução correta do termo russo e será esse o termo utilizado por nós na presente dissertação, conforme acena o título desse capítulo.

Neste capítulo nos baseamos nas autoras Ana Mercês Bahia Bock, Wanda Maria Junqueira Aguiar e Maria da Graça Marchina Gonçalves e no autor Sergio Ozella que utilizam a nomenclatura Psicologia Sócio-Histórica para discutir os principais fundamentos da referida abordagem psicológica, entre eles, a importância do método materialista histórico e dialético, as categorias de linguagem e pensamento e as noções de significado e sentido, que dão base para explicação do nosso objeto de estudo e contribuições à teoria, epistemologia e método desenvolvido por González Rey.

Cabe destacar que a Psicologia Cultural-Histórica de Vigotsky² (1896-1934) da qual nos aproximamos, é fundamentada no marxismo e no materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método (BOCK, 2015) como superação de dicotomias resultantes das concepções objetivistas e subjetivistas produzidas no início do século XX (GONÇALVES, 2015) e concebe ser humano como:

[...] ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as ideias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas ideias; e a história, como o movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de ideias, incluindo a ciência e a Psicologia. (BOCK, 2015, p. 24)

Vigotsky dá início a uma perspectiva de ciência e profissão a partir das categorias fundamentais do materialismo histórico e dialético, aplicando-as dialeticamente às necessidades e questões da Psicologia, “isso significa que as categorias da dialética são referência fundamental e por isso mesmo impõem a elaboração de categorias específicas para a Psicologia e seu objeto de estudo.” (GONÇALVES, 2015, p. 156).

Nos próximos subcapítulos nos esforçaremos em trazer mais pontos fundamentais dessa perspectiva psicológica, assim como explicitar algumas categorias que nos ajudam a pensar em uma Psicologia que tenha um compromisso social com a realidade brasileira. Entretanto, discorreremos sucintamente o papel da Psicologia construída no início do século XX que proporcionou práticas estigmatizantes e classificatórias em seu desenvolvimento e naturalizou o fenômeno psicológico.

² Na presente dissertação usaremos a grafia Vigotsky, por ser essa a adotada por Fernando González Rey, a não ser quando outros autores aqui referenciados a grafem diferentemente.

1.1. O PAPEL DA PSICOLOGIA NA SUPERAÇÃO DA ESTIGMATIZAÇÃO

As práticas estigmatizantes naturalizaram o fenômeno psicológico e o colocaram em seu processo como causa-efeito, contribuindo no surgimento dos processos de estigmatização e discriminação na sociedade. Essa Psicologia que, historicamente, nasceu para atender as demandas das classes dominantes, foi fundamentada por uma ideologia liberalista e positivista que se desenvolveu em seu seio e produziu-se a dicotomia objetividade-subjetividade e indivíduo-social para explicar as realidades como causa e efeito em um olhar reducionista (BOCK, 2015).

O papel da Psicologia nesse processo é importante para superação de tais dicotomias que por muito tempo esteve presente na contribuição e naturalização de instrumentos que classificaram e estigmatizaram. Assim, como afirma Bock (2015, p. 35), “a Psicologia tem sua história ‘colada’ aos interesses dos grupos dominantes”, no qual em diferentes momentos da organização social, se confundiu com interesses de determinados grupos sociais, produzindo conhecimentos e traduzindo-os em uma Psicologia aplicável. Nesse sentido, a história da Psicologia como ciência e profissão carregava uma tradição classificatória e estigmatizadora, permitindo:

[...] o aumento do controle sobre os grupos sociais, a ampliação da capacidade produtiva dos trabalhadores, a distribuição de crianças de forma homogênea ou heterogênea nas classes, para garantir aprendizado e disciplina, a seleção do homem certo para o lugar certo, a higienização moral da sociedade, o controle do comportamento, a classificação e a diferenciação (BOCK, 2015, p. 35).

A importância do rompimento de uma Psicologia classificatória e estigmatizadora se torna importante quando muitos sujeitos acabam se submetendo aos processos de estigmatização e discriminação em diversos espaços sociais que produzem a exclusão social e o sofrimento ético-político.

O sofrimento ético-político é um conceito desenvolvido por Bader Sawaia (2014) e demonstra o descompromisso ético e emocional do Estado e da sociedade com as pessoas. Discutiremos melhor este conceito no capítulo V.

Concordamos com Bock (2015) que a Psicologia naturalizou o “social” através dos interesses de grupos dominantes e contribuiu na construção de estigmatizações e discriminações. Desse modo, atrevemo-nos dizer que nos dias atuais a Psicologia brasileira ainda exerce um papel classificatório e estigmatizante, principalmente na área da Educação, pois ainda classificam as crianças como “aptos ou não aptos,

saudáveis ou doentes, adequados ou inadequados, competentes ou incompetentes, com potencial ou não [...]” (BOCK, 2015, p. 36-37).

A naturalização do social permitiu um padrão de normalidade, ou seja, a compreensão de que o que é natural não cabe nenhum tipo de intervenção, apenas registrar e/ou diferenciar (BOCK, 2015). Dessa forma, a Psicologia permitiu o registro das diferenças como diferenças individuais, naturalizando o desenvolvimento e ocultando a gênese social das diferenças, ou seja, “[...] classificou, diferenciou, discriminou e estigmatizou.” (BOCK, 2015, p. 39). Com isso, surgiram novas concepções de educação³ e a Psicologia precisava descrever o desenvolvimento da criança, produzindo esse conhecimento a tornando “natural”.

Bock (2015) afirma que não há na literatura teorias de desenvolvimento que discutam o trajeto das crianças construído socialmente pelo desenvolvimento das atividades humanas além da obra soviética da Psicologia Cultural-Histórica, consolidadas como possibilidades para os humanos instaladas “[...] na cultura, nos objetos e instrumentos da cultura, assim como na linguagem [...]” (p. 37).

Nesse sentido, nos aproximamos com uma perspectiva que nos possibilita o posicionamento crítico para a superação dessas dicotomias produzidas na sociedade capitalista. Todavia, compreendemos que nos dias atuais ainda há resquícios de uma Psicologia fortemente voltada para as classes dominantes e ligada a uma ideologia liberalista. Desta forma, buscamos encontrar meios para que superemos práticas idealistas, positivistas e mecanicistas que colocam o sujeito em uma posição subalterna aos modos de produção capazes de produzir infinitas formas de sofrimento.

Um dos fundamentos principais de nossa abordagem é a crítica à visão abstrata do fenômeno psicológico. Como mencionamos acima, as práticas estigmatizantes naturalizaram o fenômeno psicológico e fortaleceram a Psicologia como uma ciência classificadora. Nos cabe definir o fenômeno psicológico como construção no nível individual do mundo simbólico, que é social.

O liberalismo é a ideologia fundamental do capitalismo. Nasce com a revolução burguesa para revolucionar a ordem feudal. A burguesia se constitui das ideias liberais para ir contra à ordem feudal da época, “[...] uma ordem baseada na existência de uma hierarquia no universo; um mundo pensado como estável, ordenado e organizado pela vontade divina.” (BOCK, 2015, p. 25).

³ Bock faz referência às concepções da Escola Novista, movimento de renovação do ensino em oposição à concepção tradicional que ganhara forças na metade do século XX (BOCK, 2015, p. 37).

A perspectiva liberal tem como ponto principal a valorização do individualismo. Cada indivíduo é um ser moral e possui direitos derivados da sua natureza humana, “somos indivíduos e somos iguais, fraternos e livres, com direito à propriedade, à segurança, à liberdade e à igualdade.” (BOCK, 2015, p. 25).

O capitalismo necessitava desse indivíduo, produtivo e consumidor. Desta forma, a concepção de fenômeno psicológico dominante na Psicologia surge pelas ideias naturalizadoras do liberalismo (BOCK, 2015).

Alguns dos dados da tese de doutorado de Bock (1999; 2015) expressa muitas definições do que seja o fenômeno psicológico para psicólogos e psicólogas participantes de sua pesquisa. De maneira geral, Bock (2015, p. 30) discorre através dos resultados de sua pesquisa o que, para os(as) entrevistados(as), se entendia por fenômeno psicológico:

Um fenômeno abstrato, visto como característica humana. Um fenômeno que existe em nós, como estrutura, processo, expressão, ou qualquer uma de suas conceituações, porque somos humanos e ele pertence a nossa natureza. Fica então naturalizado o fenômeno psicológico. Algo que lá está como possibilidade, quando nascemos; algo que deverá ser fertilizado por afeto, estimulações adequadas e boas condições de vida, mas que lá está, pronto para desabrochar.

Por outro lado, a Psicologia Cultural-Histórica não trabalha com esse tipo de concepção, no qual o definimos fenômeno psicológico em concordância com Bock (2015, p. 30) como “não pertence à Natureza Humana; não é preexistente ao homem; reflete a condição social, econômica e cultural em que vivem os homens.” (BOCK, 2015, p. 30).

Nessa perspectiva, falar do fenômeno psicológico é obrigatório falar da sociedade, assim como afirma Bock (2015, p 30):

[...] falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicologia do homem.

O fenômeno psicológico é constituído na relação com mundo material e social. Esse mundo só existe pela atividade humana. A dialética da subjetividade e objetividade se constituem uma à outra e, através da linguagem, ocorre a mediação

“[...] para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade.” (BOCK, 2015, p. 31).

Falar de fenômeno psicológico é falar da subjetividade, é produzir uma ciência que liga dialeticamente a objetividade e a subjetividade. É permitir a legitimação das vivências e experiências de vida de pessoas na sua relação com o social, com o objeto, com o concreto e a realidade. O sujeito não simplesmente está imerso no mundo.

Portanto, damos início à concepção de subjetividade na perspectiva histórico cultural na sua relação dialética com a objetividade. A seguir apresentaremos o método materialista histórico e dialético que fundamenta essa abordagem psicológica.

1.2. O MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO E DIALÉTICO

A nossa proposta de estudo tem como principal articulação a categoria da subjetividade com as questões da diversidade sexual e de gênero e para isso, como parte da análise dos fundamentos metodológicos da Psicologia Cultural-Histórica, partimos do pressuposto de que um método envolve uma concepção de mundo, uma concepção de humano e uma concepção de conhecimento (GONÇALVES, 2015).

O método que adotamos na pesquisa é o construtivo-interpretativo desenvolvido por González Rey, no qual se baseia na Epistemologia Qualitativa do mesmo autor. Todavia, é importante trazer sucintamente o método materialista histórico e dialético para compreender a construção de sua perspectiva teórica, epistemológica e metodológica para os estudos da subjetividade.

O método materialismo histórico e dialético dá sustentabilidade filosófica, teórica e metodológica para superação de teorias objetivas e subjetivistas.

Não nos aproximamos de uma concepção instrumental de método, pois “[...] entende-se que a abordagem do real para conhecê-lo revela uma determinada compreensão do que é a realidade e o homem na sua relação com ela.” (GONÇALVES, 2015, p. 139). Ou seja, a nossa concepção metodológica não se separa de uma abordagem ontológica e epistemológica.

Com isso, nossa concepção de método, em concordância com Gonçalves (2015), inclui a noção de historicidade das questões concretas presentes na vida do ser humano.

Vigotsky destaca a importância de um método que pudesse dar conta das complexidades do que se entendia como objeto da Psicologia: “[...] o Homem e suas

funções psicológicas.” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 224). Dessa forma, a inquietação do autor trouxe a necessidade de desenvolver uma teoria sobre os fenômenos psíquicos por meio do método materialista histórico e dialético.

O humano⁴ é constituído pela atividade, em sua relação dialética com o social e a história, o que torna único, singular e histórico. Nesse sentido, o ser humano ao produzir sua forma humana de existência, revela em todas as suas expressões a “[...] a historicidade social, a ideologia, as relações sociais, o modo de produção” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 224), e ao mesmo tempo sua singularidade, expressa pelos significados sociais e sentidos subjetivos.

O sujeito vive em uma relação com a sociedade, se incluem e se excluem ao mesmo tempo, um constitui o outro. É onde evidência a singularidade do sujeito (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Para nos atentar ainda nas questões metodológicas de nossa abordagem, Aguiar e Ozella (2006, p. 225) nos apresentam a categoria mediação para internalizar a importância do rompimento das dicotomias e de visões naturalizantes baseadas em concepções de ser humano pela existência de uma “essência metafísica”.

A categoria mediação nos possibilita analisar as determinações inseridas no processo dialético e entendidas como princípios constituídos do sujeito, rompe com a causalidade, linearidade e o imediato (AGUIAR; OZELLA, 2006). Dessa forma, entendemos que “[...] o homem, ser social e singular, síntese de múltiplas determinações, nas relações com o social (universal), constitui sua singularidade através das mediações sociais (particularidades/circunstâncias específicas).” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 225).

A categoria da mediação não tem a função de ligar a singularidade com a universalidade, mas “[...] ser o centro organizador objetivo dessa relação.” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 225).

Nessa perspectiva, a mediação permite que pensemos a subjetividade em sua relação com a objetividade, “[...] como elementos que, apesar de diferentes, se constituem mutuamente, possibilitando um a existência do outro numa relação de mediação. (p. 225). Assim, nossa tarefa, como coloca Aguiar e Ozella (2006, p. 225)

⁴ Concordamos com Marcos Martins do Amaral (2019) em utilizar a palavra humano e/ou ser humano como uma tentativa de superação do sexismo presente na palavra homem, visto que é utilizado em alguns momentos para generalizar contextos e situações para homens e mulheres.

é apreender as mediações sociais que constituem o sujeito não pela “aparência, do imediato” e sim em busca do “processo, do não dito, do sentido.”.

Na busca desse processo, o método do materialismo histórico e dialético condizem as ideias e conhecimentos que são produzidos pelo ser humano em determinado contexto e momento histórico, ou seja, “o pressuposto é de que a origem das ideias produzidas socialmente está na base material da sociedade.” (GONÇALVES, 2015, p.49).

O materialismo histórico apresenta-se como capacidade explicativa dos modos de produção existentes em nossa sociedade, de modo a explicar as transformações sociais na história da humanidade e o materialismo dialético pelas materialidades expressas aos fenômenos físicos de uma sociedade e cultura, na sua relação dialética do psicológico com social (GONÇALVES, 2015).

No materialismo histórico e dialético, o ser humano só se constitui como indivíduo por estar inserido em uma cultura, sociedade e num dado momento histórico, um sujeito social e ativo que se opõe ao sujeito individual, racional e natural do liberalismo (GONÇALVES, 2015). Esse sujeito ativo, singular, histórico e social do qual é necessário para que possamos chegar à categoria de subjetividade, produz e é produzido pela sociedade pelas relações sociais que se desenham no cotidiano (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2010) de modo dialético.

O sujeito e a sociedade, caracterizados pela visão materialista, podem se articular de modo a combater as visões dicotômicas, binárias, normativas e estigmatizantes que insistem em operar na sociedade. Assim, esse sujeito inserido em uma sociedade atravessada por relações históricas, sociais e culturais se constitui e é constituído por relações (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2010), intencionadas pelas condições objetivas do espaço onde se insere.

A fim de pensar esse sujeito, no próximo subcapítulo discutiremos as categorias de pensamento e linguagem e as noções de sentido e significado para definirmos o que entendemos por sujeito.

1.3. CONTRIBUIÇÕES DAS CATEGORIAS DE SENTIDO E SIGNIFICADO DA PSICOLOGIA CULTURAL-HISTÓRICA PARA TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Para chegarmos na discussão sobre os sentidos e significados, Aguiar e Ozella (2006) inicialmente discutem a relação do pensamento e linguagem. O sujeito conforme

modifica o social e transforma o social em psicológico, cria a possibilidade de algo novo, de uma produção material nova. Nesse sentido, a linguagem torna o instrumento fundamental no processo em que o ser humano se constitui (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Os signos são constitutivos do pensamento e são definidos como instrumentos psicológicos de natureza social, os quais não ocorrem apenas pela comunicação, mas pela atividade interna (AGUIAR; OZELLA, 2006). Nesse sentido, Aguiar e Ozella (2006, p. 226) afirmam que “[...] os signos representam uma forma privilegiada de apreensão do ser, pensar e agir do sujeito.”.

Essa forma privilegiada permite que analisemos o processo do pensamento para assim compreendê-lo. O pensamento é sempre emocionado e “[...] se expressa na palavra com significado e, ao apreender o significado da palavra, entendemos o movimento do pensamento.” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 226).

A relação pensamento-linguagem é uma relação de mediação, ao mesmo tempo que não se confundem, não podem ser compreendidos um sem o outro e um constitui o outro (AGUIAR; OZELLA, 2006). Essa relação só pode ser compreendida pelas categorias de significado e sentido, no qual “o pensamento passa [...] por muitas transformações para ser expresso em palavras, de modo a concluir-se que a transição do pensamento para a palavra passa pelo significado e o sentido.” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 226).

As categorias de significado e sentido não existem uma sem a outra, apesar de serem diferentes, mas não podem ser compreendidas separadas. Explicitaremos cada uma separadamente por dotarem de suas próprias singularidades, como afirmam Aguiar e Ozella.

A atividade humana e seu processo de produção social, cultural e pessoal, é constituído pelos significados, e a partir disso, o ser humano transforma a natureza e a si mesmo. A atividade humana é sempre significada: “o homem, no agir humano, realiza uma atividade externa e uma interna, e ambas as situações (divisão essa somente para fins didáticos) operam com os significados.” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 226). Portanto, Aguiar e Ozella (2006, p. 226) definem os significados com base em Vigotsky como:

[...] produções históricas e sociais. São eles que permitem a comunicação, a socialização de nossas experiências. Muito embora sejam mais estáveis, “dicionarizados”, eles também se transformam no movimento histórico,

momento em que sua natureza interior se modifica, alterando, em consequência, a relação que mantém com o pensamento, entendido como um processo.

Os significados são configurados nas subjetividades dos sujeitos, se apropriando de conteúdos instituídos, fixos e compartilhados. Os significados e os sentidos são constituídos pela unidade contraditória do simbólico e do emocional (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Para Aguiar e Ozella (2006), os significados constituem o ponto de partida para compreender o sujeito, pois “[...] sabe-se que eles contêm mais do que aparentam e que, por meio de um trabalho de análise e interpretação, pode-se caminhar para as zonas mais instáveis, fluidas e profundas, ou seja, para as zonas de sentido.” (p. 226).

Nesse processo, o sentido é mais amplo que o significado. O sentido se constitui pela articulação de processos psicológicos em que o sujeito se produz de acordo com sua realidade. Assim como coloca González Rey (2003) que o sentido subverte o significado.

O sentido faz referência às necessidades das quais muitas das vezes ainda não se realizaram, porém “[...] mobilizam o sujeito, constituem o seu ser, geram formas de colocá-lo na atividade.” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 227). O sentido é um ato do ser humano pela sua mediação com o social. Se aproxima da subjetividade, expressa o sujeito e sua unidade a partir dos processos afetivos, biológicos e cognitivos (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Portanto, o pensamento é emocionado por expressar a relação dialética do simbólico com o emocional. Para Aguiar e Ozella (2006, p. 229), quando Vigotsky afirma “[...] que o pensamento muitas vezes termina em fracasso, não se converte em palavras.”, entende-se “[...] que vivências ocorrem, que um processo está ocorrendo, mas que não se expressa claramente, ou nem é significado claramente, objetivamente, e, assim, podemos concluir que as vivências são muito mais complexas e ricas do que parecem.” (p. 229).

A partir dessa afirmação, podemos caracterizar o que González Rey conceitua como sentidos subjetivos, o que iremos discutir no próximo capítulo. González Rey (2003) afirma que o pensamento é um processo psicológico por ser um sentido subjetivo, das quais os significados e as emoções se articulam em sua via de expressão.

Se o sentido é um ato do ser humano na sua mediação com o social, nos cabe ressaltar a importância de conceituar o que entendemos por sujeito, aquele que muito tempo foi objeto de estudo da Psicologia.

Para nós, definimos sujeito a partir de González Rey e Mitjáns Martínez (2017), como aquele que abre uma via própria de subjetivação, que transcende o espaço social normativo dentro do qual as experiências irão acontecer. É configurado e se configura subjetivamente, o que consequentemente irá gerar sentidos subjetivos para além das representações existentes, sendo ao mesmo tempo, autor das tomadas de conhecimentos e compromissos ativos (GONZÁLEZ REY e MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). Representa a capacidade dos indivíduos de se posicionarem dentro dos limites das próprias produções simbólicas das culturas e dos recursos subjetivos existentes, assumindo desafios que vão além da existência da experiência (GONZÁLEZ REY e MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Essa experiência pode culminar em uma rede de produções subjetivas que nelas aparecem a experiência concreta, seja a nível social ou individual (GONZÁLEZ REY e MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017) e que permitirá, através das condições materiais e históricas, o surgimento da noção de sujeito e subjetividade.

Através da noção de sujeito e subjetividade, amparada nos significados e sentidos, podemos pensar a subjetividade como categoria principal do sujeito, como a objetividade da vida humana. É trazer a dimensão da realidade concreta como forma simbólica-emocional do sujeito, que por ser ativo e posicionar constantemente, produz e é produzido em sua materialidade histórica, cultural e social.

A partir de agora, o nosso grande desafio, é desenvolver uma pesquisa que se comprometa com a realidade social brasileira e seja capaz de superar as desigualdades sociais e os processos de estigmatização e discriminação produzidas no capitalismo que operam e ganham espaço conforme cresce a manutenção de hierarquias sociais e sexuais na sociedade.

Dado ao nosso momento histórico atual, é importante a necessidade em afirmar nosso compromisso com uma Psicologia capaz de superar as dicotomias sociais produzidas pelo capitalismo e toda sua rede de práticas e processos que excluem e discriminam as classes mais oprimidas. Dessa forma, a Psicologia Cultural-Histórica contribui para que possamos discutir e dialogar com os processos de estigmatização e discriminação que se constituem na cultura e estão instaladas no ensino superior

Nos próximos capítulos nos atentaremos em explicitar os conceitos da Teoria da Subjetividade na sua dialética com outras principais categorias desta pesquisa. Assim como proporcionar através das bases teóricas, epistemológicas e metodológicas apresentados, a promoção de uma práxis compromissada com a realidade social brasileira.

CAPÍTULO II – TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Sair dos limites estreitos nos quais a psicologia descritivo-instrumental tem mantido a pesquisa, seja qualitativa ou quantitativa, bem como a prática profissional, demanda mudanças audazes capazes de acompanhar a complexidade do homem, suas práticas e sua vida social [...] (González Rey, 2017, p. 62).

A Teoria da Subjetividade é fundamentada na perspectiva da Psicologia Cultural-Histórica e baseia-se na Epistemologia Qualitativa que segue os seguintes pressupostos:

Primeiro “o resgate do sujeito como centro da produção do conhecimento [...]” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 33) contrapondo tentativas teóricas de excluírem o sujeito como seres ativos e fazendo parte da trama social pela sua ação e sua constituição. Assim como a condição dos indivíduos como sujeitos portadores da capacidade geradora psíquica que integra “[...] emoção, imaginação, fantasia e operações intelectuais [...]” (p. 33) na sua unidade e são importantes como recursos de tensão, ruptura e resistência contra os sistemas sociais normativos.

“Avançar na compreensão do complexo processo de desenvolvimento da subjetividade” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 33) no qual se distancia de formas progressivas, lineares e fragmentadas as quais tem dominado na Psicologia em seu desenvolvimento. Também ampliar na compreensão do desenvolvimento da subjetividade para tentar entender sua gênese e funcionamento.

“Avançar na definição das implicações epistemológicas dos conceitos de sentido subjetivo e de configuração subjetiva [...]” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 34) as quais não são apreendidas pelos indicadores, mas carregadas de inteligibilidade no avanço sobre processos constituídos nas práticas humanas. Além de serem conceitos essenciais para compreender como os indivíduos, na sua relação com os processos sociais, se configuram nas realidades culturais situadas historicamente.

“Continuar avançando na compreensão da ciência como sistema de produção de modelos teóricos [...]” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 34), nos quais interagem um valor epistemológico e um metodológico.

Por fim, avançar em uma nova definição de linguagem, baseado em Vigotsky, como produção subjetiva, na qual é inseparável do pensamento e aparece configurada subjetivamente, “[...] o que implica seu caráter intrinsecamente subjetivo.” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 35).

A Teoria da Subjetividade aponta para a complexidade da constituição psíquica do ser humano e considera as condições da cultura e da vida social. É compreendida como um conjunto de construções que são articuladas por zonas de inteligibilidade geradas por questões que delimitam a produção contínua de uma área de conhecimento, com implicações de diferentes espaços e práticas humanas (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). Pelo viés da teoria, González Rey e Mitjáns Martínez (2017) conceituam a subjetividade como uma dimensão qualitativa da objetividade que se expressa dentro das condições sociais, culturais e históricas.

A subjetividade é entendida como sistema complexo, aberto e contraditório, um sistema configuracional constituída pelas configurações subjetivas, as quais se organizam por diferentes momentos e contextos da experiência de vida do indivíduo (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017; LOIACONO, 2018).

2.1. SUJEITO, EMOÇÃO E PERSONALIDADE

A categoria de sujeito incorporada na Teoria da Subjetividade é uma das principais vias de estudo para compreensão da subjetividade. O sujeito é marcado pela organização histórica da subjetividade implicado pelos diferentes espaços sociais que vivência. Nesse sentido, é capaz de realizar uma processualidade reflexiva sobre suas experiências, configurando sua subjetividade e participando da construção dos espaços em que está inserido.

De acordo com González Rey e Mitjáns Martínez (2017), o indivíduo torna-se sujeito ao se envolver no processo de vida como um agente reflexivo emocionalmente. Os processos de subjetivação que o indivíduo produz superam suas referências originais nas quais foram produzidos, para assim gerar novos caminhos de vida (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017; LOIACOMO, 2018).

A categoria de sujeito aponta a relação dialética entre a singularidade e o social, permitindo o rompimento com a visão de modelos deterministas dos limites imediatos do sobre a configuração subjetiva, pois compreende que o sujeito não é determinado

diretamente pela dimensão social, uma vez que ele elabora reflexões cognitivas, emocionais e simbólicas sobre esse mesmo social vivenciado por ele, além de ser capaz de modificar as práticas sociais. Portanto, entende-se o sujeito como ator em diferentes situações e experiências de vida, seja em espaços sociais, seja em conteúdos implicados emocionalmente. Neste caso, as emoções surgem como outra categoria que o autor González Rey conceitua como parte da Teoria da Subjetividade.

As emoções se tornaram uma condição cultural importante do humano, possibilitando uma nova forma de expressão humana frente às situações ligadas às relações entre os indivíduos e as práticas sociais. As emoções são importantes para representar a complexidade do desenvolvimento cognitivo/emocional dos indivíduos e assim compreender a subjetividade humana. As emoções não podem ser apenas simplificadas por expressões biológicas, mas estão ligadas a estados subjetivos e a relações sociais, sendo reconhecidas pelo discurso cultural onde são especificadas e construídas (GONZÁLEZ REY, 2003; LOIACONO, 2018). Por trás das emoções, existem complexas configurações de sentido, onde toda influência externa se “incorpora” ao sistema da subjetividade. As experiências de vida de cada indivíduo são transformadas em sentidos subjetivos e organizados na subjetividade, formando “uma dimensão subjetiva da realidade objetiva.” (LOIACONO, 2018, p. 65).

A linguagem ganha uma nova compreensão através das categorias de sujeito e das emoções na Teoria da Subjetividade. Passa a ser entendida como uma expressão simbólica do sujeito, possibilitando construir a sua presença na vida social e atuar de forma legítima no seu próprio desenvolvimento subjetivo. A linguagem é constituída de diversos sentidos subjetivos, o que levará ao surgimento de novas emoções, mas não sendo uma manifestação direta da subjetividade. Refere-se a um momento no qual o processo de subjetivação adquire sentido, para assim se transformar em um novo momento constituído de configurações subjetivas que atuam na definição do sentido subjetivo da linguagem (LOIACONO, 2018; GONZÁLEZ REY, 2003).

O estudo da personalidade como um momento teórico no marco histórico cultural para González Rey (2003) torna-se importante para superação da dicotomia entre o social e o individual, no qual a relação entre esses dois espaços caracteriza o desenvolvimento do sujeito concreto, como uma via constituída subjetivamente.

Para Loiacono (2018), apoiada na Teoria da Subjetividade de González Rey, explica que a personalidade e o sujeito se constituem um ao outro, pois a personalidade não é um sistema intrapsíquico, mas um sistema subjetivo configurado na experiência

histórica do indivíduo. As experiências do indivíduo estão organizadas subjetivamente na personalidade, onde representa um sistema com os sentidos subjetivos relacionados a cada experiência. Esses sentidos subjetivos passam a influenciar outras experiências, formando redes complexas de configurações subjetivas. Sendo assim, a personalidade não pode ser explicada como “causa” e “ação”, mas como um processo gerador de sentidos ao longo do percurso de vida do indivíduo. Esses sentidos se expressam na própria ação do indivíduo, e através disso, poderá encontrar recursos que proporcionem um posicionamento contra as condições sociais e criar espaços subjetivos que sejam alternativos àquela realidade concreta (GONZÁLEZ REY, 2002; LOIACONO, 2018).

Para González Rey (2003) a personalidade representa um sistema no qual se organizam configurações subjetivas a nível de organização psíquica e não é a soma de elementos, mas “[...] um sistema que é capaz de manter sua própria organização e sua própria identidade.” (p. 256).

A personalidade tem uma capacidade geradora que antecede qualquer ação de força externa e isso ocorre através dos sentidos subjetivos. Estes aparecem no desenvolvimento da personalidade pela “[...] configuração entre o histórico e o atual.” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 256).

A capacidade geradora da personalidade ocorre por processos nos quais expressam os sentidos ao longo da história do sujeito singular. Nela se expressa o sistema organizado subjetivamente de todas as experiências e vivências do sujeito em que os sentidos subjetivos são produzidos (GONZÁLEZ REY, 2003).

A configuração subjetiva é a categoria que González Rey (2003) tem utilizado para o estudo deste complexo sistema. Portanto, para o autor, a personalidade emerge como um sistema de configurações subjetivas gerador de sentidos no processo de todas as atividades, experiências e vivências do sujeito.

2.2. SENTIDOS SUBJETIVOS E CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS

González Rey desenvolve alguns conceitos que geram visibilidade para os processos e formas em que a subjetividade é organizada. Dois deles, a configuração subjetiva e os sentidos subjetivos, fazem parte deste laço configuracional que compõe a subjetividade.

Para o autor González Rey (2005), o conceito de subjetividade evidencia um sistema complexo expresso através dos sentidos subjetivos que irão demonstrar a diversidade de aspectos objetivos da vida social do indivíduo.

A subjetividade vista como um sistema representa unidades e formas principais de organização que irão nutrir de sentidos subjetivos definidos nos mais variados espaços sociais onde ocorre a atividade humana. A subjetividade como definição ontológica tem os sentidos subjetivos como unidade (GONZÁLEZ REY, 2005).

Para tanto, a subjetividade, para González Rey (2005), se desdobra e se desenvolve no interior do universo de realidades e de processos objetivos que caracterizam a organização social.

González Rey retoma Vigotsky ao considerar sua categoria de “sentido” para desenvolver o conceito de sentido subjetivo. Segundo González Rey (2005; 2013), a definição de “sentido” para Vigotsky só fica evidente em sua obra *Pensamento e Linguagem* (1987) como integração entre o afetivo e o cognitivo, definindo uma categoria que constitui um sistema dinâmico de integração entre diferentes aspectos da psique, ficando na consciência em forma de palavra. González Rey desenvolve o conceito de sentido subjetivo pela natureza do “sentido”, não ocorrendo apenas em forma de palavra, mas delimitando-se em espaços simbólicos produzidos pelas culturas onde configuram-se os processos de subjetivação da experiência humana.

O simbólico se refere a todos aqueles processos que substituem, transformam, sintetizam os sistemas de realidade objetivas em realidades humanas que só são explícitas nas culturas. O simbólico acaba sendo naturalizado como parte da objetividade em que o mundo cultural humano emerge em cada nova geração. O simbólico irá apontar o caráter gerador da psique, onde o humano é criador e utilizador de símbolos em que os espaços culturais se desenvolvem (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017; GONZÁLEZ REY, 2005).

Os sentidos subjetivos representam uma unidade complexa da síntese de múltiplos aspectos que caracterizam a vida social e a história de cada sujeito. São uma unidade simbólico-emocional gerada pelos indivíduos em sua experiência vivida, indo além de sua intencionalidade e de sua consciência, tomando formas diversas no curso de suas diferentes ações (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

O desenvolvimento da categoria de sentido subjetivo, para González Rey (2005), facilita a compreensão do emocional, em seu desenvolvimento, como resultado da “convergência” e “confrontação” de princípios de sentido. São constituídos como

expressões da história e experiências de vida do indivíduo, assim como outros aspectos que aparecem em meio as suas ações no processo de sua atividade, tudo composto em sua subjetividade individual, que é outro conceito elaborado e proposto pelo autor.

Para tanto, González Rey chama as formações psicológicas complexas que integram várias formas fixas de organização individual dos sentidos subjetivos como configurações subjetivas.

As configurações subjetivas são constituídas como núcleos dinâmicos de organização em que os sentidos subjetivos estão inseridos, sendo muitos diversos e procedentes de diferentes zonas da experiência social e individual. Elas expressam os aspectos das experiências vividas em seu valor subjetivo singular para as diferentes pessoas, constituindo as articulações de sentidos subjetivos em que se organizam tanto a subjetividade social quanto a individual (GONZÁLEZ REY, 2003).

As configurações subjetivas não são a junção de sentidos subjetivos, mas uma formação subjetiva geradora de sentidos, que ora entram em convergência entre si, ora representam os estados afetivos no curso de uma experiência do indivíduo. (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Segundo González Rey e Mitjáns Martínez (2017), uma configuração subjetiva pode entrar em contradição com outras configurações que, no curso de uma experiência, podem produzir novas configurações subjetivas sobre aquela experiência vivida.

Por fim, os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas não são gerados como um reflexo das realidades discursivas, mas produções subjetivas expressos em processos contrários, sempre singulares em nível social ou individual, “[...] nos quais essas produções simbólicas sociais aparecem configuradas nos sentidos subjetivos produzidos pela configuração subjetiva singular dos agentes da experiência.” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p.65).

2.3. SUBJETIVIDADE SOCIAL E SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL

Os diversos espaços onde se realiza a ação do sujeito, sendo em um contexto histórico, social e cultural, comportam a expressão de duas dimensões que González Rey (2003) delimita, a subjetividade individual e a subjetividade social.

A subjetividade individual irá indicar processos e formas de organização da subjetividade que irão ocorrer nas mais variadas vivências diferenciadas dos sujeitos individuais no seu cotidiano (GONZÁLEZ REY, 2003).

A subjetividade se constitui tanto no indivíduo como nos diferentes espaços sociais em que este transita e está inserido. Segundo González Rey (2005), as relações e instituições da vida humana implicam a configuração subjetiva não apenas da vida do indivíduo, mas dos espaços sociais em que essas relações são produzidas. Os diferentes espaços que compõem uma sociedade concreta estão relacionados entre si em suas implicações subjetivas, sendo esse o nível de organização da subjetividade que González Rey denomina como subjetividade social.

Para González Rey (2005), a subjetividade social manifesta-se por meio das representações sociais, mitos, crenças, sexualidade, dentre outros espaços e ambientes em que estamos inseridos, dando a esta, a ênfase em discursos e produções de sentidos configurados pela sua organização subjetiva. Conforme González Rey (2005, p. 25), “cada uma das formas de expressão da subjetividade social expressa a síntese, em nível simbólico e de sentido subjetivo, do conjunto de aspectos objetivos, macro e micro, que se articulam no funcionamento social.”. Nesse sentido, os mesmos elementos citados acima se articulam na formação da subjetividade individual, onde a diferença estará nos processos de sentidos constituídos pelos aspectos singulares da história de cada indivíduo.

González Rey (2005) afirma que os espaços sociais são fontes geradoras de subjetivação que acontecem através das diferentes relações compartilhadas pelos indivíduos. Com isso, os sentidos subjetivos são produzidos por vias distintas, fazendo parte da subjetividade individual de quem a compartilha nesses espaços.

No caso do “sujeito” individual, sua inserção toma forma constante em espaços da subjetividade social, onde sua condição de “sujeito” estará em constante movimento entre as tensões produzidas a partir das contradições entre suas “[...] configurações subjetivas individuais e os sentidos subjetivos produzidos em seu trânsito pelas atividades compartilhadas nos diferentes espaços.” (GONZÁLEZ REY, 2005, p.25).

A subjetividade individual está em constante desenvolvimento, tomada por um sistema que não é determinada pelas vivências e ações dos sujeitos, mas pela ação em si que é acompanhada pela produção constante de sentidos subjetivos. (LOIACONO, 2018). Portanto, são processos e formas em que a organização subjetiva retrata as

histórias singulares dos indivíduos inseridos em uma cultura ou por determinadas relações.

Segundo Loiacono (2018), a subjetividade individual está organizada juntamente com a personalidade, onde sempre estará envolvida com a expressão e subjetivação do indivíduo em seu momento atual. Torna-se um sistema complexo que se organiza entre si e está em constante interligação entre a subjetividade individual e a subjetividade social.

Em síntese, as subjetividades social e individual fazem parte de um mesmo sistema, com contradições entre os dois níveis e suas organizações diferenciadas que se transformam em produções de sentido subjetivo, participando do desenvolvimento do indivíduo e da sociedade (GONZÁLEZ REY, 2005).

Esse sistema é o que chamamos de subjetividade, como uma dimensão qualitativa da objetividade. As subjetividades social e individual expressam a ligação entre a objetividade e a subjetividade, por estarem explícitas nas relações sociais e singulares dos sujeitos.

Nesse sentido, é através da dialética entre subjetividade social e individual que podemos caracterizar a sexualidade como produção subjetiva (QUEVEDO, 2017), por expressar, através dos sentidos subjetivos, a materialidade singular do sujeito e sua relação com as tensões sociais que são produzidas nos espaços culturais, sociais e históricos que perpassam os sujeitos.

Essas tensões sociais são produzidas pelas configurações subjetivas dos sujeitos inseridos em um determinado espaço social e podem ser explicadas através da subjetividade social. Com isso, nos provoca a pensar a subjetividade social como uma categoria importante para analisar os fenômenos sociais que determinam a sexualidade.

Por fim, no próximo capítulo nos esforçaremos em avançar no conceito de sexualidade e sua mediação com a subjetividade, como categoria central deste trabalho.

CAPÍTULO III - SUBJETIVIDADE E SEXUALIDADE

Neste capítulo iremos problematizar a construção da sexualidade, de forma sucinta, através da relação entre a monogamia e o regime da propriedade privada que subordinou a mulher ao homem e produziu um tipo de relação social dominação-exploração sobre a sexualidade e o gênero (ENGELS, 1984). Discutiremos as implicações do patriarcado na constituição da masculinidade gay para chegar à identidade gay (WELZER-LANG, 2001), visto a partir do nosso recorte na pesquisa.

A princípio, discutiremos a relação homem-mulher, através de uma perspectiva histórica sobre o primado da monogamia e da divisão sexual do trabalho, pois, concordarmos com Saffioti (2011) e Amaral (2019), para pensar o masculino e as homossexualidades, precisamos precisamente evocar o feminino e o regime da heterossexualidade.

A fim de compreender a subjetividade como uma categoria central visando, inclusive, a superação e a transformação social do nosso objeto de estudo, faz-se necessário demonstrar a importância da Teoria da Subjetividade para o avanço nos estudos da sexualidade e gênero. Pretendemos abrir o diálogo entre as transformações sociais da sexualidade ao longo da história e suas bases normativas geradas pela estruturação da monogamia e da propriedade privada com a subjetividade de González Rey. Tentativa necessária para abertura de novas zonas de inteligibilidade, discussões e problematizações na abordagem Cultural-Histórica.

3.1. SEXUALIDADE COMO CONSTRUCTO SOCIAL, CULTURAL, HISTÓRICO E POLÍTICO

A apresentação do livro *Ideologia Alemã*, de Karl Marx e Friedrich Engels, já nos provoca sobre o conhecimento e a verdade do pensamento humano sempre produzir a dicotomia entre sujeito e objeto, emergindo várias correntes de pensamento idealistas, empiristas, racionalistas, materialistas, dentre outras, para dar respostas às realidades postas. Por isso, faz-se necessário mencionar nossa base de explicação do pensamento humano pelo método do materialismo histórico e dialético, e superar essa e outras dicotomias que são produzidas pelas outras correntes epistemológicas e filosóficas.

O materialismo histórico proporciona a reflexão das transformações sociais da nossa história sobre a realidade do nosso objeto de estudo e para isso, nos esforçaremos a discutir a historicidade da sexualidade através do livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels (1984)⁵, para podermos pensar nos processos de estigmatização e discriminação contra jovens cis-gays.

Em um manuscrito inédito redigido por Marx e Engels em 1846, os autores colocam que a primeira forma de divisão do trabalho se fez entre o homem e a mulher na procriação dos(as) filhos(as), gerando na história o primeiro antagonismo de classes, que coincide com “o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia.” (ENGELS, 1984, p. 70-71).

A monogamia, para Engels (1984), não surge como uma reconciliação entre os dois sexos predominantes na época, mas como forma de “escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos [...]” (p. 70) ocasionando um progresso histórico na constituição de família justamente com a escravidão e as riquezas privadas. No desenvolvimento da monogamia se instalam na sociedade civilizada⁶ as contradições e o antagonismo no qual surge o “heterismo”.

Para Engels (1984), o heterismo é uma instituição social que proporciona a libertação sexual apenas para os homens, mesmo não tolerado, ainda sim praticado pelas classes dominantes. Essa prática não era reprovada aos homens e sim as mulheres, que eram desprezadas e repudiadas. Com isso, “[...] para que se proclame uma vez mais, como lei fundamental da sociedade, a supremacia absoluta do homem sobre o sexo feminino” (p. 72).

Essa supremacia ajudou a crescente estrutura patriarcal que conhecemos hoje, pois naquela época a família patriarcal e individual monogâmica já não era mais vista como um caráter social e sim como um “serviço privado”. A mulher viu-se como primeira criada e posteriormente ao acesso à produção social como função proletária (ENGELS, 1984), colocou-se a contradição do antagonismo de classe como função de opressão ao feminino.

A contradição se deu pela escolha da mulher entre cumprir seus deveres privados da família e ficar excluída das produções sociais do trabalho ou fazer parte

⁵ Publicação original em 1884.

⁶ A partir de Lewis Henry Morgan, Engels (1984, p. 21) coloca o desenvolvimento da família em três épocas principais na pré-história da humanidade: Estado selvagem, a barbárie e a civilização. Nós contentaremos apenas a época da civilização onde a monogamia ganhou força.

da indústria social e lhe impossibilitar de cumprir as obrigações domésticas para alcançar tal independência (ENGELS, 1984). Dessa forma, “a família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica [...]” (p. 80) e transformou-se em uma unidade econômica da sociedade.

As relações domésticas levam à transformação da divisão do trabalho na família por essa já ter sido mudada fora⁷ e por torná-la base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher (ENGELS, 1984). Nessa etapa histórica, todo regime gentílico já havia sido destruído pela divisão do trabalho que divide a sociedade em classes e é substituído pelo Estado.

O Estado é produto da sociedade, “é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar” (ENGELS, 1984, p. 191) caracterizado por uma divisão territorial, uma força pública e os impostos.

A necessidade da força pública surge pela divisão da sociedade em classes, tendo os escravos como submissos e a criação da força de polícia para manter a ordem entre os cidadãos. Além da polícia, é formada de “[...] acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero [...]” (ENGELS, 1984, p. 192) se fortalecendo conforme os antagonismos de classe se intensificam dentro do Estado. E para sustentar essa força pública, são exigidos de uma parte dos cidadãos os impostos.

Como Estado nasceu para conter o antagonismo das classes e em meio aos conflitos entre elas, acaba como que sendo um direito de uso da classe dominante, “[...] o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.” (ENGELS, 1984, p. 193) que é o Estado que conhecemos hoje em dia.

Pelo uso da classe dominante no Estado, também predominava a presença dos homens, o que, pela divisão do trabalho, produziria uma hierarquia social que colocou o homem no poder devido à divisão do trabalho pelo sexo.

Essas hierarquias sociais, dadas às condições em que os homens e as mulheres vivem, se envolvem em uma relação social específica: as relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009). Assim como todas as relações sociais em que possuem uma base

⁷ Vale salientar que a divisão do trabalho já tinha sofrido mudanças pela primeira grande divisão social do trabalho: a domesticação e criação de gado como principal ocupação de meio produtivo na Ásia (ENGELS, 1984, p. 179).

material, as do trabalho, “se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho.” (KERGOAT, 2009, p. 67) em que esses sistemas operam.

A divisão sexual do trabalho, para Danièle Kergoat (2009), é a forma decorrente das relações sociais de sexo, a qual historicamente está adaptada a cada sociedade. Tem como característica a “destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).” (KERGOAT, 2009, p. 67).

Nesse sentido, a prioridade dos homens às esferas produtivas, tais como políticas, religiosas etc., já demonstra a marca da masculinidade hegemônica que, historicamente, subordina a mulher à sua esfera biológica e reprodutiva. Percebemos a presente marca da heteronormatividade e cisnormatividade.

Essa forma de divisão social do trabalho se organiza em dois princípios, sendo “o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, p. 67), que podem ser aplicados por conta da legitimação de uma ideologia naturalista que abandona o gênero ao sexo biológico e “reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuais” (p. 67) determinados ao destino natural da espécie (KERGOAT, 2009).

Até o presente momento estamos falando de uma única forma de vivenciar a sexualidade: a heterossexual. Estamos falando de uma legitimidade que lhe foi dada a exercer um tipo de dominação sexual, aquela para o homem heterossexual cisgênero burguês e branco.

Os marcadores sociais de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, classe e raça perpassam essa relação de dominação e representa toda a materialidade da sexualidade na dialética com a objetividade.

Nesse sentido, é uma sexualidade que surge pela divisão sexual do trabalho e abre espaço para que esse homem se aproprie de qualquer relação que possa ser vivida de maneira a exercer sua forma de dominação-exploração, colocando a mulher e as homossexualidades para vivenciarem a sexualidade no privado. Assim as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho formam um sistema

epistemologicamente indissociáveis, “a divisão sexual do trabalho tem o status de *enjeu*⁸ das relações sociais de sexo.” (KERGOAT, 2009, p. 71).

Usaremos o conceito de dominação-exploração⁹ por compreender o processo de sujeição de uma categoria social¹⁰ pelas duas dimensões de dominação e exploração, entendendo como um único processo, em que ambas dimensões são complementares (SAFFIOTI, 2001; 2011).

O sistema de dominação-exploração se constitui em um único fenômeno, mas apresenta duas faces. A base econômica do patriarcado não apenas na discriminação da base salarial das mulheres trabalhadoras, mas “[...] em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos [...]” (SAFFIOTI, 2011, p. 106) e no controle de sua sexualidade e na capacidade reprodutiva.

Esse sistema sempre dará o controle ao homem, ao masculino, à cisnorma e à heteronormatividade sobre as mulheres e a população LGBTI, “[...] seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos [...]” (SAFFIOTI, 2011, p. 106), ou seja, pela totalidade da subordinação das sexualidades.

Para os autores Marco Prado e Frederico Machado (2008) as sexualidades sempre participaram da estruturação das hierarquias sociais, emergindo assim, debates políticos e sociais contrapondo as várias formas de subordinação.

Concordamos com Prado e Machado (2008) que a sexualidade é carregada de símbolos, valores e rituais que estruturam e dão coesão às práticas e instituições sociais, mas entendemos que essa estrutura historicamente foi construída pela relação de dominação e exploração de um gênero sobre o outro, culminando na dominação masculina.

Nosso próximo passo é articular todo esse sistema de dominação e exploração de um gênero ao outro na relação da subjetividade com a objetividade, sem correr o risco de produzir uma dicotomia.

Para isso, iremos nos apoiar na tese de doutorado do Jorge Eduardo Moncayo Quevedo (2017), orientada por Fernando González Rey, para articularmos a

⁸ “O que está em jogo, em disputa, o desafio.” (p.71)

⁹ Também é usado “exploração-dominação” (SAFFIOTI, 2001).

¹⁰ Nos estudos de relações sociais de sexo/gênero, homens e mulheres são vistos como uma categoria social e não biológica (AMARAL, 2019).

sexualidade pelo viés da abordagem da Teoria da Subjetividade e da Epistemologia Qualitativa, a qual será apresentada adiante.

Em seu capítulo intitulado “De la constucción social de la sexualidade a la sexualidade como producción subjetiva” Quevedo (2017) afirma que, devido a um efeito neutralizador que assume a sexualidade como algo naturalmente dado, sua historicidade, suas bases culturais, políticas e subjetivas acabam sendo ocultadas.

A sexualidade passa a ser um caminho possível para pesquisar as complexidades do ser humano. Para Quevedo (2017), as diversidades tornam a sexualidade uma discussão amplamente contemporânea, fazendo com que se observe uma relação não linear entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual. Assim como histórica, por carregar todo escopo político e social das relações sociais entre os dois gêneros predominantes no processo de humanização.

Nessa perspectiva, a ideia de uma força natural e biológica predominante nos discursos religiosos e científicos/médicos acabam sendo ultrapassados por uma multiplicidade de manifestações da sexualidade relacionadas a uma ordem complexa do ser humano (QUEVEDO, 2017). Nesse sentido, concordamos com Quevedo (2017) sobre a sexualidade poder ser compreendida como uma construção social que varia de cultura para cultura, de tempos em tempos e traz a sexualidade como significados mutáveis e dissimilares.

A dificuldade passa a existir quando temos uma noção do que é uma mulher “verdadeira” ou um homem “verdadeiro” pressupondo “realidades” inferidas pela anatomia do indivíduo ou pelas roupas que ela usa. O autor a chama de suposta “realidade de gênero”, quando as categorias que costumamos usar para definir o que é isso ou aquilo não se encaixam em determinados indivíduos.

“La noción de mujer verdadera u hombre verdadero presupone un soporte de «realidad» inferido de la anatomía del individuo o de la vestimenta que lleva. Esta supuesta «realidad de género» se desestabiliza cuando las categorías que solemos usar para definir a tal o cual no se ajustan a determinados individuos. [...]” (QUEVEDO, 2017, p.37).

As normas reguladoras, isto é, as regras culturais e definições éticas que moldam os indivíduos, passam a não entender aqueles que não seguem os modelos tradicionais sexuais e de gênero, como pessoas homossexuais, transexuais, intersexuais etc. Assim, para Quevedo (2017), existe um certo apelo contínuo em se

definir pessoas pela perspectiva das normas binárias que representam o gênero como efeito de uma heterossexualidade predominante.

Ao compreendermos a sexualidade como uma produção subjetiva, implica em considerar outros aspectos da teoria da Subjetividade proposta por González Rey. A subjetividade é conceituada a partir de uma visão dialética, complexa e processual, sendo um sistema configuracional que se organiza por configurações subjetivas diversas em diferentes momentos e contextos da experiência do indivíduo (GONZÁLEZ REY e MITÍJANS MARTÍNEZ, 2017, p. 62).

Para Quevedo (2017), a subjetividade passa a dar significados a uma nova área de estudo, sendo possível tornar inteligível, complexo e singular a sexualidade humana. Em outras palavras, existe uma diferença ontológica e epistemológica na concepção da sexualidade a partir do qual supera não só a ideia de uma essência a *priori* da sexualidade, mas também oferece uma possibilidade em explicar o surgimento das diversidades sexuais, sendo superados pelas explicações lineares do biológico e do social (QUEVEDO, 2017, p.41). Assim, a sexualidade não deve ser buscada apenas como um resultado do interno – instinto – ou do externo – cultura/discursos – separadamente, mas na síntese contínua entre ambos. Aqui a subjetividade ocupa um lugar evidente para conferir a inteligibilidade ao fenômeno da sexualidade como uma produção subjetiva complexa, afastando-se do olhar contemporâneo, presente nas instituições escolares e políticas, que acaba se propondo a compreendê-la apenas como um sistema funcional, racional e normativo (QUEVEDO, 2017).

Pensar a sexualidade a partir dessa perspectiva teórica faz com que se reconheça a importância em se discutir a subjetividade como uma das explicações do ser humano, sem continuarmos a manter a dicotomia do interno-externo. Nesse sentido, para Quevedo (2017), pensar a sexualidade subjetivamente implica destacar a multiplicidade e diversidade de possíveis caminhos que leva ao desenvolvimento de cada indivíduo e sua produção subjetiva.

[...] Que la sexualidad sea considerada un proceso dinámico y complejo en el que el sujeto desempeña un papel imprescindible en su definición cualitativa y en su constitución singular hace que esta perspectiva teórica se diferencie de las teorías que ven a la sexualidad como lógica, racional y normativa, las cuales están muy presentes en las políticas públicas, los discursos de la sexología, la educación sexual y algunas posturas psicológicas (QUEVEDO, 2017, p.46).

O autor destaca outro ponto importante em considerar a sexualidade uma produção subjetiva, sendo seu caráter singular, que pode ir além das representações sociais dos modelos normativos da atualidade, não se reduzindo apenas ao externo e ao discurso simbólico. O aspecto emocional desempenha um papel importante em sua configuração subjetiva produzida em diferentes espaços, pode ir além da escola, da família etc. por onde indivíduo transitou e transita diariamente.

Pensar a sexualidade como um constructo social e político é pensar em toda historicidade como categoria principal para explicar a realidade atual. As práticas sexuais e afetivas andam coladas como uma perspectiva de que ambas são construções sociais relacionadas às múltiplas dimensões simbólicas e estruturais da sociedade que determinam e são determinadas pelos espaços em que estamos inseridos.

Dessa forma, compreendemos a sexualidade como um constructo social e político por representar a materialidade da vida expressa por suas relações com os espaços, dados os recursos subjetivos que irão mediar sua relação com a objetividade.

Esses espaços, por muito tempo, determinaram e ainda determinam um tipo normativo de orientação sexual¹¹ e de identidades de gênero¹² orientado por ideologias cujas premissas passam a estigmatizar e patologizar as experiências concretas dos indivíduos que afastam das estruturas hegemônicas de sexualidade. Podemos chamar as bases dessas estruturas de heteronormativas por regular e naturalizar um tipo de sexualidade e promover a discriminação e estigmatização contra outras.

Portanto, compreender a sexualidade como uma produção subjetiva complexa e contraditória, permite resgatar e confrontar o fenômeno da heteronormatividade como sentidos subjetivos configurados em uma lógica baseada na dominação-exploração que determinam uma única forma de vivenciar a sexualidade.

A divisão sexual do trabalho, pela lógica do sistema de dominação-exploração, permitiu que a dominação masculina fosse exercida com legitimidade, subordinando outras formas de sexualidade. Desse modo, os debates feministas são importantes para discutirmos a respeito do patriarcado.

¹¹ Definimos orientação sexual na concordância com Marcos Martins do Amaral (2019) de que “é um aspecto humano, do sujeito ativo que tem a possibilidade de refletir sobre a condição humana; a orientação sexual é um aspecto da constituição do humano e a constituímos dentro das possibilidades determinadas pela realidade.” (p. 68).

¹² Compreendemos identidade de gênero com aproximação da definição de Jaqueline Gomes de Jesus (2012) como gênero do qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento.

O final do livro de Friedrich Engels nos confronta a pensar esse sistema de dominação-exploração como produção do regime do patriarcado que deu legitimidade às classes dominantes:

[...] O que é bom para a classe dominante deve ser bom para a sociedade, com a qual a classe dominante se identifica. Quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade, enfeitando-os ou simplesmente negando-os [...] (ENGELS, 1984, p. 200).

3.2. O PATRIARCADO E A CONSTITUIÇÃO DA(S) MASCULINIDADE(S)

A construção da masculinidade pode ser entendida pelo processo de dominação-exploração que ocorre pelo regime do patriarcado, no qual predomina a dominação masculina. Como explicitamos anteriormente, para falar sobre uma masculinidade gay e uma identidade gay, precisamos discutir a relação homem-mulher no âmbito do desenvolvimento do capitalismo marcado pelo sistema dominação-exploração. De acordo com Saffioti (2001), esse sistema nos permite explorar os modos de sujeição em que indivíduos são submetidos, sendo um deles o da dominação masculina.

Concordamos com Amaral (2019) ao adotar a perspectiva de relações sociais de sexo/gênero, por compreendermos tanto a relação homem-mulher, quanto homem-homem, para superação das possibilidades de análises objetivistas e subjetivistas sobre o nosso objeto de estudo. Para isso, nos aproximamos em conformidade com Amaral (2019), das produções feministas marxistas para problematizar as implicações da constituição da(s) masculinidade(s) através das relações sociais de sexo/gênero.

Nas economias pré-capitalistas, a mulher “das camadas sociais” que se apropriavam da produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. De acordo com Saffioti (1976), a mulher era ativa, “[...] trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas.” (SAFFIOTI, 1976, p.17). A família existia como uma unidade de produção social e as mulheres e as crianças exerciam um papel econômico fundamental para manutenção do trabalho.

O casamento era entendido como uma felicidade pessoal da mulher e consolidava-se sua posição social para garantir a estabilidade ou prosperidade econômica (SAFFIOTI, 1976). Desta forma, para Saffioti (1976), a tradição de

submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem ser vistos isoladamente, “sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas.” (p. 18).

Nesse sentido, o sistema produtivo de bens e serviços de uma sociedade da qual as mulheres também participavam é constituído pelo seu próprio núcleo, “[...] aquilo que define seu tipo estrutural.” (SAFFIOTI, 1976, p. 18).

De acordo com Saffioti (1976), esse sistema estrutural é definido pelo desenvolvimento contraditório do processo de produção social, nesse caso a família, que culminará na realização da sociedade capitalista e possibilitando a integração da mulher na sociedade.

Assim, nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo, desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, se define como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família (SAFFIOTI, 1976, p. 19).

A produtividade do trabalho da mulher era baixo e não existia interesse em excluí-las do sistema produtivo. Todavia, esse sistema social precisava de seu trabalho para garantir a “[...] ociosidade das camadas dominantes.” (SAFFIOTI, 1976, p. 19). Já existia uma forma controlada de submissão do trabalho no sistema produtivo.

Com isso, “o aparecimento do capitalismo se dá em condições extremamente adversas à mulher.” (SAFFIOTI, 1976, p. 20). Cria-se um modelo individualista pelo modo de produção capitalista e coloca a mulher em desvantagem social em uma dupla dimensão:

[...] no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 1976, p. 20).

Nesse novo regime, a sociedade se dividia em classes sociais e a elaboração do fator natural do sexo, era determinado pelo novo sistema de produção social. O homem desempenhou e desempenha um papel importante na dupla determinação da mulher como membro de uma classe social e como uma categoria de sexo. “Se a mulher é

duplamente determinada, a consciência do homem é duplamente contraditória” (SAFFIOTI, 1976, p. 20).

O sistema de produção capitalista gerou o que chamamos de patriarcado, pela submissão da produção social do trabalho da mulher ao homem e a sua exclusão de todos os benefícios econômicos e da propriedade privada.

No regime do patriarcado, os homens não só exploram as mulheres pela divisão sexual do trabalho, mas a dominam e exercem a relação de dominação-exploração (SAFFIOTI, 2001; 2011; AMARAL, 2019). O patriarcado não diz respeito apenas ao mundo privado, mas “suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado.” (SAFFIOTI, 2011).

Para autora Hirata (2018) a formação social do patriarcado não é descolada do capitalismo, o que ela chama de “capitalismo patriarcal”. Hirata (2018) entende o patriarcado, através do pensamento de Christine Delphy¹³, como “uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda mais simplesmente o poder é dos homens”. Ele é assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de ‘opressão das mulheres’” (p. 16). Concordamos quanto ao patriarcado não ser um sistema separado do capitalismo, mas que também é avaliado como um constructo mental, nos fazendo aproximar de Saffioti (2001; 2011) que evidencia o poder do homem sobre a mulher pela dominação masculina.

Representa uma ideologia e uma violência baseada nesse sistema de exploração-dominação, onde naturaliza uma hierarquia de relações que dão direitos sociais e sexuais dos homens sob as mulheres (SAFFIOTI, 2001; 2011; AMARAL, 2019).

Pela função patriarcal, Saffioti (2001) explícita que os homens detêm o poder de determinar condutas a outras categorias sociais, entre as quais podemos introduzir mulheres e gays, para punir aqueles que apresentam desvio. Através das normas sociais, a dominação-exploração da categoria social “homens” permite que homens executem suas masculinidades pela violência às categorias sociais exploradas. O que Saffioti chama de desvio, entendemos como qualquer outro tipo de masculinidade – e o próprio gênero feminino - não dominador na sociedade e submissão a categoria do homem heterossexual. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de pensar em outras

¹³ DELPHY, Christine. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H., LABORIE, F., LE DOARÉ, H., SENOTIER, D. (coord) Dicionário crítico do feminismo, São Paulo: EDUNESP, 2009.

formas de masculinidades, as quais permitem discutir a constituição da masculinidade gay.

O gênero não é somente uma categoria de análise, mas também, uma categoria histórica que regula não apenas as relações entre homem-mulher, mas também nas relações entre homem-homem e entre mulher-mulher (SAFFIOTI, 2011). Portanto, gênero designa a construção social do masculino e do feminino e ao se utilizar de forma isolada, tem seus limites e não explicita a desigualdade existente na relação homem-mulher (SAFFIOTI, 2011; AMARAL, 2019).

As sociedades constroem imagens e representações relacionadas ao masculino e ao feminino correspondentes à divisão sexual do trabalho, que obedece a um certo critério de sexo, demonstrando que não existe uma sociedade sem gênero (SAFFIOTI, 2011). Essas imagens e representações dão elementos para o patriarcado controlar a sexualidade feminina (SAFFIOTI, 2011) e todas as outras sexualidades que se aproximem da feminilidade, como a masculinidade gay.

Saffioti (2011) elenca as seguintes características:

1 – não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...] 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (p. 57-58).

Nas discussões patriarcais da família, as autoras Narvez e Koller (2006), destacam que o patriarcado não irá designar o poder do “pai”, mas “o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social.” (p. 50). Assim as autoras colocam esse regime como uma forma de organização social no qual “as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos.” (p. 50).

O patriarcado, assim como a heteronormatividade, é anterior ao modo de produção capitalista, é histórico e através de seu poder, estrutura a vida social dos indivíduos pelas relações de dominação-exploração (AMARAL, 2019). Acrescentamos aqui, que o patriarcado estrutura a vida psíquica do sujeito, objetiva e subjetivamente.

Nesse sentido, a partir dessas relações onde operam a divisão sexual do trabalho, podemos pensar na construção da masculinidade, visto que já falamos da dominação masculina que ocorre em função do sistema de dominação-exploração.

Nos apoiaremos na explicação da construção do masculino pela perspectiva dos autores Daniel Welzer-Lang (2001) e Marcos do Amaral (2019) para o avanço dessa categoria na teoria marxista da qual nos aproximamos.

Os lugares monossexuados são onde ocorre o encontro do homem com outros homens e estruturam o masculino, construindo uma ideologia que impõem que para ser verdadeiramente homem, o sujeito deve dissociar-se de referências às mulheres (WELZER-LANG, 2001; AMARAL, 2019).

Welzer-Lang (2001) desenvolve o conceito de casa-dos-homens em inspiração ao trabalho de Maurice Godelier¹⁴, como o espaço de homossociabilidade entre homens. Esse espaço ocorre em lugares monossexuados onde apenas há o encontro de pessoas do gênero masculino e para lhes serem apresentadas as regras da virilidade. Esse espaço acontece na vida dos homens quando começam a se afastar do universo das mulheres e aproximarem-se de grupos somente de homens.

A casa-dos-homens é um espaço para que iniciem sua vida sexual de certa forma, e nela poderem vivenciar momentos de “comportamento homossexual” (WELZER-LANG, 2001; AMARAL, 2019). É onde se escondem dos olhares das mulheres e dos homens de outras gerações, jogando em jogos de erotismo no início da vida sexual. Tais exemplos como “competições de pintos, maratonas de punhetas (masturbação), brincar de quem mija (urina) mais longe, excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo [...]” (WELZER-LANG, 2001, p. 462) legadas pelas gerações anteriores, apreendendo e reproduzindo “os mesmos modelos sexuais, tanto pela forma de aproximação quanto pela forma de expressão do desejo.” (p. 462).

Como forma dos meninos se diferenciarem uns dos outros e da mulher, precisam seguir regras rígidas, concretas e/ou simbólicas, onde o esporte acaba sendo um bom exemplo de casa-dos-homens. Essa diferenciação também é aprendida como forma de respeito por códigos e ritos que tornam suas relações hierárquicas (WELZER-LANG, 2001), sendo a casa-dos-homens uma forma de:

[...] Integrar códigos e ritos, que no esporte são as regras, obriga a integrar corporalmente (incorporar) os não-ditos. Um desses não-ditos, que alguns

¹⁴ GODELIER, Maurice. La production des Grands Hommes. Paris: Fayard, 1982. [réédition en 1996].

anos mais tarde relatam os rapazes já tornados homens, é que essa aprendizagem se faz no sofrimento. Sofrimentos psíquicos de não conseguir jogar tão bem quanto os outros. Sofrimentos dos corpos que devem endurecer para poder jogar corretamente [...] (p. 463).

Esse sofrimento psíquico coloca o homem frente à luta contra seu próprio corpo, seguindo leis e aceitando sofrimento, sem chorar, sem possibilidade de questionar as regras às quais está submetido nessa hierarquia (WELZER-LANG, 2001; AMARAL, 2019).

Dessa forma o homem deve aprender a ser homem e se distanciar do que é ser mulher. Nesse processo de socialização do homem, o feminino é o inimigo central, bem como tudo aquilo ligado a ele. Qualquer aproximação ao feminino impossibilita a existência do masculino e o leva à expulsão da casa-dos-homens (WELZER-LANG, 2001; AMARAL, 2019).

As relações entre homens e mulheres são a imagem para estruturação hierarquizada das relações dos homens (WELZER-LANG, 2001), demonstrando o sistema de dominação-exploração que legitima a dominação masculina. Aqueles que são fracos, “veados”, “femeazinhas” são consideradas não-homens, levando à negação de um tipo de masculinidade.

Portanto, a existência de um poder nesse sistema de dominação-exploração heteronormativo privilegiará “o homem que é viril, ativo, dominante, não afeminado, que tem desejo sexual – pelo menos publicamente - exclusivo por mulheres.” (AMARAL, 2019, p. 61), levando aqueles que não seguem as normas sexuais de gênero e heterossexuais a serem excluídos do grupo de homens. Nesse sentido, ocorre a exclusão simbólica e concreta daqueles que se inserem nos grupos da classe oprimida de gênero e sexual: mulheres, crianças e qualquer pessoa que não seja um homem “normal” (WELZER-LANG, 2001).

Concordamos com Welzer-Lang (2001) e Amaral (2019) que feita a análise do masculino, precisamos assumir uma postura crítica ao modelo de macho e evidenciar todas as contradições em que as relações sociais de sexo e gênero chegam ao fim da dominação masculina.

Assim o regime do patriarcado permite que a casa-dos-homens seja um espaço normativo criado para que a dominação masculina opere sobre outras formas de masculinidade, legitimando um tipo de poder sobre subjetividades que acabam sendo subordinadas.

Portanto, entendemos que a masculinidade se configura e é configurada pela realidade histórica e expressa sua materialidade complexa e contraditória, se constituindo em uma sociedade heteronormativa, racista, machista, sexista, classicista, desigual, dentre outros mecanismos opressores, que é mediada por múltiplos processos dos quais opera o sistema de dominação-exploração.

Por fim, para que possamos falar de um aspecto possível da masculinidade - a identidade gay - precisamos discutir e problematizar esse processo, o que faremos a partir do que se denomina “sair do armário”.

CAPÍTULO IV – SUBJETIVIDADE E “SAIR DO ARMÁRIO”

[...] Homossexuais sofrem segregação, agressões e humilhações nas instituições e nas Forças Armadas. Nas prisões, nos hospitais psiquiátricos e nas escolas, os homossexuais assumidos ou presumidos são frequentemente segregados, isolados, inferiorizados e até agredidos fisicamente por quem está no comando.

E o sofrimento da autodepreciação e do medo estão sempre presentes, a cada minuto do dia. A maioria dos homossexuais consegue contornar os obstáculos legais impostos à sua sobrevivência. Porém, para isso, é necessário mergulhar na mais profunda clandestinidade. [...].

Libertação Gay: Uma Perspectiva Socialista¹⁵
Kipp Dawson, junho de 1975.

Neste capítulo discorreremos sobre o significado do processo “sair do armário” através de algumas perspectivas que podem nos aproximar do tema na abordagem Cultural Histórica, que ainda apresenta pouca pesquisa a respeito.

Referimo-nos à experiência do “sair do armário” como um processo visto a partir de dimensões objetivas da vida do sujeito e que ocorre na dialética singular e social. Ao afirmarmos isso, nos colocamos em uma posição de que esse processo, ao mesmo tempo que é singular, é social, dadas estruturas simbólicas que envolvem todo esse movimento de assumir-se homossexual em uma sociedade discriminatória e heteronormativa.

De antemão, salientamos nosso posicionamento de que esse processo trata-se de um projeto político de identidade e não pelo viés compulsório de que toda pessoa LGBTI precise obrigatoriamente “sair do armário” e assumir suas identidades nos diferentes espaços sociais. Quando falamos em um projeto político da identidade, referimo-nos aos processos de transformações reais das condições de nossa existência no qual a identidade LGBTI torna-se legítima e alcançável a nível social, sem que se sofra nenhum tipo de violação. Discutiremos posteriormente essa proposta.

¹⁵ “Este panfleto foi publicado pela primeira vez na edição de junho de 1975 do jornal Young Socialist, o veículo mensal da Young Socialist Alliance, a qual cedeu permissão para sua reimpressão. Kipp Dawson foi a candidata do Partido Socialista dos Trabalhadores ao Senado dos EUA pelo estado de Nova York, em 1970. Posteriormente, fez parte da organização pró-aborto Women's National Abortion Action Coalition (WONAAC)”. Tradução de: Leonardo Gomes. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1975/06/libertacao.htm>

4.1. O “SAIR DO ARMÁRIO” COMO PROJETO POLÍTICO DE IDENTIDADE

Compreendemos o “sair do armário” como um processo singular e complexo baseado em experiências e vivências relacionadas às sexualidades de pessoas que não se identificam heterossexuais. Esse processo também inclui, além de pessoas homossexuais, bissexuais e pansexuais, pessoas travestis, transexuais e transgêneros que não se identificam com a cisnorma e com nenhum gênero predominante atribuído ao nascimento. Esse processo evoca sentidos simbólico-emocionais levando a “assumir” uma identidade que se contrapõe a todo sistema da heterossexualidade.

O sistema heteronormativo e cisonormativo está ligado às relações sociais de gênero e sexuais que operam nas hierarquias de poder em nível coletivo e individual. Essas hierarquias sociais dadas as condições em que os homens e as mulheres vivem se envolvem em uma relação específica: as relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009) como já falamos anteriormente. Assim como todas as relações sociais que possuem uma base material, a do trabalho, “se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho.” (KERGOAT, 2009, p. 67) em que esses sistemas operam.

A divisão sexual do trabalho possibilitou dar bases às explicações desses dois sistemas principais que operam no processo de “sair do armário” e acabam possivelmente produzindo sofrimento e exclusão para população LGBTI.

Nossa primeira tentativa de diálogo é com autores pós-estruturalistas que irão chamar essa experiência de *coming out*. Para os(as) autores João Manuel de Oliveira et al. (2010) o *coming out* é assumir-se com uma identidade não heterossexual. Assumir uma identidade não heterossexual requer muitas ações e posicionamentos que possibilitem a legitimação de cada experiência vivida por aquele indivíduo. O *coming out*¹⁶ de uma identidade não heterossexual pode gerar questões complexas pressupostas por uma identidade fixa, estável e essencializada. (OLIVEIRA, et al., 2010).

Para os(as) autores Oliveira et al. (2010) existem várias determinações que perpassam essa experiência através de contextos socioculturais opostos à diversidade

¹⁶ In: Diamond, L (2008) Female bisexuality from adolescence to adulthood: results from 10 year longitudinal study *Developmental Psychology*, 44 (1), 5-14; In: Savin-Williams (2005) *The new gay teenager*. Cambridge MA: Harvard University Press

sexual e de gênero, em ambientes familiares, escolares e outros. Nesse contexto, esses ambientes que apresentam algum tipo de posicionamento discriminatório, preconceituoso ou conservador podem possibilitar para essas pessoas a escolha de não querer se assumir ou simplesmente não conseguir assumir uma identidade não heterossexual.

Para esses autores, a construção de uma identidade homossexual, que ocorrerá no processo de “assumir-se”, parte de uma certa “autoclassificação”, no qual o indivíduo se rotulará através de vários modelos de desenvolvimento identitário em definir sua orientação sexual e identidade de gênero.

Para os psicólogos sociais Prado e Machado (2008), a experiência do “sair do armário”, enquanto um posicionamento que torna visível a não-heterossexualidade irá demandar um grande esforço psicológico. Mas, além disso, precisará criar estratégias sociais para que o indivíduo possa enfrentar o meio em que está inserido.

O sair do armário exige uma ressignificação das características que possam ser negativas e assimiladas, tais como o enfrentamento público e político que irão desqualificar e tornar visível os fundamentos que justificam a subalternidade e a inferiorização dessas pessoas. Para Prado e Machado (2008), o que torna o sair do armário um processo, muitas vezes, implicado por sofrimentos, é que serão exigidas mudanças profundas e concretas na vida desses indivíduos, obrigando-os, na maioria das vezes, a buscar novos espaços de sociabilidade, de trabalho e até de identificação.

Essa experiência só se torna possível a partir da criação de sentimentos de pertença com determinados grupos sociais nos quais possam ser capazes de elaborar sentidos e significados positivos para as experiências das homossexualidades e das identidades de gênero e sexuais, onde normalmente as famílias e as comunidades produzem espaços de conservação de valores morais (PRADO e MACHADO, 2008).

Eve Kosofsky Sedgwick, teórica queer¹⁷ e crítica, pode ser apontada como das autoras mais utilizada atualmente sobre o processo de “sair do armário”. Em seu capítulo intitulado “Epistemologia do armário”, a Revolta de Stonewall In, foi de longe um dos momentos mais importantes para o movimento LGBTI, revigorando em muitas

¹⁷ Teoria queer ou *queer studies* é uma escola de pensamento que emprega várias ideias da teoria pós-estruturalista, dos modelos psicanalíticos de identidade de Jacques Lacan, desconstrução de estruturas conceituais e linguísticas binárias de Jacques Derrida e pelo modelo de discurso, saber e poder de Foucault. Seus estudos se situam predominantemente no campo das humanidades, na história, nos estudos literários e culturais e na filosofia, dando ênfase aos programas de pesquisas sobre gays e lésbicas (SPARGO, 2017).

peessoas o sentimento de orgulho, pertencimento e potência para a autor-revelação de suas sexualidades. A autora aborda o conceito de “epistemologia do armário” como uma estrutura de significado pelo efeito de surpresa e prazer, para aqueles que se assumiam, apesar de todo o julgamento das articulações públicas.

A epistemologia do armário traz um olhar para aqueles que, após a revolta de Stonewall In, ainda apresentam dificuldades em se assumir como homossexual. Em nível individual, mesmo entre aquelas pessoas assumidas, há pouquíssimas que não estejam no armário no sentido pessoal, econômica ou até institucionalmente. Para Sedgwick (2007):

“[...] a elasticidade mortífera da presunção heterossexista significa que, como Wendy em Peter Pan, as pessoas encontram novos muros que surgem à volta delas até quando cochilam. Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição.” (p.22).

Nesse sentido, para as pessoas que são assumidas e não sabem se as pessoas sabem sobre elas, são diariamente confrontadas por situações a qualquer nível social. Para Sedgwick (2007), a nível básico, para essas pessoas que vão em busca de um emprego ou que lutam contra estereótipos distorcidos, escolhem de forma proposital entre “ficar” ou “voltar” para o armário. E isso pode se expandir em algum ou em todos os segmentos da vida dessas pessoas. Ou seja, para Sedgwick (2007) as tensões sociais proporcionam a essas pessoas, constantemente, a escolha forçada de ficar ou não dentro de uma zona segura para sua identidade e para muitas dessas pessoas, o “armário” é uma das características fundamentais de sua vida social.

Nesse caso, nos distanciamos de Sedgwick quando afirma que existe uma “escolha forçada de ficar ou não” no armário. Nesse sentido, significa que não teria como “voltar para o armário” uma vez que a estigmatização ocorre em diferentes níveis sociais na sociedade, sendo explícita nas relações concretas dos indivíduos.

Quando o sujeito se assume em algum nível social, na família, no trabalho, na escola ou em qualquer outro espaço, independente da forma em que ocorrerá a reação dos atores participantes dessa situação, o estigma já carrega consigo seu sistema de dominação-exploração, resultando na escolha ou não desse sujeito em expressar sua identidade em outros âmbitos sociais. Nosso ponto é pensar que, quando o sujeito faz

uso da escolha de não expressar sua homossexualidade verbalmente em algum espaço social, mesmo que já ocorrera o assumir-se a nível singular, não significará que retornou para dentro de um “armário”, pois a heteronormatividade é um fenômeno social e está presente nesses espaços. A escolha desse sujeito é feita com base nos seus recursos objetivos e subjetivos dados a não submissão de situações discriminatórias. Todavia, não anula o fato de que mesmo assim ainda pode ocorrer situações de discriminação visto que os processos de estigmatização já estão naturalizados nesses espaços, fazendo com que o estigma seja presente nas relações de poder.

Poderíamos dizer que, uma vez que o sujeito passe pelo processo do sair do armário, a relação da realidade com o sujeito produzirá a “negação da negação”, que podemos nos apropriar de uma das leis da dialética, onde ocorre o processo de opressão nos espaços em que esses indivíduos estão inseridos. Nesse sentido, nos distanciamos com Sedgwick no que se refere às saídas dos armários ocorrerem sempre nessa dinâmica “ora dentro do armário, ora fora”, pois acreditamos podermos contribuir para naturalização dessa forma violenta de opressão ao adotarmos tal perspectiva.

O que nos faz pensar que essa forma violenta exercida pelo sistema de exploração-dominação opere nas relações sociais de gênero e sexuais produzirá a “negação da negação”. Para Leandro Konder (2008), essa lei demonstra que o movimento geral da realidade não se esgota em “contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre tese e antíteses, entre afirmações e negações.” (p. 57). Ou seja, os espaços sociais que expressam e reforçam a “legitimidade” dos processos de estigmatização e discriminação revelam a síntese: a heteronormatividade.

Nesse sentido, podemos afirmar que a heteronormatividade opera nos espaços sociais e nega a possibilidade de pessoas homossexuais legitimarem suas escolhas em expressar suas identidades gays.

Para Sedgwick (2007) a dinâmica “armário” e “sair do armário” remete a expressões quase comuns para o forte cruzamento e recruzamento de linhas de representação politicamente carregadas e tem sido as mais magnéticas e ameaçadoras. O armário se torna uma estrutura definidora da opressão LGBTI no século XX. (SEDGWICK, 2007).

Para tanto, o armário, para Sedgwick (2007), é uma conduta de controle da sexualidade que domina e mantém uma divisão binária entre a heterossexualidade e a homossexualidade. Ele está caracterizado pelas normas de gênero e sexuais que nem

sempre são explícitas, mas que se mantêm instituídas em espaços públicos e privados como sinônimos da heterossexualidade (SEDGWICK, 2007). A forma como acontece a saída do armário pode “trazer a revelação de um desconhecimento poderoso como um ato de desconhecer, não como o vácuo ou o vazio que ele finge ser, mas como um espaço epistemológico pesado, ocupado e consequente.” (p. 35).

Com isso, para Sedgwick (2007), sair do armário implica em negociações e posições do sujeito diariamente, pois nem sempre a revelação para a família e pessoas próximas implicará em um tipo de “libertação”, pois cada revelação é um novo armário construído.

Nesse sentido, estaria Sedgwick negando a historicidade da criação do armário quando afirma que, a cada revelação, há a construção de um armário? Essa negação se daria pelo fato de naturalizar essa forma opressiva de violência simbólica sobre identidades excluídas pelo sistema de dominação-exploração?

Não defendemos um posicionamento de que é obrigatório que todos e todas pessoas LGBTI assumam suas identidades não heterossexuais a nível social, mas é importante explicitar que a dificuldade e complexidade de uma pessoa assumir-se a nível singular é dialeticamente expressa pelas dimensões subjetivas e objetivas do contexto social, do histórico e da realidade. Não podemos negar que o objeto discriminatório da heteronormatividade impulsiona que pessoas LGBTI não se assumam a nível singular, retirando toda capacidade ativa do sujeito de se posicionar e legitimar sua identidade baseada em uma orientação sexual e de gênero, com implicações profundas em suas subjetividades.

Quando afirmamos que pessoas heterossexuais não precisam sair do armário diariamente, demonstramos que a heteronormatividade legitimada historicamente, está sendo operada pelo sistema de dominação-exploração, no qual esse grupo social exerce a função dominadora das sexualidades.

Engels, ao problematizar a origem da família e suas consequências da propriedade privada e o Estado, já dizia de um tipo de sexualidade, a heterossexual. Na época os comportamentos ditos como sodomitas, assim como apenas no século XX surge a categoria homossexual, eram excluídos de qualquer tipo de formas de família. Historicamente foi negado qualquer forma de apropriação da produção social e material do trabalho na sociedade para população LGBTI. É onde criou-se o “armário” como forma de exploração da subjetividade dessa população. O “armário” é um espaço

contraditório de segurança e sofrimento para aqueles(as) que historicamente foram violentados(as) a nível simbólico-emocional e comportamental.

Desta forma, propomos pensar sobre esse processo singular, social, complexo e contraditório em concordância com Marx e Engels (2007, p. 29) de que a “a ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio [...]”. Assim sendo, fazemos críticas àqueles que colocam a saída do armário como uma libertação apenas de nível individual. Esse processo nos levará a discutir a identidade gay no próximo capítulo.

Nesse caso, precisamos superar o que Segdwick chama de “escolha forçada de sair ou ficar dentro do armário”, pois acreditamos que ambos os procedimentos causam sofrimento ao indivíduo. Cabe ainda destacar que nos distanciamos dos pós-estruturalistas e dos teóricos queers por esses rejeitarem a materialidade de sujeito, insistindo em uma natureza fluida e fragmentada do “eu” humano, descentralizando-o e tornando as identidades modos variáveis, incertas e frágeis (WOOD, 1995).

Na presente proposta para pensar esse processo como possivelmente um projeto emancipatório do sujeito, nos subsidiaremos na teoria da identidade de Antônio da Costa Ciampa (1987; 2009) através do sintagma identidade-metamorfose-emancipação e sua relação com a proposta de identidade e de subjetividade de González Rey discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO V – SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL E IDENTIDADE

5.1. A TEORIA DA IDENTIDADE E SEU PROCESSO EMANCIPATÓRIO E POLÍTICO

Ciampa (2009) utiliza da categoria sintagma para referenciar a identidade como um processo contínuo de metamorfoses voltadas para emancipação, em busca de projetos de vida que levem os sujeitos a uma condição de autonomia (CIAMPA, 2009; DANTAS, 2017) frente ao sistema de dominação-exploração. O sujeito é evidenciado pela identidade para buscar novas formas de emancipar-se da opressão (LARA JUNIOR; LARA, 2017).

As autoras Nadir Lara Junior e Andrea Paula Santos Lara (2017) afirmam que a proposta teórica de Ciampa não é individualista e essencialista, pois baseia-se na teoria de George Herbert Mead, Erving Goffmann, Jürgen Habermas e Axel Honneth para pensar um sujeito que se constitui e é constituído nas relações sociais, na cultura e na coletividade, sem perder de vista a subjetividade.

Em sua tese, posteriormente livro, *A estória do Severino e a História de Severina: Um ensaio de Psicologia Social*¹⁸ (CIAMPA, 1987) apresenta a ideia de um sujeito representativo de um momento histórico, “é parte do tempo, do lugar, da família de origem e da vida que vive.” (LARA JUNIOR; LARA, 2017, p. 3). Um sujeito que historicamente é unido pela unidade subjetividade e objetividade.

Nesse sentido, a identidade é ao mesmo tempo, diferença e igualdade em relação aos outros, emergindo unidade subjetividade-objetividade, pois sem essa unidade a subjetividade não se concretiza e a objetividade não tem finalidade (CIAMPA, 1987; LARA JUNIOR; LARA, 2017).

Para pensarmos a construção da identidade, é importante trazer a noção de personagem para Ciampa (1987; 2009), onde vai além da noção de papéis sociais que remetem a algo genérico, como se todo homem que tem filhos exercesse o papel de pai. O personagem inclui a forma em que cada sujeito compõe esses papéis, pelas diferenças em que “ser” pai pode ser vivido por diferentes personagens-pai ao longo da vida (DANTAS, 2017). Ou seja, haverá a existência de diferentes personagens ao

¹⁸ Obra Original publicada em 1987.

longo da vida do sujeito pela identidade ser um processo influenciado pelo meio, levando a metamorfose (DANTAS, 2017).

Essa teoria é importante para articularmos a proposta de pensar a estigmatização e a discriminação. O termo “política de identidade” é um conceito relevante ao nosso estudo em questão da identidade, pois Goffman (1988) explica esse conceito como uma análise dos sujeitos portadores de algum estigma. Faremos uma breve introdução ao termo estigma no qual iremos avançar-lo através dos autores Peter Parker e Richard Aggleton no capítulo VI.

Para Goffman (1988), o estigmatizado é frequentemente atribuído a uma identidade pressuposta, cristalizada e comum aqueles que portam um estigma, não relacionado a alguma forma de ser e agir (DANTAS, 2017). Geralmente ao analisar uma história de vida é comum que surja a presença de políticas identitárias impostas aos sujeitos por ideias essencialistas para barrar o surgimento de processos emancipatórios. Por outro lado, há políticas de identidade que são orientadas à busca da emancipação do sujeito através da autonomia (DANTAS, 2017).

A influência de Habermas é evidente no conceito de emancipação que diz respeito aos sujeitos e trata de questões relacionadas a “dominação/exploração social, com a objetividade social (reificada), a normatividade (ilegítima), a intersubjetividade (relações interesseiras, coercitivas) e a subjetividade (falsa consciência, autoengano).” (ALMEIDA, 2017, p. 3).

Dessa forma, compreendemos que o processo emancipatório, o qual faremos a tentativa de relacionar com processo do “sair do armário”, nos da base para pensar a autonomia singular do sujeito para sair das amarras sociais produzidas pela dominação-exploração. Base essa fundamentada em um “reconhecimento dos indivíduos como sujeitos, de uma práxis transformadora.” (ALMEIDA, 2017, p. 3).

A emancipação como base para os estudos sobre identidade, contrapõe-se às ideias que colocam a identidade de modo essencialista e a-histórico. A identidade política conjuga a igualdade e a diferença, coloca o sujeito em seu processo de socialização pela associação a grupos, ideias e causas que deem base para desenvolver uma identificação política, sem que o aprisione nas próprias políticas de identidade dadas pelos grupos (DANTAS, 2017). Nesse sentido, o sujeito encontra espaço para exercer sua autonomia no seu processo singular.

Pensar no desenvolvimento de uma identidade política é pensar em um processo de emancipação. É no exercício de uma identidade política que o sujeito, ao

mesmo tempo que pode alcançar seus direitos e cidadania, alcança o direito de romper com as normas sociais (DANTAS, 2017), estigmatizantes e discriminatórias.

Desta forma, pensar o processo de sair do armário como um projeto emancipatório coloca a identidade como forma possível de pessoas LGBTI desenvolverem autonomia para superar as artimanhas do sistema de dominação-exploração. Por poderem construir suas identidades nos espaços sociais e expressarem seus desejos, sentimentos, vontades e comportamentos como forma de direito.

O projeto político da identidade não é somente para alcançar uma identidade política, mas uma identidade que seja construída pela legitimidade das vivências e experiências de vida do sujeito ativo, histórico e social.

Conforme González Rey (2010), a identidade permite que o sujeito possa se posicionar constantemente frente às situações e experiências de vida. Ela permite que o sujeito se desenvolva através de novas dimensões de si mesmo, das quais surgem por determinadas situações. Permite manter-se ativo e engajado nas áreas da vida mais importantes onde os sentidos subjetivos se constituem. (MEIRELES; FERRARINI, 2019).

A identidade possibilita que o sujeito seja capaz de sentir e viver suas diferentes dimensões como ser humano, “[...] é um sistema vivo, em processo, de muita importância na produção de novos sentidos subjetivos frente às realidades imprevistas que vão aparecendo.” (GONZÁLEZ REY, 2010, p. 339; MEIRELES; FERRARINI, 2019, p. 11).

A subjetividade humana tem a capacidade de produzir alternativas pelos recursos subjetivos atuais frente à experiência vivida dos sujeitos e não é reflexo de uma condição objetiva, “[...] [o que implica] criar sistema de apoio social facilitador de estados subjetivos favoráveis (...) desenvolver uma nova identidade (...) produzir um novo mundo subjetivo”. (GONZÁLEZ REY, 2010, p. 343; MEIRELES; FERRARINI, 2019, p. 12). A identidade compõe a subjetividade humana.

5.2. IDENTIDADE GAY E CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA

No capítulo anterior fizemos esforço em problematizar e avançar o processo de sair do armário como projeto emancipatório. Esse processo, como vimos, pode expressar a autonomia do indivíduo em se tornar sujeito da sua própria vida e a compreensão de identidade como um projeto político. Assim como também vimos

anteriormente, o regime do patriarcado permite que os espaços normativos legitimem a dominação masculina sobre outras formas de masculinidade, colocando a masculinidade gay como subalterna.

Concordamos com Amaral (2019) sobre a identidade gay ser um possível aspecto da masculinidade. Nesse sentido, poderia a identidade gay ser uma configuração subjetiva? Para responder essa pergunta, dialogaremos com o conceito de identidade de Antônio da Costa Ciampa, identidade gay de John D’Emilio e configuração subjetiva de González Rey.

As configurações subjetivas são núcleos dinâmicos de organização no qual expressam-se diferentes zonas da experiência social e individual do sujeito, sendo autogeradas por sentidos subjetivos que entram em convergência entre si por determinada ação (GONZÁLEZ REY; MITÍJANS MARTINEZ, 2017). Esses sentidos subjetivos são contraditórios e sintetizam, junto com as configurações subjetivas, “[...] produções subjetivas que se configuram no nível macro da organização social [...]” (p. 64), no qual serão expressas pelos níveis de configuração da subjetividade individual e social.

Essas expressões aparecem pelo caráter singular do sujeito e são intermediadas pelos discursos, mitos, representações sociais dominantes que se “expressam nesses processos e em outras de produção social [...]” (p. 64), ou seja, “delimitam-se as produções sociais que definem subjetivamente uma cultura [...] como por exemplo, a religião, a raça, o gênero [...]” (p. 64).

Nesse sentido, essas produções sociais aparecem configuradas na subjetividade individual dos sujeitos que se relacionam e se organizam em vários níveis sociais de cada cultura (GONZÁLEZ REY; MITÍJANS MARTINEZ, 2017). A subjetividade individual indicará processos e formas de organização da subjetividade, portanto, configurações subjetivas individuais em fluxo com as atividades compartilhadas nos espaços sociais (GONZÁLEZ REY; MITÍJANS MARTINEZ, 2017).

Essas construções sociais aparecem configuradas de maneira diferenciada na subjetividade individual dos sujeitos que se relacionam e se organizam nas variadas instâncias sociais de cada cultura (GONZÁLEZ REY; MITÍJANS MARTINEZ, 2017). Dessa forma, poderíamos dizer que a identidade, como diferença e igualdade, está tensionada por esses processos sociais que entram em conflito contraditório com as experiências dos sujeitos nos espaços sociais em que estão inseridos.

Identidade é consequência das relações que atravessam os sujeitos, e das condições dessas relações, podendo ser vista como uma diferença e igualdade, ou seja, conforme o tempo vai passando vamos nos diferenciando e nos igualando a vários grupos sociais dos quais fazemos parte (CIAMPA, 1987). Então o conhecimento e a constituição de si são dados pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através grupos sociais. Esses grupos surgem através de relações que os indivíduos estabelecem entre si no meio em que vivem, com suas práticas, seus modos de agir.

A identidade é vista ao mesmo tempo como determinada e como determinante, pois o indivíduo tem um papel importante na construção da identidade. O caráter ativo do sujeito é expresso pelos sentidos subjetivos, demonstrando a identidade não como algo pronto e sim algo que está em um contínuo processo, historicamente construída, em constante movimento contraditório. Identidade, como já vimos, é uma metamorfose (CIAMPA, 1987; 2009).

Com isso, compreendemos a ideia de identidade como um processo de constituição, mediado pelas coletividades

Com isso, o indivíduo, além de um ser político e social, leva a ter um posicionamento social estável e provisório, ou por pertencer a um grupo ou por reconhecimento social. Como já dizia Ciampa (2009), o indivíduo vai se diferenciando e se igualando a variados grupos sociais, articulando-se por diferentes conjuntos de significados que são construídos ao longo da vida de cada indivíduo. São construções que se constituem e definidas pelo processo no qual os indivíduos assumem posições em contextos específicos e particulares.

Concordamos com Amaral (2019), e juntos seremos polêmicos, ao compreendermos que “a identidade gay é uma produção histórica, afirmação que se afasta radicalmente de afirmações míticas de que o gay é eterno e está em toda a história da humanidade.” (p. 70).

Para D’Emilio (1993) e Amaral (2019), a identidade gay como produção histórica está colada com o surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista, onde os primeiros espaços de homossociabilidade gay aparecem. Esses espaços são importantes para que surgisse uma identidade gay.

D’Emilio (1993) defende que homens gays e mulheres lésbicas não existiram desde sempre. São produto da história e só passaram a existir em um momento histórico do desenvolvimento do capitalismo.

Esse desenvolvimento permitiu que grandes números de homens gays e mulheres lésbicas vissem a si próprios como parte de um grupo de homens e mulheres semelhantes, organizando politicamente com base nessa identidade (D'EMILIO, 1993).

Antes do aparecimento de espaços sociais para o surgimento da identidade gay, o comportamento homossexual atravessa toda a história da humanidade, com documentos da igreja que relatam e proíbem a sodomia e lascívia, respectivamente comportamento homossexual masculino e feminino (AMARAL, 2019). Nesse caso o comportamento homossexual não é uma identidade gay.

No modo de produção capitalista atual abriram-se possibilidades para que os indivíduos, em sua maioria homens, se separassem de suas famílias e configurassem a homossexualidade em grupo e coletivamente. Essa grupalização permite diferentes formas de vivências de masculinidade, uma delas a identidade gay. “A grupalização permite o aparecimento do desenvolvimento de uma identidade gay. Há, portanto, uma estreita relação entre o capitalismo e a configuração de uma identidade gay.” (AMARAL, 2019, p. 72).

O regime da família é submetido às relações de propriedade e colocam a ordem social de existência humana por determinado grau de desenvolvimento do trabalho e da família pela época e por país (ENGELS, 1984; AMARAL, 2019).

Diferentes concepções de família foram surgindo ao longo da história e para Amaral (2019) culminou no regime político de heteropatriarcado, mas no nosso caso usamos o conceito da heteronormatividade. O autor coloca esse fenômeno social como uma construção social e histórica diretamente relacionada com às bases materiais concretas da organização social, assim como a monogamia e a homossexualidade.

A família que predomina é aquela reconhecida pelo Estado e legitimada na realidade, a heterossexual, tradicional e nuclear reconhecida apenas pela monogamia. Engels (1984) em seu livro coloca a monogamia como o aprisionamento da fidelidade da mulher ao homem, garantindo que os filhos e ela são propriedade do homem.

Amaral (2019) afirma que é pelo capitalismo e sua organização social que permitiu o surgimento e consolidação de uma vida gay, e não pela essencialidade determinada por alguma orientação sexual ao nascimento. O capitalismo permitiu essas pessoas a construírem suas vidas pessoais e singulares para além das heterossexuais.

Nesse sentido, concordamos com Amaral (2019):

Gays e lésbicas representam a superação da família heterossexual ao criaram novos espaços sociais. Contraditoriamente, no capitalismo, os gays representam uma instabilidade social, na medida em que esse modo de produção obriga relações heterossexuais e a (re)produção de gerações de trabalhadoras e trabalhadores. Além disso, estamos submetidos ao patriarcado, sistema que oprime mulheres e LGBTs (p. 74).

E ainda, para uma identidade gay se configurar como tal, precisa se descolar da família e assim criar uma possibilidade de vida gay como um “[...] projeto coletivo de sociedade [...]” (p. 74-75). Historicamente, o patriarcado permitiu que os homens heterossexuais se apropriassem de uma vida pública, mais rápido que as mulheres, e se consolidassem no campo da produção social do trabalho com salários que permitiram uma vida independente. Nesse sentido, é na vida pública, para além da família privada, que a identidade gay irá se configurar (AMARAL, 2019).

Portanto, a identidade gay se configura em um tempo-espaço construído e desenvolvido em conjunto com capitalismo ao proporcionar que o sistema de dominação-exploração opere sobre os espaços sociais de sociabilidade dessa identidade.

O autor Amaral (2019) usa como base os autores D’Emilio (1993) e Juan Marsiaj (2003)¹⁹ para pensar em uma configuração de identidade gay. Aqui nos lançamos o desafio em pensar a identidade em sua concepção com a subjetividade individual e a identidade gay como uma possível configuração subjetiva.

Como explicitamos acima, a subjetividade individual diz respeito a processos e formas de organização subjetiva dos indivíduos concretos constituídos historicamente, articulando-se através de uma cultura e suas relações sociais (GONZÁLEZ REY, 2003). Essa organização subjetiva se constitui pelos recursos subjetivos e objetivos dados na realidade, na qual as configurações subjetivas individuais e os sentidos subjetivos entram em contradição pela experiência de vida do sujeito.

Nesse sentido, a configuração subjetiva expressa em seu valor subjetivo singular os aspectos das experiências e vivências vividas dos sujeitos, se relacionando ao que podemos dizer da vida gay. Poderíamos afirmar que essa configuração subjetiva

¹⁹ MARSIAJ, Juan P. Pereira. Gays ricos e bichas pobres: Desenvolvimento, Desigualdade socioeconômica e Homossexualidade no Brasil. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003. p. 130-147.

permite que a identidade gay seja constituída e expressa pelos sentidos subjetivos em diferentes níveis da vida gay social.

No subcapítulo anterior, afirmamos que a identidade compõe a subjetividade humana. Dessa forma, a identidade gay seria uma configuração subjetiva. A identidade gay se configura na vida pública, e com isso, pensá-la como uma configuração subjetiva resgata o valor subjetivo de cada experiência relacionada ao ser gay. Por isso, a identidade gay não pode ser analisada por um olhar subjetivista e/ou essencialista que trata como algo dado ou simplesmente atribuído pelos estigmas. Ao contrário, traz o resgate da materialidade concreta do valor subjetivo da experiência do ser gay.

A experiência do ser gay é vivida de acordo com cada sujeito nas suas relações sociais, inseridos nos espaços sociais, históricos, culturais e políticos. Podemos ter acesso a essa experiência pela subjetividade individual, pois ao analisarmos essa configuração subjetiva do sujeito, elencamos sentidos subjetivos que configuram sua subjetividade e demonstraram tais processos e suas organizações. As configurações subjetivas sintetizam as produções subjetivas a nível macro da organização social. Essa organização social é a vida social gay.

A subjetividade individual abre caminho para se pensar na identidade gay como uma configuração subjetiva, para assim, explicarmos e superarmos os fenômenos sociais que produzem os processos de estigmatização e discriminação contra gays, e toda população LGBTI.

No próximo capítulo faremos esforço em dialogar com a heteronormatividade, que legitima os processos de estigmatização e discriminação, a categoria subjetividade social de González Rey.

CAPÍTULO VI – SUBJETIVIDADE SOCIAL E HETERONORMATIVIDADE

Um dos conceitos principais da Teoria da Subjetividade, discorrido no capítulo II, de extrema importância é a subjetividade social. Esse conceito pode abrir uma via explicativa do sistema dinâmico da subjetividade onde operam os processos de estigmatização e discriminação que são legitimados pela heteronormatividade e produzem a exclusão de jovens cis-gays. E ainda, pode produzir o sofrimento ético-político.

A subjetividade social, por ser um sistema integral de configurações subjetivas sociais e individuais, articulam-se em diferentes níveis da vida social (GONZÁLEZ REY e MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017) no qual a heteronormatividade opera e produz a ligação com outros marcadores sociais estruturados na sociedade.

Para isso, iniciamos o capítulo conceituando e problematizando os processos de estigmatização e discriminação, por ser uma categoria que pode analisar os processos sociais que geram a exclusão social desses jovens.

6.1. PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO

Os autores Richard Parker e Peter Aggleton desenvolvem e propõem o conceito de estigmatização e discriminação para analisar o contexto do HIV e da AIDS e enfatizar a complexidade desses fenômenos, mas abrem espaço para confrontar e entender as questões da estigmatização e da discriminação relacionadas a outras questões sociais que vieram a tornar as minorias sociais em excluídas.

Compreendemos a posição dos autores em confrontar e entender os processos sociais que podem gerar a exclusão das classes oprimidas da sociedade, mas é necessário que avancemos com esse conceito para superação desses processos que podem gerar sofrimento e a retirada de vidas de pessoas mais marginalizadas. Portanto, neste capítulo, nos esforçaremos a dialogar pelas bases marxistas o avanço do conceito e a contribuição para a temática para que superemos esses estigmas que são produzidos diariamente pelo capitalismo.

O sociólogo e antropólogo Ervin Goffman é apontado como autor em que deu início à construção do conceito de estigma (BACCARIM, 2017; SUIT e PEREIRA,

2008). Para Goffman (1988), o estigma é uma qualidade depreciativa da qual emerge como forma de desmerecimento, sendo marcado pela sociedade através de regras e punições para quem o possui a partir de “desvios” não desejáveis. Porém, sua teoria sofre algumas críticas por limitar sua definição do conceito de estigma em algo estático, atribuído ao sujeito apenas como um “tipo de coisa” (PARKER e AGGLETON, 2001). Desta forma, o estigma pode ser entendido como uma atribuição negativa usado para mapear pessoas pelas suas diferenças julgadas pela própria sociedade (PARKER e AGGLETON, 2001).

Para analisar a estigmatização e a discriminação, Richard Parker e Peter Aggleton (2001) conceituam ambos como processos sociais que só podem ser entendidos pelas relações e noções mais amplas de poder e dominação. Assim, os autores ampliam o conceito de estigma, onde “[...] desempenha um papel central na produção e na reprodução das relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais” (p.11), desvalorizando um grupo e supervalorizando outros. Neste caso, os autores estão falando de desigualdade social.

O conceito de discriminação geralmente é tomado como algo já dado, como se fosse definido ou fosse óbvio com base no uso comum, mas “os primeiros sociólogos a enxergavam como uma expressão de etnocentrismo, isto é, culturalmente um fenômeno do não gostar dos diferentes” (MARSHALL, 1998²⁰ *apud* PARKER e AGGLETON, 2001, p. 11). As análises mais recentes sobre esse fenômeno “concentram-se em padrões de opressão e dominação, como expressões para busca de um poder e privilégio” (MARSHALL, 1998 *apud* PARKER e AGGLETON, 2001, p. 11).

Ainda sob análise, Parker e Aggleton (2001) lançam três conjuntos-chaves sobre o assunto:

Primeiro, é importante reconhecer que o estigma e a estigmatização se formam em contextos específicos de cultura e poder. O estigma nunca surge em um vácuo social. Ele tem sempre uma história, que tem influência sobre quando ele aparece e sobre a forma que ele assume. O entendimento desta história e de suas consequências prováveis para os indivíduos e comunidades afetados pode nos ajudar a desenvolver melhores medidas para combatê-lo e para reduzir os seus efeitos. Em segundo lugar, é importante entender melhor como o estigma é usado pelos indivíduos, comunidades e pelo Estado para produzir e reproduzir desigualdade social. Terceiro, é importante reconhecer como o entendimento do estigma e da discriminação nestes termos encoraja

²⁰ Marshall, G. Oxford Dictionary of Sociology. Oxford and New York: Oxford University Press, 1998.

o foco sobre a economia política da estigmatização e suas ligações à exclusão social (p. 12).

O estigma é contextual, histórico, aplicado estrategicamente, produz e reproduz relações e desigualdades sociais (PARKER e AGGLETON, 2001).

Para melhor compreensão sobre como as relações de poder se estabelecem e mantêm a exclusão social, os autores apoiam-se em Foucault.

Segundo Parker e Aggleton (2001), na obra de Goffman não é mencionado a noção de poder e tampouco na obra de Foucault o estigma em si, mas a aproximação entre as teorias se dá na assimilação de que “o estigma e a estigmatização funcionam, literalmente, no ponto de intersecção entre cultura, poder e diferença” (p.14), e explorando esses três eixos, somente poderemos entendê-los como “centrais para constituição da ordem social” (p.14). Todavia, os autores encontram algumas limitações sobre o funcionamento do poder na obra de Foucault por descentralizar o sujeito e questionar possibilidades do agenciamento humano, principalmente sobre aplicá-lo às intervenções.

Neste caso, para Parker e Aggleton (2001), o poder “está no cerne da vida social e é usado para ela, mas é empregado muito mais claramente para legitimar desigualdades de status dentro da estrutura social” (p. 15).

A partir das teorias de Foucault sobre diferença e de Goffman sobre desvio e estigma, os processos de estigmatização numa tentativa de produção e manutenção de uma ordem social, irá instituir-se como construção cultural para que a diferença/desvio seja desvalorizada pelo exercício do poder (BACCARIM, 2017; PARKER e AGGLETON, 2001).

Os processos de estigmatização não devem ser olhados de modo individualizado, mas como uma construção cultural, além das relações de poder e preservação da exclusão social, considerando que “a estigmatização é legitimada pelas ‘estruturas da verdade’ (PARKER; AGGLETON, 2001, p.14).

Para Parker e Aggleton (2001) só é possível entender o estigma e a estigmatização explorando as relações entre cultura, poder e diferença, o modo como e onde operam esses dois conceitos. Não são fenômenos isolados ou apenas expressões de atitudes dos indivíduos e dos valores culturais, mas como centrais para constituição da ordem social. Nessa nova forma de pensar esses conceitos, os autores demonstram

as implicações importantes para investigar e responder às questões do estigma, estigmatização e discriminação relacionadas ao HIV e AIDS:

O estigma é auxiliar da sociedade da “ordem”; O estigma não é uma atitude individual ou um valor cultural; A estigmatização é legitimada pelas “estruturas da verdade”; A estigmatização liga ao “posicionamento” de um grupo social na sociedade; (PARKER; AGGLETON, 2001, p. 14).

Essa ordem social pode ser configurada e construída pelo sistema capitalista o qual, com a divisão sexual do trabalho dadas as suas contradições, gerou o poder social como uma “força de produção multiplicada que surge pela cooperação dos diferentes indivíduos condicionada na divisão do trabalho” (MARX; ENGELS, 2007, p.38). Nesse sentido, quando os autores afirmam o estigma não como uma atitude individual e nem um valor cultural, mas como o poder social “aparece a estes indivíduos – porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural – não como o seu próprio poder unido, mas como uma força alheia que existe fora deles” (p. 38), estruturadas pela legitimação da estigmatização.

Ao pensar sobre as questões da diversidade sexual e de gênero, a estruturação da estigmatização ocorre em vários níveis na sociedade e seu desenvolvimento pode ser compreendido pela divisão de trabalho que gerou a “[...] separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, [...] precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 36) subordinando a mulher e os(as) filhos(as) ao homem. Ou seja, com o que chamamos de divisão sexual do trabalho e sua produção subordinada ao gênero, colocou a diversidade sexual e de gênero como um grupo estigmatizado e oprimido pelas classes dominantes legitimadas pelas “estruturas da verdade”, conforme citado acima pelos autores Parker e Aggleton (2001).

Portanto, o estigma e a discriminação operam nas relações de desigualdades sociais, estruturais e na diferença, que para as minorias sexuais e de gênero, existirá a dominação da valorização heterossexual cisgênera validada como única socialmente, levando à exclusão daquelas populações.

Parker e Aggleton (2001) colocam como forma de superação da estigmatização e da discriminação, o questionamento das próprias estruturas de igualdade e desigualdade a qualquer cenário social como princípios mais básicos da vida social.

Compreendemos que os processos de estigmatização e discriminação são fenômenos construídos culturalmente, exercidos a partir das relações de poder que operam pelo modo de produção capitalista e produzem a exclusão social. Esses processos são legitimados pela heteronormatividade e a reforçam como uma única forma de vivenciar a sexualidade, o que será apresentado a seguir.

6.2. O FENÔMENO DA HETERONORMATIVIDADE

A heteronormatividade, vista como um dos mecanismos do sistema de dominação-exploração, pode operar através da dominação masculina. Welzer-Lang (2001) explica que todo homem está submetido às hierarquias masculinas, no qual nem todos os homens têm o mesmo poder e os mesmo privilégios.

“Grandes-homens” é o termo que Welzer-Lang (2001) define para aqueles homens que exercem seu poder à custa das mulheres e dos homens:

Empiricamente [...] sabe-se que, para um homem, o fato de ser visto com “belas” mulheres classifica-o como “Grande-homem”, o que também acontece com aquele que tem dinheiro e/ou poder manifesto sobre homens e mulheres. Todos os homens que aceitam os códigos de virilidade têm ou podem ter poder sobre as mulheres (o que ainda deve ser quantificado); alguns entre estes (chefes, Grandes-homens de todos os tipos) têm também poder sobre os homens. É verdadeiramente neste duplo poder que se estruturam as hierarquias masculinas (p. 466).

Esse duplo poder que gera a dominação masculina, articula-se também com as divisões de classes sociais. O poder nos espaços profissionais também se baseia nas hierarquias masculinas. Com isso, Welzer-Lang (2001) coloca a heterossexualidade como um paradigma que condiciona nossas representações e práticas junto com a dominação masculina.

Através do desejo sexual, que Welzer-Lang (2001) coloca como categoria psicológica, contribuiu-se para impor aos homens um aspecto de sexualidade naturalizada apresentado como heterossexual.

Nesse sentido, o heterossexismo surge em meio a discriminação e opressão baseadas na orientação sexual. Welzer-Lang (2001) adota a definição do termo:

[...] é a discriminação e a opressão baseadas em uma distinção feita a propósito da orientação sexual. O heterossexismo é a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade. O heterossexismo toma

como dado que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário. (p. 467-468).

E ainda complementa sobre a limitação em achar que o heterossexismo, assim como a heteronormatividade e outros mecanismos de opressão às sexualidades, exerce a exclusão somente em pessoas gays e lésbicas:

Mas estaríamos enganados se limitássemos esse quadro de exclusão que cria o heterossexismo apenas à homossexualidade. Toda forma reivindicada de sexualidade que se distingue da heterossexualidade é desvalorizada e considerada como diferente da doxa de sexo que se impõe como modelo único. O mesmo acontece com a bissexualidade, as sexualidades transsexuais, etc. (WELZER-LANG, 2001, p. 468).

Compreendemos que a heteronormatividade produz uma forte ligação entre conjuntos de eixos que atuam na “[...] construção, legitimação e hierarquização de corpos, identidades, expressões, comportamentos, estilo de vida e relações de poder.” (JUNQUEIRA, 2007, p. 10).

Tais eixos são esses que, nos dias atuais, abrem espaço para discussão de tipos de forma de opressão e discriminação contra a população LGBTI exercidos pelo regime capitalista. Esses eixos ao se relacionarem com a produção e a regulação de subjetividades e relações sociais, torna a heterossexualidade como única possibilidade legítima e natural de expressão identitária e sexual (JUNQUEIRA, 2007).

Junqueira (2007) menciona os fortes vínculos da heteronormatividade com outros fenômenos normativos, tais como racismo, sexismo, misoginia, a xenofobia, o classicismo etc. Nesse processo de construção social dos corpos, os marcadores identitários relacionados ao “sexo”, “gênero” e “orientação sexual”, se constroem juntos com outros marcadores sociais, tais como “raça”, “etnia”, “classe” etc. levando em consideração os contextos em que são produzidos significados e múltiplos nexos que se estabelecem entre si e seus efeitos (JUNQUEIRA, 2007).

As produções e representações sociais naturalizadas tendem a se dar em torno das construções de identidades étnicas-raciais, de gênero, de sexualidade, dentre outras, “ou seja, homofobia, sexismo, misoginia e racismo se encontram, se reforçam e se con-fundem.” (JUNQUEIRA, 2007, p. 11). Nesse sentido, no campo da produção social de identidades étnico-raciais, sexuais e de gênero, a promoção da naturalização da heterossexualidade se vincula a crenças e mitos. Podemos chamar essas crenças e mitos como valores tradicionais, onde são fixados, essencializados e explorados um

dos alvos importantes da intolerância. Esses valores, não são apenas representações ou percepções simplistas, mas são geradoras de processos de legitimação de relações de poder (JUNQUEIRA, 2007).

O homem “socialmente” negro é percebido como “negros de verdade” somente se apresentarem os dotes “naturais” e dentre outros atributos sociais. Já as mulheres negras, as “de verdade”, espera-se que correspondam com uma imagem de exagerada sensualidade, feminilidade exuberante, pura malícia²¹, dentre outros (JUNQUEIRA, 2007).

Os orientais ou “homem japonês”, é marca de uma masculinidade e identidade sexual oscilante entre os mitos que produzem a suposta relação com as proporções físicas e por outro a louvação da honra, bravura e disciplina oriundas de um atavismo samurai, cuja algumas histórias acerca das práticas “homoeróticas” eram silenciadas²². As orientais são marcadas por uma sensualidade mística, enigmática e disciplinada, que nos remete à gueixa. As “árabes/muçulmanas” são aprisionadas em polos aparentemente antagônicos: o da mulher envolta, como exemplo com uma burka ou o da desenvolta, uma odalisca desinibida, que pode acontecer de estar reclusa a um harém junto a um sem número de esposas²³ (JUNQUEIRA, 2007)

Todos esses exemplos de atributos socialmente construídos de “homens” e “mulheres” demonstram um olhar normativo interpretado e fixado no corpo com uma confirmação literal da cor, raça, etnia e sexualidade. Esse olhar não define apenas a “naturalidade” de corpos e seus respectivos lugares na sociedade, mas a cristalização de identidades que impõem rigorosos limites em quaisquer outras formas alternativas de expressão, identidade ou inclusão, comportando altos custos para aqueles que ousam transgredir. Isso é a dinâmica e suas várias formas e modos que são demarcados pelo racismo, xenofobia, sexismo, misoginia e pela heteronormatividade (JUNQUEIRA, 2007).

Nessa lógica, os papéis atribuídos ao “homem” e à “mulher” encontram-se naturalizados pela diferença entre os dois gêneros, que para Borrillo (2016), estão sustentados pela ordem – que podemos chamar de natural – onde os gêneros determinam uma ordem social em que o feminino deve complementar a do masculino

²¹ Vide, por ex.: CORRÊA, 1996; PINHO, 2004.

²² Sobre o homoerotismo entre samurais e a erotização do gay asiático, vide, respectivamente: WATANABE e IWATA, 1989 e FUNG, 1992.

²³ Para uma ampla referência sobre a mulher no Islam, vide: PUDIOLI, 1998.

pelo viés de sua subordinação psicológica e cultural. O sexismo emerge como uma ideologia organizadora das relações entre os gêneros, no qual o masculino ganha uma característica de poder e dominação, enquanto o feminino de submissão e intimidade.

A dominação masculina, para Borrillo (2016), pode ser identificada como uma forma específica de violência simbólica que se exerce, de maneira sutil e invisível, caracterizando-se por uma constante objetificação da mulher. O heterossexismo implica tanto na subordinação do feminino ao masculino quanto na hierarquização das sexualidades. Nesse ponto, a naturalização da heterossexualidade implica em uma estratégia política de construção da normalidade sexual, fundamento assim, para a homofobia (BORRILLO, 2016).

A heterossexualidade se torna o padrão avaliador de todas as outras sexualidades, constituída por uma forma específica de dominação, na qual chamamos de heterossexismo. Pode ser definida como crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, onde a heterossexualidade ocupa a posição superior. A heteronormatividade não vai tão longe, quando é a única possibilidade legítima de vivenciar as sexualidades, tornando a heterossexualidade única e natural.

Portanto, vista a sexualidade como uma produção subjetiva complexa e contraditória, o fenômeno da heteronormatividade pode emergir como sentidos subjetivos configurados em uma lógica baseada em discursos hegemônicos que determinam uma única forma de vivenciar a sexualidade.

Partimos do pressuposto de que a produção capitalista desenvolve suas formas de opressões pela lógica patriarcal e hierárquica, estruturando toda uma dimensão objetiva e subjetiva de desigualdades sociais, bem como processos de estigmatização e discriminação.

Como vimos, os processos de estigmatização e discriminação são um fenômeno construído culturalmente e são legitimados pela heteronormatividade, dando ênfase a heterossexualidade como única possibilidade de vivência relacionada à sexualidade. Nesse sentido, a subjetividade social pode ser uma categoria essencial para explicarmos esses processos e em como estão implicados na subjetividade de jovens cis-gays.

A subjetividade social integra as configurações subjetivas sociais e individuais dos sujeitos inseridos em um espaço social específico e expressa a síntese do conjunto de aspectos objetivos, a nível macro e micro (GONZÁLEZ REY, 2005). Com isso, considerarmos que os meios sociais e os sujeitos constituem a subjetividade social,

seja no âmbito da família, o do espaço de uma escola ou de uma universidade, do trabalho, onde operam o sistema de dominação-exploração. As dimensões objetivas e subjetivas dadas à população LGBTI expressam a exclusão social em detrimento de suas identidades, pois o estigma é social, histórico, cultural e está explicitado nas configurações subjetivas sociais e individuais dos sujeitos.

Pretende-se explicar as possíveis implicações do fenômeno da heteronormatividade nas subjetividades dos jovens cis-gays através do conceito sofrimento ético-político, que pode ser uma categoria representativa do valor simbólico-emocional das vivências e experiências desses sujeitos.

Diante disso, a subjetividade social pode expressar a síntese dos processos de estigmatização e discriminação construída pelo sistema de dominação-exploração que coloca o sujeito em processo de sujeição pelas mais variadas formas de opressão, normatização e de poder. Como forma de superar é preciso que construamos modelos e projetos de vida que caminhem para uma sociedade justa, digna e igualitária para que a emancipação humana seja alcançada.

6.3. O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO E SEU VALOR SUBJETIVO SIMBÓLICO-EMOCIONAL

Usaremos o conceito de sofrimento ético-político, proposto pela Bader Sawaia (2014), para pensar dialeticamente as possíveis implicações do fenômeno da heteronormatividade nas subjetividades de jovens cis-gays. O sistema de exploração-dominação produz e reproduz a heteronormatividade cotidianamente e gera formas distintas de exclusão e inclusão perversa. Essa organização produz estados subjetivos que podem ser transformados em sentimentos de medo, não pertencimento, exclusão, sofrimento, raiva, dentre outros.

Explicitamos a importância da articulação do conceito de sofrimento ético-político com a subjetividade, os quais não são dissociáveis e podem expressar o valor simbólico-emocional da vivência e experiência relacionada à heteronormatividade.

Para discorrermos sucintamente sobre sofrimento ético-político, precisamos entender a dinâmica da exclusão/inclusão e a afetividade pelo modo dialético. Para Sawaia (2014), sua análise deve compreender a coesão social produzida pela lógica da exclusão, que se apresenta de diferentes maneiras, como na versão social, subjetiva, física e mental, o que também se configura em dimensões objetivas da desigualdade

social, na dimensão ética da injustiça e na dimensão subjetiva do sofrimento, “ [...] a qualidade de conter em si a sua negação e não existir sem ela, isto é, ser idêntico a inclusão (inserção social perversa). ” (SAWAIA, 2012, p. 8).

Nesse sentido, a dinâmica exclusão/inclusão não constituem duas categorias em si, mas são da mesma substância, no qual a exclusão e a inclusão formam um par indissociável, se constituindo na própria relação e demonstrando uma capacidade de a sociedade existir como um sistema (SAWAIA, 2014). A exclusão passa a ser entendida como um descompromisso ético-político com o sofrimento do outro.

O sistema pode excluir para poder incluir novamente, ocasionando uma condição de ordem social desigual, implicando em uma ilusão da inclusão (SAWAIA, 2014). Desta forma, mesmo que todas as pessoas estejam inseridas em algum nível na sociedade, nem sempre será de maneira digna, o que não diz respeito a sua própria liberdade e potência (SAWAIA, 2014).

Nesse sentido, a sociedade, partindo do pressuposto de que ela exclui e logo ela inclui, acaba violando os direitos de pessoas em se apropriar de direitos por excelência. Assim se produz uma lógica de inclusão perversa, conceito desenvolvido por Sawaia (2014), que ocasiona a exclusão social, como produto de dimensões de sofrimento vividos diariamente.

Esse movimento dialético gera subjetividades específicas que determinam e são determinadas por formas diferentes de legitimação social e individual, manifestas no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA, 2014, p. 9).

Portanto, para Sawaia (2014), a exclusão é um fenômeno em construção que se configura nas relações dos sujeitos em todas as esferas da vida social, podendo ser vivenciado como sentimentos, significados e ações que se desenham no cotidiano de cada um. É um processo complexo e multifacetado, sutil e dialético, configurado nas dimensões políticas, subjetivas e materiais. A exclusão é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros, é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2014 p. 9).

A afetividade pelo olhar do conceito ético-político de Sawaia (2014), incorpora a ética, a felicidade e o humano como critérios que se entrelaçam com o econômico e o político, no processo de análise da inclusão perversa.

A afetividade é compreendida, por Sawaia (2014), como uma tonalidade emocional que repassa a existência do ser humano como sentimentos, reações

moderadas de prazer e desprazer, emoções, fenômenos afetivos intensos etc. Quando não é desconsiderada, a afetividade é olhada negativamente como obscurecedora, como fonte de desordem para a aprendizagem. Com esses atributos, que se cristalizaram em torno da afetividade, recomendam-na como conceito desestabilizador da análise psicossocial da exclusão. Quando olhada positivamente, a afetividade nega a neutralidade das reflexões científicas sobre desigualdade social, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar diante de alguma questão social (SAWAIA, 2014).

Sob olhar epistemológico, para Sawaia (2014), a afetividade pode significar o centro das reflexões sobre exclusão, como uma ideia de humanidade e de sujeito relacionado com o social. Fala-se de desejo, de temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo de poder, de economia e de direitos sociais (SAWAIA, 2014).

As emoções são fenômenos históricos, cujo conteúdo e qualidade estão sempre em constituição. Cada momento histórico prioriza uma ou mais emoções como estratégia de controle e coerção social (SAWAIA, 2012), assim como condições culturais que possibilitam a expressão humana frente às situações sociais. São importantes em representar a complexidade dos processos cognitivos e emocionais dos sujeitos para compreensão da subjetividade humana (GONZÁLEZ REY, 2003; LOIACONO, 2018).

O sofrimento ético-político está explícito nas relações que são intermediadas pelo sistema capitalista, tornando a vida do sujeito como marginalizada, sendo vivida através de sentimentos de exclusão e de não pertencimento a sociedade, assim como de medo, raiva, dentre outros (SAWAIA, 2014). Abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas desses sujeitos. É qualificada pela maneira como sou tratado e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou até anônimo, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social (SAWAIA, 2014).

Portanto, o conceito de sofrimento ético-político proposto por Sawaia (2014), retrata a vivência cotidiana das questões sociais de como é ser tratado com inferior, subalterno, sem valor. Revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de seu contexto histórico, de se movimentar no espaço público e de expressar o desejo e o afeto (SAWAIA, 2014).

Precisamos entender que, na dinâmica da exclusão/inclusão social, o sistema de dominação-exploração da base para o fenômeno da heteronormatividade operar e caracterizar seus modos de perversidade explícitos nas subjetividades dos jovens cis-gays. Esses modos são legitimados diariamente pelas bases normativas que são sustentadas pelo sistema capitalista, dando não só base para a heteronormatividade operar, mas todos mecanismos que produzem a desigualdade social.

O sofrimento ético-político pode caracterizar o valor simbólico-emocional da vivência e experiência de vida dos jovens cis-gays relacionados ao fenômeno da heteronormatividade, transformados como forma de sentimentos. Esses sentimentos poderão compreendidos melhor no capítulo VIII de construção da informação.

Nos capítulos anteriores, fizemos esforço em avançar nos principais conceitos que dão base à nossa pesquisa sobre a sexualidade como produção e configuração subjetiva. O processo do sair do armário como projeto político de identidade e, assim, legitimar a identidade gay como uma configuração subjetiva constituída na relação subjetividade individual e subjetividade social. Os processos de estigmatização e discriminação e da heteronormatividade representam a subjetividade social produzida e reproduzida pelo sistema de dominação-exploração e podem ser caracterizados pelo sofrimento ético-político na subjetividade dos jovens cis-gays. E propusemos importantes para o avanço da Teoria da Subjetividade na abordagem Cultural Histórica na compreensão da sexualidade.

Compreendemos que na sociedade atual os processos de estigmatização e discriminação estão cada vez mais cristalizados pelos discursos e práticas da classe dominante, e, para isso, é importante produzirmos uma ciência compromissada com as classes mais oprimidas, como minorias e populações marginalizadas.

No próximo capítulo, serão explicitadas a realidade de jovens cis-gays em relação às suas identidades, suas vivências e experiências de vida, seus relacionamentos, os processos de sair do armário, dentre outras situações concretas que podem denunciar a presença da heteronormatividade operando nos contextos socioculturais e suas conseqüentes implicações subjetivas.

Basearemos no método construtivo-interpretativo de González Rey (2003; 2005; 2017), pois permite que tanto os pesquisadores quanto os participantes possam implicarem-se no processo da pesquisa e serem ativos constantemente, de forma que a pesquisa ganhe legitimidade e possamos compreender qualitativamente o fenômeno estudado.

O método construtivo-interpretativo baseia-se na Epistemologia Qualitativa e na Teoria da Subjetividade desenvolvidas por González Rey, a serem discutidos no próximo capítulo.

CAPÍTULO VII – CAMINHO METODOLÓGICO, EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA E MÉTODO CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVO

A filosofia não é passível de ser ‘usada’ como algo pronto, aplicada, como frequentemente costuma ser utilizada na psicologia. A filosofia adquire significação em construções novas que, explícita ou implicitamente, definem sua relação com alguma de suas tendências, mas não como um a priori declarado que vai se impondo à nossa criação intelectual (González Rey, 2017, p. 17).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada na Epistemologia Qualitativa e no Método Construtivo-Interpretativo proposto por González Rey (2017), que define a pesquisa como ação prática.

Inicialmente, González Rey propôs a Epistemologia Qualitativa no livro *Epistemologia Cualitativa y Subjetividad* em 1997, com interesse em desenvolver implicações epistemológicas e metodológicas para o estudo da subjetividade produzida em condições de contextos culturais-históricos. A principal inquietação do autor no momento em que ele definiu esse termo em 1997, era a forma em que os psicólogos da época usavam a pesquisa qualitativa como um recurso instrumental, sem nenhuma consistência teórica e epistemológica. (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). Nesse sentido, González Rey introduziu esse termo a fim de proporcionar aos pesquisadores, um avanço na construção de teorias, onde elas em si não se legitimam na pesquisa, mas a pesquisa e a prática profissional são os espaços onde as teorias existem, “[...] não como sistemas externos a elas, mas como sistemas de pensamento intrínsecos a esses dois tipos de prática humana.” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p.28).

O primeiro princípio da Epistemologia Qualitativa é o resgate do sujeito como a categoria epistemológica no processo de produção de conhecimento. Nesse momento, leva-se em consideração a singularidade do sujeito, no qual, não é representada apenas como “única”, mas as informações diferenciadas fundamentadas em um caso específico, tomará significado em um modelo teórico que o transcende. (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Na pesquisa, para González Rey e Mitjans Martínez (2017), os indivíduos ou grupos são agentes ou sujeitos em processo de diálogo e somente nesse movimento

são capazes de superar seus posicionamentos descritivos que estão associados à linguagem normativa cotidiana. Esse movimento irá envolver-se em reflexões configuradas subjetivamente, sem com que o próprio diálogo aconteça. Todo diálogo é um processo construtivo daqueles que dele participa e implica-se em “[...] contradições, rupturas, abertura de caminhos, onde novos processos do relacionamento aparecem associados a novas produções subjetivas dos indivíduos em diálogo.” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 29).

O segundo princípio dessa proposta epistemológica é o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, que posteriormente iremos discorrer como método proposto pelo referido autor. Sobre a subjetividade, pela sua qualidade, distancia-se das propostas das epistemologias realistas que são pautadas pelo entendimento do saber como reflexo da realidade. Para González Rey e Mitjáns Martínez (2017), o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento está relacionado a um tipo de problema que o estudo da subjetividade pode nos colocar. Nesse sentido, a subjetividade poderá não aparecer diretamente em nenhuma das expressões dos indivíduos ou participantes da pesquisa, mas requer modelos teóricos para investigá-los, para que assim, no percurso da pesquisa ganhe legitimidade pela capacidade de articular com os sistemas de sentidos e significados diferentes.

A principal unidade da pesquisa e de análise como processos teóricos e interpretativos são os indicadores que dão base sobre a qual as construções hipotéticas se organizam. Os significados que o pesquisador irá elaborar ao longo da pesquisa serão através de eventos, expressões ou sistemas de expressões que não aparecem explícitos nos significados expressos pelos participantes da pesquisa. (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). Portanto, o caráter da pesquisa construtivo-interpretativa terá como base os indicadores que serão elaborados pelo pesquisador, gerando hipóteses que possam ser compreendidas através dos significados expressos e dos sentidos subjetivos dos participantes.

O terceiro princípio da Epistemologia qualitativa é a compreensão da pesquisa como um processo de comunicação dialógica, marcada nas diferenças não apenas da relação do pesquisador com os participantes, mas pela própria representação da pesquisa, que passa a ser compreendida como um espaço social. Nesse espaço, diversos e inesperados processos de comunicação surgem de maneira espontânea, colocando o pesquisador e os participantes como agentes ou sujeitos de um processo

cheio de informações novas que podem ser importantes para a relevância da pesquisa (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ 2017).

Diante disso, esses três princípios elaborados e propostos por González Rey, são construídos de modo reflexivo e associado com as novas exigências implicadas na produção do saber sobre a categoria da subjetividade. Para o autor, esses princípios devem ser trabalhados com intuito de encontrar uma expressão viva no percurso da pesquisa e no processo de construção teórica.

O método construtivo-interpretativo proposto por González Rey (2017) define a ação da pesquisa como prática teórica e dialógica explícita em um sistema de relações dentro das quais se desenvolve o processo de pesquisa.

A dialogicidade está compreendida como um processo que sempre envolverá os sujeitos, inclusive o pesquisador, como agentes ativos em diálogo e comprometidos com o desenvolvimento da pesquisa. Parafraseando o referido autor temos a dizer que a pesquisa ocorre em um espaço conversacional que se constitui pelo constante movimento do compartilhamento das experiências, opiniões e reflexões dos sujeitos, o que permite a produção de sentidos subjetivos e de novas configurações subjetivas a respeito das questões que envolvem a pesquisa. As produções do espaço dialógico se organizarão, ao mesmo tempo, como produções singulares dos sujeitos e como produções coletivas desse grupo de agentes que integram o espaço conversacional. As configurações subjetivas surgem como produções subjetivas singulares dos sujeitos afetando seus posicionamentos, decisões e suas construções dentro do diálogo na pesquisa e pela reciprocidade dos sentidos produzidos pelos grupos, criando opções subjetivas (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Os instrumentos e procedimentos adotados no percurso da pesquisa tornam-se dialógicos pelo constante acesso a novas investigações, reflexões e posições do pesquisador e dos participantes. Toda a relação de instrumentos de pesquisa irá surgir como momentos do curso dialógico, marcados pelas relações que são estruturadas entre “participantes-participantes” e “participantes-pesquisador”. González Rey e Mitjáns Martínez (2017), afirmam a importância do diálogo como mediador entre a troca dos sentidos subjetivos dos participantes no percurso da pesquisa.

“[...] O diálogo possibilita a continuidade de um processo reflexivo dos participantes e do pesquisador, que favorece o amadurecimento de expressões subjetivamente configuradas por diferentes experiências de vida, as quais vão aparecendo no curso conversacional do trabalho de investigação.” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 88).

O caráter dialógico é formado pelas múltiplas conversações que são organizadas ao longo do percurso da pesquisa, não apenas favorecendo a emergência da subjetividade dos participantes, mas também a do próprio pesquisador que é essencial para sua produção teórica. González Rey e Mitjáns Martínez (2017) falam que o compromisso da subjetividade do pesquisador é o que permite que a pesquisa continue sendo construída ao longo de seu percurso, afirmando que não são apenas os participantes que são agentes exclusivos desse processo de construção da pesquisa, mas a produção subjetiva do pesquisador é um dos elementos específicos que são caracterizados por essa forma de pesquisar do método construtivo-interpretativo.

O espaço onde está localizado o campo empírico está dado pelo processo de comunicação e pelas formas que ele foi na pesquisa, não eliminando a importância do observável, mas com sua dependência num processo de construção do caráter teórico, que não está apenas sustentado no observável (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). O pesquisador não irá se apoiar em dados já pré-estabelecidos, mas em trechos de informação que serão gerados pelo processo comunicativo. A inserção do pesquisador no trabalho de campo pode gerar alguns desafios expressos pela comunicação fluida entre o pesquisador e os participantes (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

O modelo epistemológico, teórico e metodológico, proposto por González Rey e Mitjáns Martínez (2017), surge no trabalho de campo conforme o pesquisador expressa suas ideias e suas construções pessoais sobre as quais estão orientadas a participar ativamente do decorrer do próprio trabalho de campo. Este modelo estará sempre articulado com as novas decisões e posicionamentos que o pesquisador irá adotar ao longo do percurso da pesquisa, sendo o mediador das novas ideias e hipóteses que irão surgindo ao longo da pesquisa e se apoiando em novas construções. O modelo também pode desenvolver construções teóricas sobre o problema estudado de uma forma singular. González Rey e Mitjáns Martínez (2017) afirmam que a pesquisa pode produzir novas zonas de inteligibilidade sobre um problema de pesquisa.

No método construtivo-interpretativo de González Rey, o problema de pesquisa está dado por um conjunto de ideias, interrogações e questionamentos que o pesquisador irá adotar pela representação inicial do que se pretende pesquisar, fazendo com que o problema vá se desenvolvendo no percurso da própria pesquisa. (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). Conforme o problema vai se

esclarecendo, trazendo aprofundamentos e desdobramentos, irá gerar novos desafios que se integram ao modelo teórico, o que faz com que o problema de pesquisa avance como parte do processo de construção da informação.

7.1. OBJETIVOS

O objetivo geral dessa pesquisa consistiu em analisar as implicações da heteronormatividade, através dos processos de estigmatização e discriminação, nas subjetividades de jovens universitários gays cisgêneros.

Para alcançar tal objetivo, os objetivos específicos foram: (i) Identificar práticas e expressões da heteronormatividade produzidas pela discriminação e estigmatização a estudantes gays cisgêneros nos espaços sociais onde estão inseridos. (ii) Analisar os sentidos subjetivos produzidos no espaço conversacional sobre experiências de discriminação e estigmatização vivenciadas por esses estudantes. (iii) Analisar expressões da heteronormatividade presentes na subjetividade social a partir dos sentidos subjetivos produzidos pelos estudantes gays cisgêneros. (iv) Produzir novas zonas de inteligibilidade sobre as temáticas da identidade gay, da heteronormatividade e da discriminação e estigmatização contra a diversidade sexual e de gênero na perspectiva da Teoria da Subjetividade de abordagem Cultural-Histórica.

7.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA DIVULGAÇÃO DA PESQUISA

Em um primeiro momento, para convidar jovens gays cisgêneros a participarem da presente pesquisa, pensamos em chamar estudantes da Universidade Federal do Paraná. A divulgação foi feita através de um formulário online repassado para alguns estudantes da Psicologia que já haviam se interessado pela pesquisa, além da divulgação realizada pelos estudantes pesquisadores voluntários²⁴ a estudantes por eles(as) conhecidos. A segunda divulgação foi feita após o primeiro encontro realizado com os estudantes da Psicologia que já haviam mostrado interesse e pelos estudantes que preencheram o formulário online, quando também foram decididas as datas dos próximos encontros. Após decididas as datas, através do site da universidade, foi

²⁴ A pesquisa contou com dois estudantes voluntários do curso de Psicologia, sendo Giulia Bieller, aluna do quarto ano, e Leonardo Nunes, aluno do segundo ano que atuaram como assistentes.

divulgado outro formulário online com as datas e as temáticas que seriam discutidas nos próximos encontros da pesquisa.

7.3. CENÁRIO SOCIAL DE PESQUISA

O cenário social da pesquisa é importante para interligar o problema de pesquisa na dialética com o social em que os participantes estão inseridos. Representa, para González Rey e Mitjáns Martínez (2017), uma importante etapa para o desenvolvimento do “tecido relacional” que permitirá o caráter dialógico da pesquisa. O cenário social não é composto por momentos explicativos ou informativos, mas o início de um processo dialógico, que pode representar a primeira etapa da pesquisa, o que poderá ocupar mais de uma sessão da pesquisa.

A pesquisa foi constituída por quatro encontros com os jovens gays cisgêneros e estudantes da Universidade Federal do Paraná de diferentes cursos. No primeiro encontro foi quando iniciou o processo de construção do cenário social da pesquisa.

Inicialmente, no primeiro encontro foram escolhidas em conjunto as temáticas a serem discutidas naquele mesmo encontro e nos próximos encontros (segundo e terceiro). As temáticas escolhidas foram: Identidade: estereótipos e regras sociais; “Sair do armário”: estigmas e vivências; e o encontro de encerramento com discussões sobre estratégias a serem desenvolvidas na universidade no combate à discriminação e ao preconceito contra estudantes cis-gays. O quarto encontro foi apenas o encerramento para pensar em estratégias para o combate a estigmatização e discriminação na universidade e em outros espaços sociais.

Os estudantes universitários cis-gays tiveram a oportunidade de falarem de suas experiências e expressarem seus sentimentos vivenciados em situações consideradas por eles de terem sofrido discriminação e estigmatização e outros fatos relevantes em relação às suas orientações sexuais nos espaços sociais.

Ainda no primeiro encontro, o pesquisador explicou sobre os objetivos da pesquisa, o recorte que adotou na pesquisa e sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram decididas as datas dos próximos encontros afins de priorizar aqueles que já haviam confirmado a presença nos encontros. O primeiro encontro foi realizado em 30 de novembro de 2018. O segundo encontro foi realizado no dia 05 de dezembro de 2018, o terceiro encontro no dia 07 de dezembro de 2018 e o quarto e último encontro no dia 10 de dezembro de 2018. Os encontros foram realizados no

Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), situado no subsolo do prédio histórico da UFPR, praça Santos Andrade, 50.

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o parecer de número 2.993.544 e CAEE 98129018.9.0000.0102.

7.4. PARTICIPANTES

Na proposta metodológica de González Rey, a legitimidade do conhecimento produzido pelo pesquisador no percurso da pesquisa funciona como um conceito central para o modelo teórico. O valor da pesquisa na teoria implica em construir sua relevância e especificidade, que aqui podemos compreendê-la como produção teórica na sua relevância social e científica, construída pelos momentos que compõem o processo da pesquisa. Para González Rey e Mitjáns Martínez (2017), a pesquisa trabalha com indivíduos e grupos, mas a unidade da pesquisa construtivo-interpretativa não é o número de participantes em si e sim as necessidades que vão surgindo ao longo da pesquisa, o que torna importante a construção teórica do problema de pesquisa estudado. Justamente desta forma, o autor não parte da ideia de que uma amostra significativa daqueles indivíduos ou grupos específicos permitirão generalizar qualquer tipo de resultado. Neste caso, a ideia de resultado empírico, para o autor, não é a que norteará a pesquisa, mas sim os modelos teóricos propostos pelo pesquisador que darão significados pelas expressões dos indivíduos estudados na pesquisa.

Desta forma, o grupo foi formado por jovens estudantes gays cisgêneros de uma universidade pública, não sendo fixada a quantidade de participantes por encontros. Inicialmente, no formulário de inscrição para participação da pesquisa, obtivemos quatorze interessados. No primeiro encontro foram três jovens, no segundo encontro foram cinco, no terceiro encontro três e no último encontro foram cinco. Ao todo, foram seis participantes.

Abaixo o quadro que caracteriza os participantes da pesquisa, cujos nomes são fictícios e escolhidos por eles próprios.

QUADRO 1 – DADOS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.

NOME FICTÍCIO	IDADE	RAÇA	CURSO
Alfa	24	Branco	Psicologia
Emiliano	21	Branco	Psicologia
Leo	21	Branco	Medicina Veterinária
Noah	20	Branco	Jornalismo
Rafa	21	Branco	Medicina

FONTE: Dados obtidos pelo autor

Os encontros eram das 20:00 horas às 21:00 horas. Porém, todos os encontros passaram do horário, entre vinte e trinta minutos, pois os jovens cis-gays se implicaram nas temáticas e pediam para ficar mais alguns minutos.

Ao todo, quatorze jovens cis-gays interessaram-se pela pesquisa. Todos da Universidade Federal do Paraná. Esse número demonstra que a temática é necessária e deve ser discutida no espaço universitário. Mesmo sendo apenas seis que foram aos encontros, o interesse de forma geral, já é um indicador da importância de se analisar o fenômeno da homofobia no contexto universitário.

7.5. INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O principal recurso metodológico adotado na pesquisa, proposto por González Rey (2017), foi a dinâmica conversacional. Trata de promover um espaço onde os participantes possam se expressar, se posicionar e opinar sem serem interrompidos, de forma que a expressão manifeste sua historicidade e contradições. As perguntas e os posicionamentos do pesquisador surgem da própria expressão dos participantes, cuja ação dialógica irá sendo construída no decorrer do processo da pesquisa, progredindo, ao mesmo tempo, em duas vertentes diferentes: “o que outro vai construindo como importante para si mesmo, sobre experiências que podem não ter sido nunca alvo de suas elaborações” e “o que o pesquisador vai construindo sobre o que quer conhecer”. Essas duas vertentes não são separadas uma da outra, o que é essencial para a ética que esse tipo de pesquisa exige (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 96).

A conversação na proposta do referido autor tem o propósito de conduzir a campos significativos de sua experiência pessoal ao lembrar e relatar suas necessidades, seus conflitos, suas reflexões, permitindo o surgimento de novos processos simbólicos e de novas emoções, ou seja, de novos recursos e sentidos

subjetivos. Serão esses os elementos cruciais para identificar expressões da homofobia sofridas no espaço universitário e suas implicações nas subjetividades desses estudantes.

Nesse sentido, a pesquisa baseou-se em trechos de informação que, segundo González Rey (2005), é uma forma de expressão viva e complexa no qual se expressa o sentido subjetivo de quem fala.

A conversação enquanto instrumento, determina o caráter processual da relação com o outro, definindo um momento permanente da pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005). Portanto, o primeiro instrumento que o pesquisador adotou na pesquisa foi a dinâmica conversacional. Foi promovida uma sequência de quatro espaços conversacionais com a participação entre três e cinco estudantes gays (fixos), de diferentes cursos e campi, de uma universidade pública.

No segundo encontro foi lido em conjunto e aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A). A partir desse encontro, começaram as gravações de áudio com intuito de transcrevê-las posteriormente. A temática discutida nesse encontro foi “Identidade: estereótipos e regras sociais”. Foi lido e aplicado novamente o TCLE para aqueles que não tinham ido no encontro anterior. O pesquisador usou o instrumento da narrativa (APÊNDICE B) para fazer a primeira pergunta aos participantes na dinâmica, sendo: “Quem é você?”. Em seguida, após todos escreverem num papel, outras quatro perguntas foram feitas como proposta reflexiva, todas retiradas do texto Identidade do autor Antônio Ciampa (2009, p. 58) do livro Psicologia Social: O Homem em Movimento da autora Silvia Lane:

[...] Depois de ouvir sua resposta, pode afirmar que o conhece? Sua resposta torna possível você se mostrar ao outro (e, ao mesmo tempo, você se reconhecer) de forma total e transparente, de modo a não haver nenhuma dúvida, nenhum segredo a seu respeito? Sua resposta produz um conhecimento que o torna perfeitamente previsível? Ninguém (nem mesmo você), depois de conhecer essa resposta, terá dúvida sobre como você vai agir, pensar, sentir, em qualquer situação que surja?

No terceiro encontro foi discutida a temática: “Sair do armário”: estigmas e vivências. O instrumento utilizado nesse encontro foi o desenho, que o autor González Rey (2005) o chama de “instrumentos apoiados em indutores não escritos”. O pesquisador pediu para que cada participante desenhasse algo que significasse o momento em que “saíram do armário”, ou seja, no momento em que se assumiram e atribuísssem um nome ou frase para o desenho. E também ocorreu um fechamento de

tudo que foi discutido e foram discutidas estratégias que possam possibilitar aos estudantes cis-gays e também para toda população de estudantes LGBTIs, espaços que promovam um ambiente mais igualitário e livre da opressão causada pela discriminação e pelo estigmatização na universidade.

Para González Rey (2005), os indutores que aparecem como base de qualquer instrumento fazem parte do repertório de operações simbólicas dos participantes da pesquisa em seus contextos culturais. Esses contextos se convertem em instrumentos quando estão desenhados para a produção de um tipo de expressão dentro do contexto da pesquisa que se convertem em produção de conhecimento (GONZÁLEZ REY, 2005).

Esse tipo de instrumento tem como objetivo facilitar a expressão de trechos de informação por meio de indutores que contribuem para a produção de sentidos subjetivos. Neste caso, os desenhos têm como finalidade, gerar expressões de sentidos subjetivos pela via diferente da palavra, facilitando a construção de trechos de informação presentes no desenho (GONZÁLEZ REY, 2005).

O fato de o instrumento da dinâmica conversacional ser utilizado em todos encontros deve-se à promoção da autonomia dos participantes em interagir e expressar seus sentimentos e produzir sentidos subjetivos a partir das temáticas permeadas pelo problema de pesquisa.

No último encontro, os participantes tiveram a ideia de criar um grupo de apoio via WhatsApp e com interesse em participar de novos encontros em 2019 que acabou não acontecendo por conta das divergências de horários e dias para realizar os encontros.

CAPÍTULO VIII - CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

Para análise e interpretação dos dados, usamos como método a construção da informação, proposta por González Rey (2017). A informação não aparece diretamente pela expressão dos participantes, mas é organizado a partir dos indicadores que o pesquisador vai construindo nos diversos momentos e contextos da pesquisa.

Para González Rey (2005), a principal virtude de uma pesquisa qualitativa do modelo construtivo-interpretativo é o desenvolvimento de modelos teóricos a partir das informações produzidas no decorrer da pesquisa, o que permite uma visibilidade maior sobre o nível ontológico não acessível na observação através da construção teórica dos sentidos subjetivos e das configurações subjetivas que estão envolvidas pelos mais variados comportamentos e produções simbólicas dos participantes.

Uma exigência para o processo da construção da informação é o caráter ativo do pesquisador e sua responsabilidade pelo desenvolvimento dos modelos teóricos da pesquisa. O processo da informação é orientado por um modelo que representa uma “síntese teórica” a ser desenvolvida pelo pesquisador. Essa síntese é produzida apenas pelo pesquisador e pode gerar novos princípios sobre os modelos teóricos desenvolvidos no decorrer da pesquisa.

Tal síntese teórica está envolvida sempre com representações teóricas, valores e intuições do pesquisador, mas também aberta ao momento empírico de seu trabalho, assim como as novas ideias que aparecem nesse momento, algumas das quais podem ser totalmente inéditas (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 116)

O processo da pesquisa construtiva-interpretativa representa, para González Rey e Mitjáns Martínez (2017), um caminho hipotético, onde o pesquisador gera hipóteses que ocorrem em situações contraditórias entre si. Os significados surgem em decorrer dessas hipóteses, nos quais se dividem em novos significados gerados pelo pesquisador e definindo o modelo teórico da pesquisa.

Os indicadores são importantes para que o processo da pesquisa gere hipóteses e o pesquisador possa construir novos modelos teóricos sobre o problema de pesquisa. Os indicadores serão a primeira via de abertura para que surjam hipóteses que avancem a construção teórica, sendo fontes de outras ideias que superem e aumentem o seu valor investigativo no decorrer da pesquisa, se apoiando em múltiplos aspectos qualitativos da expressão dos participantes (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS

MARTÍNEZ, 2017). Na pesquisa construtivo-interpretativa, a linguagem é trabalhada pela sua qualidade, situada nos cursos dialógicos dos participantes, como forma de organização dos relatos e experiências associadas com os sujeitos que são os protagonistas pelas suas próprias vivências. Os indicadores surgem dos significados que o pesquisador constrói das mais variadas expressões que os participantes emitem no curso da pesquisa, tomando sentido no contexto em que elas aparecem.

As hipóteses não são construções a priori e nem como vias de comprovação de um determinado assunto, mas, para González Rey e Mitjáns Martínez (2017), são uma abertura para os modelos teóricos ganharem capacidade explicativa, onde o pesquisador o tempo todo precisará acompanhar e se posicionar conforme a pesquisa ganha novos caminhos frente às múltiplas informações produzidas e reproduzidas, o que define uma lógica configuracional.

Para González Rey e Mitjáns Martínez (2017), a lógica configuracional está em constante movimento e só pode ser explicada quando o modelo teórico da pesquisa esteja pronto como uma proposta de conhecimento. Portanto, essa lógica é emergente e necessita que o pesquisador esteja o tempo todo ativo no curso da pesquisa.

Nos encontros, foram analisados os indicadores separados pelas falas dos participantes devido ao fato dos encontros terem sido organizados por temática. Nesse caso, os indicadores terão como sigla a primeira letra do nome fictício de cada participante. As hipóteses serão iniciadas pela letra H e o número por ordem da hipótese gerada pelos indicadores no decorrer de cada encontro respectivamente.

8.1. ENCONTRO I: CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO SOCIAL DE PESQUISA

O primeiro encontro foi onde iniciou a construção do cenário social de pesquisa, sendo um dos momentos importantes da pesquisa. Como descrito por González Rey (2017), o cenário social da pesquisa coloca o pesquisador em contato com o espaço social em que os participantes estão inseridos e marca uma das primeiras etapas da pesquisa.

Como já informado, a pesquisa ocorreu na Universidade Federal do Paraná e os encontros foram realizados no Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), no prédio histórico da UFPR. Foram três participantes ao primeiro encontro, e em conjunto, escolheram todas as temáticas discutidas nos encontros dois e três.

O pesquisador explicou sobre os objetivos da pesquisa, o recorte da temática e foram decididas as datas de todos os outros encontros. Não foi usado o gravador e nem recolhida a assinatura do TCLE por se tratar de um primeiro contato com os interessados.

Ainda nesse encontro, os estudantes tiveram a oportunidade de falar sobre suas experiências e expressar os sentimentos vivenciados em situações consideradas por eles como de discriminação dentro e fora do espaço universitário. Essa oportunidade surgiu por conta das temáticas sugeridas pelos mesmos serem a respeito de vivências não somente no espaço universitário, mas envolvendo todos outros espaços e situações em que ocorreu e ocorre vivências sofridas por discriminações. De fato, o primeiro contato com os interessados e expressões sobre suas vivências relacionadas a situações de discriminação demonstrou a importância e relevância do estudo e o quanto as temáticas evocaram isso.

8.2. ENCONTRO II: “IDENTIDADE: ESTEREÓTIPOS E REGRAS SOCIAIS”

No segundo encontro foi discutida a temática “*Identidade: estereótipos e regras sociais.*” Nesse encontro contamos com cinco participantes.

Como explicitamos no Capítulo IV e V, o processo do sair do armário pode ser visto como um processo emancipatório, através do qual, conforme Ciampa (2009), é possível pensar a identidade como um projeto político.

Nesse sentido, a proposta de nossa pesquisa envolve jovens universitários que se identificam como cis-gays, tornando importante as temáticas em que esses participantes escolherem.

Desta forma, neste encontro fizemos uma tentativa de incitar a explicitação da construção de uma identidade gay, vista como um possível aspecto da masculinidade. A identidade gay é uma produção histórica e está colada com o desenvolvimento do capitalismo. Ela abrange os aspectos objetivos e concretos das experiências de pessoas que foram e ainda são excluídas pelo processo do sistema de dominação-exploração que opera pelos processos de estigmatização e discriminação.

Inicialmente, o pesquisador introduziu o encontro e a temática, fazendo a primeira pergunta para cada um sobre o que eles entendiam por Identidade.

O primeiro a falar foi Noah, estudante de Jornalismo:

Ah, eu acho que vai muito além do seu nome, do seu jeito de vestir, da sua aparência, é uma coisa que mistura tudo assim sabe que tem dentro de você, é o que tem por fora, é o lugar que você nasceu, o lugar que você mora, o lugar que você estuda. Acho que identidade é uma coisa difícil de ser colocada, assim, tipo, numa definição completa, porque daí é uma coisa que mistura vários contextos diferentes e coisas diferentes, mas que, tipo, tem que ser levado a sério mesmo, é o que você sente bem em relação a você mesmo sabe, se você se sente bem em relação a si, essa é a sua identidade.

Em seguida, Alfa, estudante de Psicologia:

Depois do que eu passei por essa bad terrível e pensei em várias coisas assim, reformulei vários tipo formas de comentar as coisas e valores e tudo mais eu pensei nossa tipo “eu sou outro Alfa aqui, agora”, o “Alfa” da semana passada tinha algumas questões mal resolvidas e agora parece que estou com uma cabeça diferente. Então Identidade para mim é uma coisa assim, não é uma coisa fixa, eu posso mudar, daqui três anos posso ter outros valores ter outros sentidos diferentes na vida.

Depois, Leo, estudante de Medicina Veterinária:

Eu acho que passa muito por um estado de autoconhecimento. Assim que você sabe sobre si mesmo, como você expressa sobre si mesmo e a identidade pode sofrer várias alterações, sejam forçadas assim por fatores externos ou não, por internos, por você reprimir certas expressões que você tenha sobre si mesmo.” E concorda com Alfa sobre “Não é um negócio fixo, sólido, é bem líquida a identidade.

E, por fim, Rafa, estudante de Medicina: *“não sei muito bem o que falar porque eu acho que nunca parei para pensar sobre isso”*.

O quinto participante, Emiliano, estudante de Psicologia, ainda não tinha chegado para o encontro.

Adotamos a concepção de identidade pela perspectiva de Antônio Ciampa (2009), conforme apresentado nos capítulos IV e V, em articulação com a compreensão de identidade de González Rey, apresentado no capítulo V. Pelas respostas dos participantes, podemos perceber que para eles, a Identidade não é algo fixo e pré-determinado, mas que está em constante movimento. Percebemos que a Identidade vai muito além da aparência, das vestes e dos comportamentos de cada indivíduo, como menciona um dos participantes, mas também é composta por aspecto como onde você mora, estuda e isso demonstra que os espaços em que estamos inseridos também dizem muito sobre quem nós somos. A forma que decoramos nossa casa, nosso ambiente de trabalho, como organizamos nosso guarda roupa, nossas preferências musicais e até mesmo nossa sexualidade como um todo falam sobre nós.

Como o autor Ciampa (2009) fala, nós ao mesmo tempo que nos igualamos a determinados grupos sociais, nos distanciamos de outros e nesse processo também podemos atrelar a nossa singularidade. Podemos notar a singularidade de cada participante ao responder à pergunta proposta pelo pesquisador, seus sentidos subjetivos configurados subjetivamente pelas vivências e experiências de vida de cada um.

O processo da Identidade também é um processo de construção. Nós, situados em diversos espaços sociais, os mesmos nos proporcionam reflexões e questionamentos sobre quem nós somos.

Sobre a dinâmica proposta nesse encontro, o pesquisador escolheu cinco perguntas do texto Identidade do próprio autor no livro O Homem em Movimento (CIAMPA, 2009, p. 58). Antes de iniciar a dinâmica, o pesquisador pediu para que cada um escolhesse seu nome fictício a ser utilizado na pesquisa de dissertação e o escrevesse no papel onde responderia as perguntas. Poderiam escolherem um nome ou um número. Um dos auxiliares da pesquisa questionou sobre o uso de números, remetendo a algo “militar”. Um dos participantes refletiu sobre a Identidade ser relacionada a números, pois quando entram na universidade cada um tem o GRR (Código de identificação do aluno de graduação), como forma institucional de diferenciar e monitorar os estudantes. “Leo” questiona: “[...] *E muitos professores veem nossa identidade como GRR ou como nosso IRA²⁵, como tantos outros números que definem a gente.*”. Após cada um escolher seu nome fictício, o pesquisador fez algumas orientações sobre responder a primeira pergunta na folha sem restrições de linhas e com o tempo livre. A primeira pergunta foi: “*Quem é você?*” e em seguida contextualizou um pouco através dos parágrafos posteriores do capítulo do referido autor.

Todos responderam à pergunta no tempo médio de 13 minutos. O pesquisador então pediu para que cada um lesse para si mesmo o que tinha escrito e fez as seguintes perguntas:

[...] Depois de ouvir sua resposta, pode afirmar que o conhece? Sua resposta torna possível você se mostrar ao outro (e, ao mesmo tempo, você se reconhecer) de forma total e transparente, de modo a não haver nenhuma dúvida, nenhum segredo a seu respeito? Sua resposta produz um conhecimento que o torna perfeitamente previsível? Ninguém (nem mesmo você), depois de conhecer essa resposta, terá dúvida sobre como você vai agir, pensar, sentir, em qualquer situação que surja? (CIAMPA 2009, p. 58,).

²⁵ IRA – Índice de Rendimento Acadêmico é importante para “classificar os estudantes para obtenção de prêmios, bolsas, estágios e principalmente como indicador de desempenho acadêmico.”

Com base nas redações de cada participante, consideramos vários indicadores que perpassam o conceito de Identidade e suas vivências e experiências. Conforme compreensão dos participantes dessa pesquisa, para o autor González Rey (2017), os indicadores são importantes para que o pesquisador possa desenvolver as hipóteses da pesquisa. Nem sempre as informações estarão explícitas nos sentidos subjetivos expressos pelos participantes. Para isso, o pesquisador formulará os indicadores nos mais variados momentos da pesquisa.

Começamos a primeira análise com a narrativa do participante Noah, estudante de Jornalismo:

Eu sou alguém que navega no tempo e no espaço à procura de novas aventuras e novos significados para vida. Às vezes me sinto como apenas mais um que passa despercebido na multidão, porém tento sempre pensar comigo mesmo que sou mais que isso. Vivo bem com meu corpo e meus trejeitos, mas ainda peço em tentar achar meu espaço na sociedade. Eu sei quem eu sou, mas ainda não achei onde pertencço. Estou sempre de bom humor e com sorrisos no rosto tentando disfarçar o turbilhão de emoções dentro de mim. Ler e ouvir músicas me levam para lugares utópicos que gostaria de estar e isso me distrai dos afazeres cotidianos. Quero saber para onde vou depois que morrer e isso me espanta. O presente eu vivo, mas tenho medo do futuro. Sei quem eu sou, mas não sei para o que eu sirvo (APÊNDICE C).

O primeiro indicador que podemos analisar dessa narrativa é o da *(in)visibilidade como sentimento contraditório da identidade gay (N.1)*. Esse sentimento de não ser notado ou não ser visível no nosso cotidiano demonstra um importante faceta da exclusão social. Essa invisibilidade se mostra contraditória à recusa de certas pessoas em aceitarem formas visíveis de comportamentos, de vestes, de expressão linguística de gays e todo modo do ser gay. Muitos mecanismos de controle social exercem a função de excluir muitas pessoas, trazendo como consequência a invisibilidade. E isso nos traz o segundo indicador importante que é o de *não pertencimento a nenhum espaço social (N.2)*. Esse sentimento de não pertencer a um espaço ou até a um grupo social pode trazer ao indivíduo sérios problemas psicológicos/emocionais.

O participante usa a expressão turbilhão de emoções podendo significar todo esse sentimento de exclusão e não pertencimento, algo fundamental para todo indivíduo, ou seja, as relações humanas. Com isso, construímos um terceiro indicador sobre *o turbilhão de emoções caracterizar as consequências dos processos de estigmatização e discriminação criados pelo sistema de dominação-exploração (N.3)*. Todas essas emoções e sentimentos que o fazem expressar como um turbilhão

de emoções demonstram existir uma relação de poder por trás. Muitos atores e instituições sociais ajudam no controle social das identidades dos indivíduos (JUNQUEIRA, 2007) e isso traz implicações emocionais profundas.

Como forma de lidar com todas essas regras sociais que estão postas, o participante diz ficar sempre de bom humor e com sorrisos nos rostos. Com isso, ele produz configurações subjetivas que não representam uma realidade atual, tampouco a sua identidade, o que ele chama de “lugares utópicos”. Nesse sentido, podemos desenvolver outro indicador, o da *imaginação de uma realidade abstrata contendo a segurança e a legitimidade do ser gay (N.4)*. Essa realidade acontece com muitos outros jovens gays e com a população LGBTI, que precisam se imaginar em lugares onde possam ser quem eles realmente são e até mesmo amar quem eles realmente querem amar. Porém, essa imaginação é a resposta para a nossa realidade social.

Eis que surge nossa primeira hipótese: *negação da identidade gay (H.1)*. Essa negação demonstra o quanto gays não podem vivenciar e legitimar suas experiências amorosas e afetivas com pessoas do mesmo gênero. Indo além, essa negação gera invisibilidade de uma identidade cuja sua única forma legítima de expressar seus desejos e sentimentos é percebida como negada.

Essa negação da identidade gay está relacionada a toda historicidade do que foi negado à essa população. Desde os meios de produção social do trabalho, aos espaços sociais de direito. Nos atrevemos a dizer que, para futuras pesquisa e dadas limitações desta, que essa possível hipótese pode estar relacionada a toda população LGBTI, ou seja, a negação da identidade LGBTI. Entretanto, nesta pesquisa assumiremos a negação da identidade gay.

A fala de Noah apresenta um outro indicador, o *medo do futuro (N.5)*, que se entrelaça com os indicadores anteriores sobre os aspectos simbólicos-emocionais. O Brasil está entre os países que mais mata LGBTI no mundo. Consequentemente isso proporciona aos indivíduos o sentimento de medo. Inclusive o medo de morrer. O sentimento de “invalidez” também surge quando não se sabe para o que eu sirvo nessa nossa sociedade. Isso tudo condiz com o que o participante expressa como “turbilhão de emoções dentro de mim”.

Até o presente momento, a identidade gay de Noah vai se constituindo por aspectos simbólicos-emocionais atrelados aos espaços sociais que são produzidos pelos estigmas e pelas discriminações. A realidade de Noah demonstra as dimensões

objetivas da heteronormatividade no controle de seus sentimentos, gerando uma espécie de identidade negada pelo social, pela história e pela cultura.

A narrativa do participante Alfa, estudante de Psicologia, também representou um aprofundamento de questões simbólicos-emocionais:

Sou Alfa, 24 anos. Me tornei psicólogo e interseccionalista amável e tento me amar. Cada dia esforço diferente para fortalecer minha empatia pelos outros e por mim mesmo. Me construí gay e aceito esse posicionamento político para minha história e projetos profissionais. Sou ainda cheio de fraquezas, medo do fim das relações e o medo de me perder tentando me adequar ao mundo externo e esquecer dos valores construídos da minha identidade: empatia, ser rede de apoio e ter posicionamentos políticos aos marginalizados. Isso sempre que decidir se desejo ou não desejo ser esses valores conforme minhas necessidades e o auto respeito (que me esforcei tanto para construir). Ex: excesso de necessidade de amor me causa dependência emocional. Paro, elaboro e fortaleço meu eu. Aprendi a respeitar meu lado moralizante e juiz de mim. Estamos em DR²⁶. Mas hoje nossos esforços são pela amizade (APÊNDICE D).

A narrativa de Alfa já começa assumindo sua identidade como psicólogo e um ser amável. *A aceitação de uma construção “gay” como posicionamento político (A.1)* é nosso primeiro indicador presente nessa redação de Alfa. Ele revela como “me construí gay”, “sou ainda cheio de fraquezas”, “empatia”, “ser rede de apoio”, “ter posicionamentos políticos aos marginalizados”, “dependente emocional” constituem aspecto de sua identidade. Revela ainda, com as contradições requerem um esforço grande para que ele fortaleça sua empatia pelos outros e por si próprio.

Novamente o *medo como sentimento submisso às relações de poder (A.2)* demonstra o quanto faz parte dos discursos de pessoas cis-gays que, diariamente, são submetidas às facetas do preconceito. O medo do fim das relações é importante em demonstrar que algumas pessoas, além de terem dificuldades em lidar com o término de qualquer tipo de relação, também mostram o quanto é difícil começar uma. Os esforços são grandes quando se vive em uma sociedade marcada pelo controle de relações afetivas/sexuais.

A adequação em grupos sociais (A.3) coloca a dificuldade do participante em se adequar a grupos sociais diversos e ao que o participante chama de “mundo externo”. Esse mundo externo é a nossa realidade. Mais uma vez a adequação proporciona o sentimento de medo e perda. A identidade, ao mesmo tempo, é diferença, é igualdade, seja em relação ao outro ou a um grupo social (CIAMPA, 1987;

²⁶ DR significa Discutir a Relação e é uma expressão popular.

LARA JUNIOR; LARA, 2017). A adequação é produto dos estigmas, que colocam a identidade gay como desvio e não legítima.

A perda de valores (A.4) é o quarto indicador. Muitos se submetem a padrões socialmente “aceitos” para que possam transitar e usufruir de espaços e direitos sociais e assim terem uma “vida digna”, mas isso pode levar o indivíduo à perda de seus valores e/ou à “perda” de sua identidade. As práticas hegemônicas, além de padronizarem uma única forma de vivenciar nossas sexualidades, também legitimam experiências de vida (PRADO; MACHADO, 2008). O ponto dessa complexa discussão é justamente mostrar que, podemos estar conscientes de nossas identidades, mas que essas práticas ainda tentam controlar nossas subjetividades. Esse mecanismo de controle está diariamente nas práticas de pessoas que tentam inferiorizar outras que não seguem os mesmos modelos (JUNQUEIRA, 2007). Nesse sentido, a hipótese da negação da identidade gay é compreendida aqui pela “perda” da identidade.

A “perda” da identidade aparece como fruto de uma desconsideração na história, é a negação. Aquilo que já é negado constantemente gera a perda. O indicador de adequação às normas culturais e sociais demonstra isso. O adequar-se a um grupo social, a um espaço, ao “mundo externo”, pois algo já lhe foi retirado. Nesse sentido, podemos compreender a identidade gay como perda do sujeito diante da forte e hegemônica existência da identidade heterossexual legitimada pela heteronormatividade. A perda retira o sujeito como ativo nas suas relações sociais e das construções dos seus processos singulares, forçando-o a submeter-se à sociedade.

A terceira redação é do participante Léo, estudante de Medicina Veterinária:

Eu sou que me forcem ser, o que eu quero ser (muitas vezes por agradar a quem merecer) e o que eu já fui. Me forcem a ser, em casa, o filho que se omite frente à opinião homofóbica do seu irmão mais velho, o filho que agradece ao deus dos seus pais após cada refeição e o filho que tem seis deveres diários. Me forcem a ser, na faculdade, o estudante que trata o professor por senhor, o estudante de IRA alto para conseguir cursar disciplinas e me forcem a ser o estudante que não sente nojo de anatomia. Sou o que eu quero ser com meu namorado, para não chateá-lo com certos hábitos, sou o que eu quero ser com minha mãe, para não desanimá-la com meu estresse acadêmico e sou o que eu quero ser por ser músico. Eu sou quem eu fui por saber mais com o que eu errei, por situações que eu acertei e por momentos que eu já almejei (APÊNDICE E).

Os sentidos subjetivos expressos nessa redação são contraditórios. Leo menciona o fato da sua Identidade ser apenas o que os outros esperam que ele seja. Nesse sentido, surge a segunda hipótese da *identidade pressuposta ou do que esperam*

que seja (H.2), na realidade para suprir as expectativas dos outros e da sociedade em si. Ou seja, a Identidade pressuposta.

Na parte “[...] o filho que se omite frente à opinião homofóbica do seu irmão mais velho.”, podemos perceber a homofobia expressa pela forma do sistema de dominação-exploração, onde o irmão mais velho se posiciona com uma opinião carregada de estigmas, o que revela que a **heteronormatividade opera pela dominação no espaço familiar (L.1)**.

A heteronormatividade pode ser exercida pela dominação masculina, através de práticas e representações que colocam a heterossexualidade como naturalizada. Quando o participante se omite frente à opinião discriminativa do irmão, a dominação masculina está operando pelo sistema de dominação-exploração que coloca o sujeito em processo de sujeição do controle da subjetividade.

Sem desassociar desse sistema, **a crença e a religiosidade como marcadores do controle da subjetividade (L.2)** apresenta na redação como “[...] o filho que agradece ao deus dos seus pais após cada refeição e o filho que tem seus deveres diários.”. A forte marca da crença em uma religião é também um indicador que sustenta e se desenvolve com a heteronormatividade. A pessoa, além de seguir costumes e valores religiosos específicos, como o “agradecer após cada refeição” também precisa fazer seus deveres domésticos diários. Essa marca acaba excluindo a liberdade e a autonomia do indivíduo em poder se manifestar a favor ou contra esses valores religiosos, como optar por não agradecer no final de todas as refeições. Esse indicador também força o participante em ser quem ele não é, indo de encontro com as duas hipóteses formuladas até agora, negação da identidade gay (H.1) e o que esperam que ele seja (identidade pressuposta – H.2).

O **estigma do estudante exemplar (L.3)** coloca o(a) aluno(a) com desempenho alto e notas altas como exemplo e “inteligente”. O IRA é o índice de rendimento acadêmico na UFPR que contabiliza o desempenho de cada aluno nas matérias e atribui uma nota para fins de monitorar o desempenho escolar, “[...] me forçam a ser, na faculdade, o estudante com IRA alto para conseguir cursar disciplinas e me forçam a ser o estudante que não sente nojo de anatomia”. O IRA exerce controle social sobre o estudante sem questionar o sistema de ensino ao ter seu foco sobre o aluno exclusivamente.

Desta forma, uma vez que esse estigma é produzido, automaticamente gera outro estigma contraditório, o(a) do(a) aluno(a) “má influência”, “menos inteligente”,

dentre outros. Esse estigma acaba controlando os estudantes e os estimulando a competirem entre si para conseguirem vagas em intercâmbios, monitorias, participar de iniciações científicas e de projetos de extensão. Não que seja errado proporcionar aos estudantes oportunidades de expandirem seus conhecimentos e estudarem aquilo que lhes interessam, mas não tornar um mecanismo institucional como controlador das subjetividades dos estudantes. Nesse caso para o participante, o forçam a ser o aluno exemplar com o IRA alto.

No que condiz ao “não sentir nojo de anatomia”, notamos mais uma marca da heteronormatividade, como se “homem” não pudesse sentir nojo das coisas, colocando o sujeito sem poder de questionar as regras sociais às quais está submetido (WELZER-LANG, 2001; AMARAL, 2019).

O participante reforça várias vezes o “sou o que eu quero ser” frente ao namorado e à mãe, não querendo depositar hábitos e estresses neles. Isso demonstra o que havíamos falado acima sobre a contradição dos sentidos subjetivos expressos na narrativa. O participante, a todo momento, se organiza subjetivamente para atender as expectativas dos outros, mas e para ele atender às suas próprias expectativas? Aparece mais o que ele não é do que o que ele é. Aqui podemos trazer a hipótese da própria negação da identidade gay (H.1). A todo momento ele quer ser algo para atender as expectativas dos outros, mas o que ele quer ser na verdade não é o que ele é. E isso finaliza quando ele fala “eu sou quem eu fui”.

A dinâmica de situações e experiências que ele já teve o proporcionou ser quem ele é, a construir sua identidade gay nesse momento, mas que ainda, dentro do seu convívio social, a heteronormatividade opera pelo “forçamento” de ser apenas o que os outros querem que ele seja. Isso coloca o participante a se preocupar apenas com os sentimentos dos outros, novamente sujeitando-o à opinião homofóbica do irmão.

O participante Rafa, estudante de Medicina, teve algumas dificuldades em responder à primeira pergunta da dinâmica:

Quem sou eu? É difícil buscar uma definição, ainda mais porque é a segunda vez que me perguntam isso em uma semana. Não consegui dar uma resposta satisfatória. Mas para mim sou esse ser consciente, sou feito das minhas vontades e de como reagir às situações que a vida me oferece (APÊNDICE F).

Por já terem perguntado sobre quem ele era, a dinâmica pode ter sido um pouco confusa para esse participante, que apenas a respondeu como sendo um ser consciente e feito pelas próprias vontades.

A última narrativa é do participante Emiliano, estudante de Psicologia:

Eu sou um eterno devir bicha. Não que minha sexualidade seja o único aspecto sobre o qual me identifiquei, mas porque essa foi a marca sob a qual me subjugaram, e em meio a essa rejeição, da qual me apropriei e ressignifiquei. Eu sou um homem branco que renegocia os sentidos da masculinidade e da branquitude. Talvez esta seja uma boa marca de quem sou: instabilidade e mudança. Se isso é a origem dos meus maiores problemas, é também o cerne dos meus maiores prazeres. Eu sou quem tem medo de desagradar os outros, e que por isso (mais aquilo ali em cima), acaba se sujeitando ao outro (APÊNDICE G).

Para o participante, a sexualidade faz parte de sua vida desde sempre e isso trouxe marcas e julgamentos que o fizeram ressignificar e reproduzir muitos valores. *A rejeição de si (E.1)* ocorreu por ter sido alvo de julgamentos pela sua sexualidade. A sexualidade como um constructo social e político se relaciona às múltiplas dimensões simbólicas e estruturais da sociedade e isso acaba fazendo com que algumas pessoas neguem a si mesmas e passem a dar outro significado para aquela sexualidade que é explorada.

Nesse sentido, essas pessoas ainda que passem pelo processo de construção de si, acabam negando a si próprias e à sua própria identidade por conta dos modos de produção da heteronormatividade na sociedade.

O participante se torna consciente por ser homem branco, cisgênero, e proporciona *renegociar os sentidos das masculinidades como consciência de classe (E.2)*. Compreendemos que a raça é importante, pois traz a marca da racionalização, do que é ser um homem branco na sociedade. A consciência de classe do participante já o coloca consciente de ser legitimado para renegociações. E isso traz sua marca: instabilidade e mudança.

O enfrentamento de si e o enfrentamento contra o sistema de dominação-exploração demonstra um importante processo de desconstruções. Ninguém nasce desconstruído, mas aprendemos a nos construir e a nos desconstruir. É um enfrentamento sutil e cauteloso, mas que condiz muito com nossa identidade, como um processo de metamorfose.

Fica explícito o sentimento de medo do participante em desagradar os outros e isso o leva a se sujeitar a diferentes maneiras. *A subordinação da identidade gay (E.3)*

está presente constantemente em submeter-se e a não desagradar ou quebrar as expectativas dos outros. A lógica da subordinação é justamente inferiorizar pessoas que não seguem os padrões normativos (PRADO; MACHADO, 2008).

Após as perguntas, o pesquisador pediu para que cada um dos participantes comentasse sobre o que tinham escrito e quais foram as respostas que tiveram diante de cada pergunta, promovendo a todo momento a possibilidade de produzir sentidos subjetivos. O participante Emiliano mencionou que sua resposta foi sugestionável pelo grupo, onde escreveu apenas sobre sua sexualidade em si na redação. Nesse momento, o pesquisador mencionou como foi importante para o participante demonstrar o quanto a sua sexualidade faz parte de sua Identidade.

Para o participante Noah, a dinâmica fez, conforme ele escrevia, que surgissem mais dúvidas sobre si próprio, o que demonstra a contradição dos sentidos subjetivos concretos expressos através da pergunta em si.

Para o Rafa, na mesma semana do encontro, alguém já havia feito a mesma pergunta sobre “quem ele era?” e pelas suas respostas, a pessoa o questionava sobre “não é você” e quando respondida de outra forma, “continuava não sendo você”. Para ele, quando ouviu novamente essa pergunta, não soube muito bem responder quem ele era, pois fez com que lembrasse dessa outra situação, não sabendo muito bem o que responder.

Para o participante Alfa, em sua redação colocou sobre suas fraquezas e teve muito medo de falar sobre elas e até mesmo de escrevê-las, causando suores.

Diante disso, o pesquisador leu algumas partes do texto a respeito do conceito de Identidade de Ciampa (2009), e falou um pouco sobre elas. Nesse contexto, para o senso comum, a Identidade pode ser vista apenas como só aquilo que você é, fixa, pré-determinada e inata. Mas, se você pede para refletir e escrever sobre quem você é, pode se basear em situações onde você se expressa enquanto sujeito ativo naquela situação. Como o caso exemplo do “filho”, não sendo apenas uma identidade fixa, o ser “filho” seria frente ao seu pai e à sua mãe. Caso você tenha irmãos, de filho você também passará a ser irmão, seja caçula ou mais velho, com suas respectivas funções.

Nesse sentido, ao longo de nossas vidas, várias experiências socioculturais e individuais perpassam e transformam-se como vivências concretas e legítimas, demonstrando que não somos apenas pessoas com identidades “fixas” e que iremos reagir apenas daquela forma. É importante enfatizar que existem diversos papéis sociais já pré-estabelecidos e os exercermos frente a várias situações da vida, mas que

nem sempre precisamos considerá-los como únicos e inquestionáveis. Como exemplo, o se tornar pai, mas que frente ao seu pai e mãe, você ainda continuará sendo filho. Nessa lógica, é importante pensar que nossa identidade está em constante movimento, e através das mais variadas experiências de vida, nos proporcionará formas legítimas de sermos quem nós somos, o que contempla também as fraquezas e nossos medos.

Para o participante Léo, a dinâmica o marcou em três coisas e que ele escreveu em sua redação, começando o texto:

[...] vale a pena comentar sobre minha resposta, ela passou basicamente por essas questões que você citou, três na verdade, que eu defini. Meu texto começa com “eu sou o quem me forçam ser”, “o que eu quero ser muitas vezes pela vontade de outras pessoas que eu quero agradar” e “o que eu já fui”, que são experiências que afetam quem eu sou hoje e a forma que eu expresso hoje e a minha redação concorda muito no que você falou. Depende muito do papel que a gente assume, por exemplo, o papel que eu assumo com namorado, ou papel que eu assumo com meus pais, com meu irmão mais velho, papel que eu assumo como estudante.

Percebemos pela fala do participante *o papel que assume como uma forma de expressão da identidade (L.4)* em contextos diferentes. A identidade, como citamos no capítulo IV, como sistema vivo e em processo, é importante para a produção de novos sentidos subjetivos frente às realidades que vão surgindo (GONZÁLEZ REY, 2010; MEIRELES; FERRARINI, 2019). Por isso, entendemos pela fala do Léo, os papéis como a expressão da identidade do sujeito frente aos pais, ao irmão e a universidade. Todavia, esses papéis não são a mesma coisa que “papéis sociais”, pois não são já dados ou pré-estabelecidos.

A forma de assumir um papel frente as situações e contextos sociais é importante para dar a legitimidade a uma identidade gay ou identidade da população LGBTI.

No processo desse encontro, surgiu uma questão sobre ao ler aquilo que tinham escrito, dando a impressão de que qualquer pessoa lendo aquilo poderia se identificar. Nesse contexto, o pesquisador questionou e propôs junto aos participantes para refletirem de o porquê acharem isso e onde poderia estar a singularidade e a legitimidade de cada vivência e expressões dos sentidos subjetivos de cada um.

Nós exercemos diversos papéis sociais, que vão muito além das situações em que estamos inseridos. Quando nos tornarmos pais e mães, exerceremos os mesmos papéis sociais que os outros, mas o que poderia diferenciar da experiência de cada um? As vivências? As dinâmicas de cada família? As subjetividades individuais? O até

mesmo, a subjetividade social (conceito de González Rey) diante daquela família em como ela é e/ou como foi construída, se mantém, se remodela? Na verdade, a complexidade dessas e outras dimensões da existência humana é que nos assemelham e nos diferenciam dos demais.

O que irá diferenciar aquela família poderá ser o primeiro nome. Quando conhecemos alguém, uma das primeiras perguntas é o nome da pessoa. À primeira vista o que poderá nos diferenciar nas nossas famílias será o primeiro nome. Cada um tem seu primeiro nome que geralmente é diferente dos outros e naquele núcleo familiar, o sobrenome acaba sendo o mesmo. O pai gostar de “futebol” enquanto o filho de “culinária”, a mãe gostar de filmes de “terror” e o filho de “romance”, todas essas reflexões nos demonstram a singularidade também como parte de nossas vivências.

Mesmo que existam papéis sociais já pré-estabelecidos, não são eles que nos definem. Podemos exercer a função de pai e filho de forma singular e subjetiva e não as reproduzir apenas como uma regra social.

É importante ressaltar que nossa identidade sempre está sendo re-posta. A identidade de pai é re-posta todos os dias, conforme suas vivências no exercer dessa função social. Neste caso é nítido o quanto pode se ter uma expectativa generalizada da forma como alguém deve agir de acordo com o que é/foi re-posto. A complexidade dessa questão transforma a identidade como dada e fixa.

Nesse sentido, vários papéis sociais se tornam fenômenos sociais. Cada posição que exercemos nos determina, fazendo com que nossa existência concreta possa ser uma unidade da multiplicidade que se realiza conforme o desenvolvimento dessas determinações (CIAMPA, 2009).

Nesse contexto, o pesquisador trouxe a reflexão da marca do que é ser “homem”, visto que muitos homens gays já se viram em práticas discriminatórias, de que por ser gay não é homem. O “ser homem” acaba sendo um fenômeno social sempre re-posto. Muito se é atribuído ao “ser homem”, como comportamentos, vestes, trejeitos e até mesmo na linguagem. Quando um homem gay expressa sua identidade, é nítido que ela não está sendo re-posta conforme a heteronormatividade pré-estabeleceu. O que é a identidade do “ser homem”? Ficar com pessoas do mesmo gênero não é ser homem? Inclusive, segundo a auxiliar de pesquisa: *“Você ter uma identidade também é necessário para que você seja controlado”*. Isso é justamente o que a heteronormatividade faz, controla as sexualidades das pessoas.

No método construtivo-interpretativo proposto por González Rey (2017), é importante que os participantes da pesquisa estejam ativos como agentes em diálogo, sempre compartilhando suas experiências, opiniões e suas reflexões, para que as produções de seus sentidos subjetivos possam abrir novas configurações subjetivas sobre a temática do encontro.

O espaço da pesquisa tornou-se um espaço conversacional configurado subjetivamente, o que para González Rey e Martínez (2017), por estar em constante movimento, evidenciou as produções diferenciadas e singulares de cada participante, configurando-se numa dinâmica entre si, organizadas pelas produções do espaço dialógico que se expressaram de forma simultânea.

No encontro analisado, os participantes foram ativos no engajamento dialógico e se posicionaram frente às questões que foram surgindo, questionando, refletindo e se provocando sobre as indagações criadas pelo modo de produção capitalista.

As discussões sobre os indicadores e as hipóteses produzidos serão feitas no próximo capítulo para melhor compressão das ideias e questionamentos sobre a temática proposta neste encontro.

8.2.1. INDICADORES E HIPÓTESES

Para melhor apresentação dos indicadores e das hipóteses de cada encontro no capítulo de discussão, iremos separá-los em dois quadros:

QUADRO 2 – INDICADORES DO ENCONTRO II

	INDICADORES DE NOAH
N.1	(In)visibilidade como sentimento contraditório da identidade gay
N.2	Não pertencimento a nenhum espaço social
N.3	O turbilhão de emoções caracterizar as consequências dos processos de estigmatização e discriminação criados pelo sistema de dominação-exploração
N.4	Imaginação de uma realidade abstrata contendo a segurança e a legitimidade do ser gay
N.5	Medo do futuro
	INDICADORES DE ALFA
A.1	A aceitação de uma construção “gay” como posicionamento político
A.2	Medo como sentimento submisso às relações de poder

A.3	Adequação em grupos sociais
A.4	A perda de valores
	INDICADORES DE LÉO
L.1	Heteronormatividade opera pela dominação no espaço familiar
L.2	A crença e a religiosidade como marcadores do controle da subjetividade
L.3	Estigma do estudante exemplar
L.4	O papel que assume como uma forma de expressão da identidade
	INDICADORES DE EMILIANO
E.1	A rejeição de si
E.2	Renegociar os sentidos das masculinidades como consciência de classe
E.3	Subordinação da identidade gay

FONTE: Dados obtidos pelo autor

QUADRO 3 – HIPÓTESES DO ENCONTRO II

	HIPÓTESES
H.1	Negação da identidade gay
H.2	Identidade pressuposta ou do que esperam que seja

FONTE: Dados obtidos pelo autor

8.3. ENCONTRO III: “SAIR DO ARMÁRIO: ESTIGMAS E VIVÊNCIAS”

O encontro IV teve a temática “Sair do Armário” e teve como participantes Noah, Rafa e Alfa. Salientamos o quanto a temática “Sair do Armário” foi significativa para o encontro, pois ficou evidenciado um processo ativo dos sujeitos da pesquisa em relação à sua identidade gay.

Como explicitamos no capítulo IV, compreendemos o “sair do armário” como um processo singular, complexo e contraditório, no qual se baseia nas experiências e vivências relacionadas às sexualidades diferentes da heterossexual. A partir desse encontro, os sentidos subjetivos expressos pelos participantes em relação à temática nos abriram uma via importante para explicar esse processo, sendo através das dimensões objetivas da vida de cada um expresso pela dialética do singular e social.

Como proposta de avanço para temática, nos esforçaremos em dialogar a partir dessas experiências e vivências sobre esse processo como um projeto político de identidade. Dessa forma, é um processo emancipatório que pode tornar possível pessoas cis-gays desenvolverem autonomia para legitimarem suas identidades e

expressá-las em qualquer espaço social. Todavia, a sociedade marcada pelo sistema de dominação-exploração, dificulta esse processo e naturaliza a estigmatização e discriminação.

Inicialmente, a atividade proposta nesse encontro teve como finalidade gerar sentidos subjetivos relacionados às experiências e vivências do processo de “sair do armário”. Solicitou-se para cada estudante escrever uma palavra ou frase que expressasse a experiência do sair do armário e um desenho que representasse esse processo. O desenho é definido pelo autor González Rey (2005) como indutor não escrito e com a finalidade de gerar sentidos subjetivos diferentes da palavra.

Ao solicitar que cada participante falasse sobre a frase e o desenho todos ficaram acudados e em silêncio. Então, o pesquisador falou um pouco da sua experiência enquanto homem gay cisgênero.

Noah iniciou sua fala contextualizando um pouco sobre sua sexualidade, dizendo: “[...] *eu já sabia desde a sétima série assim tudo em relação sobre mim, perigos de sair na rua etc.[...]*”.

A sua identidade gay foi perpassada pelo fenômeno da heteronormatividade nitidamente, onde sua configuração subjetiva do que era sexualidade naquele momento o fez ver a rua como um lugar perigoso, gerando o primeiro indicador, no qual ***não há segurança em lugar algum (N.6)*** Na fala do participante o perigo é usado no plural como demonstrativo de que em qualquer espaço existirá mais de um perigo, seja por xingamentos, olhares tortos, agressão física, o que pode acontecer por simplesmente ser gay. O perigo existe justamente porque não há segurança.

Na fala de Noah temos a expressão da homossexualidade no espaço-tempo em uma instituição de ensino básico. Em geral, nas escolas tem-se evidenciado práticas pedagógicas e estudos unicamente sob uma lógica binária. Opera-se com base em uma identidade legitimada pelas normas de gênero em marcadores sociais e aqueles que não se enquadram nessas normativas são discriminados (SOUZA, SILVA e SANTOS, 2017).

Por essa lógica, o processo de “assumir-se” gay em uma escola e/ou qualquer outra instituição de ensino, pode ser um momento muito delicado, pois requer uma rede de apoio de amigos, professores e funcionários que acolham e respeitem para que não haja a evasão e o sofrimento por parte dessa população.

A subjetividade social de uma instituição de ensino público ou privada representa uma rede de discursos e práticas construídos por vários espaços

socioculturais que refletem na subjetividade individual dos(as) alunos(as). Para González Rey (2005), a subjetividade individual produz sentidos subjetivos distintos devido às relações compartilhadas, sendo os espaços escolares perpassados por discursos e práticas discriminativas contra a população LGBTI.

Outro indicador refere-se à ***adolescência e sexualidade (N.7)*** por ser uma fase importante do desenvolvimento humano por ser marcada por várias experiências novas e curiosas, onde surgem inúmeras configurações subjetivas sobre o que seja sexualidade, mudanças corporais, relações afetivas, relações sexuais, significados e sentidos sobre sentimentos, como amor, ódio, raiva, medo, dentre várias outras formas de reflexão sobre o que é a vida. Para o participante Noah, demorou em torno de quatro anos para dar o primeiro beijo, *[...] passei por muito tempo sabendo que era homossexual, mas nunca tinha tido uma relação com outra pessoa até o ensino médio no terceiro ano.*”

Todo esse movimento de ser adolescente e estudante gera dúvidas e questionamentos sobre a amplitude do que seja a sexualidade.

O conservadorismo instalado nas escolas pode dificultar o processo de assumir para si e/ou publicamente, como reflete a fala de Noah: *“[...]Então eu nunca tive essa necessidade assim digamos de falar “ah eu acho que sou homossexual” porque eu nunca me relacionei com ninguém.”*

Com isso temos a primeira hipótese gerada a partir desse encontro, de ***não sentir necessidade de identificar-se como gay (H.3)***, a qual pode ocorrer devido à baixa autoestima, dificuldade de comunicação, dificuldades nas relações afetivas e sexuais, medo, insegurança, dentre outros. Essas causas geram sofrimento para o indivíduo, o que irá refletir em sua subjetividade.

O que torna essa hipótese relevante é pensar no indicador de que ***não há segurança em lugar algum (N.6)*** em relação com o indicador de ***adolescência e sexualidade (N.7)***, justamente porque não há segurança o suficiente para assegurar que adolescentes gays não sejam violentados e discriminados em ambientes familiares, instituições de ensino e/ou em qualquer outro espaço social. Dessa forma, o não sentirem a necessidade de falar abertamente sobre suas sexualidades, pode aparecer como um recurso de segurança em uma sociedade violenta.

Para além, o não sentir necessidade de identificar-se como homossexual é algo que está configurado subjetivamente nesse indivíduo por uma via complexa de sentidos subjetivos, atitudes e discursos discriminatórios que são legitimados

diariamente nos espaços sociais em que se transita, dificultando a construção de sua identidade gay. Nesse caso, a escola pode ser essa via complexa.

Os sentidos subjetivos são unidades simbólicos-emocionais e expressam o caráter subjetivo dos processos psíquicos dos indivíduos (GONZÁLEZ REY, 2010). Assim, no relato “[...] *porque eu nunca me relacionei com ninguém.*” percebe-se que desde a sétima série até o terceiro ano do ensino médio o participante não se relacionou com ninguém e por isso não sentia necessidade de falar sobre sua identidade gay. Com isso, os sentidos subjetivos do participante expressam a complexa **configuração subjetiva dos relacionamentos afetivos e sociais (N.8)** para ele. O não se relacionar com ninguém pode demonstrar a dificuldade de relacionamentos homoafetivos por conta de estereótipos e estigmas heteronormativos, que excluem aqueles que não se enquadram ao padrão físico/visual e comportamental/emocional/sexual.

A complexidade do não ter se relacionado com ninguém pode retratar várias facetas da heteronormatividade e pela sua forma no sistema de dominação-exploração de subjetividades. A dificuldade de assumir-se na escola, de pertencer a grupos de meninos e/ou apenas andar com meninas podem ser situações em que essa rede complexa produza comentários discriminatórios e indiquem a dificuldade de relacionamento afetivo e social.

Adiante, o participante Noah fala sobre a primeira vez que contou a sua mãe sobre sua orientação sexual:

[...] mas teve uma vez que assim foi perto de eu ter passado na universidade, eu fui conversar com a minha mãe e tipo até cheguei a falar que estava gostando de uma pessoa mais que ela não ia aprovar e daí ela falou ‘não, mas ela é casada? A gente dá um jeito’ e eu fiquei tipo?

Aqui percebemos a marca da heteronormatividade como se o gostar de alguém fosse naturalmente do gênero oposto.

[...] mas para resumir eu falei que era homem e ela ficou “não, não pode ser” e começou a negar. Primeiro foi a negação e depois a gente passou uma semana sem nos falar, sem se falar mesmo e depois ela voltou e falou “ah essa brincadeira que você está fazendo comigo é muito sem graça”. Aí eu fui ficando com mais raiva parece assim sabe [...].

A partir da fala do participante, a negação da sexualidade do(a) filho(a) é comum e extremamente naturalizada em nossa sociedade. O discurso hegemônico

legitimou pessoas a não aceitarem as sexualidades de seus filhos gays. As dificuldades de pessoas cis-gays de se assumirem para suas famílias ocorrem pela não aceitação e principalmente o não respeito.

Nesse sentido, outro indicador destaca-se a partir da fala da mãe, a ***negação e dificuldade de aceitação da identidade gay do filho (N.9)***. Geralmente a primeira reação da família quando o filho se assume é a negação, é desviar o assunto, fingir que não ouviu ou punir. Pode ser extremamente difícil para pessoas cis-gays tomar a responsabilidade de assumir para familiares, amigos próximos, amigos do trabalho e em outros espaços, pois deveria ser diferente, normal e comum como a heterossexualidade e as identidades cisgêneros. Após a negação vem a distração, o movimento de não querer tocar mais no assunto ou fingir que não lembra. Usam a brincadeira como justificativa da discriminação e do preconceito.

Os sentidos subjetivos relacionados à conversa e reação da mãe nos revelam a problemática dificuldade de aceitação pelo filho ser gay, onde usa a situação como brincadeira, mas termina falando que é sem graça, como se fosse uma forma de não querer conversar sobre isso. E isso reverte a responsabilidade para o filho, onde novamente deverá pensar se deve ou não falar com a mãe ou outra pessoa sobre. E isso causa angústia, ansiedade, medo, raiva ou turbilhão de emoções, como ***sentimentos negativos por não poder conversar com familiares sobre sua identidade gay (N.10)***, justamente pela responsabilização do(a) filho(a) em ter que contar a respeito de sua sexualidade.

Esse processo é mais complexo do que aparenta ser e para o participante Noah houveram outras vezes em que precisou retomar o assunto com a mãe:

[...] aí teve outra vez que a gente sentou e conversou e daí foi a vez que eu meio que me impus, aí eu falei umas verdades, joguei na cara as hipocrisias[...]e daí conversando eu expliquei que não era bem assim e ela disse que era escolha, mas se fosse escolha eu queria ser hétero [...].

O posicionamento do participante foi muito importante pelo seu caráter ativo em discutir sua orientação sexual com a mãe. Todavia, a mãe usa o termo “escolha” para se referir a algo tido como incomum e anormal.

O indicador de ***ser homossexual compreendido como uma escolha ou opção (N.11)*** é basicamente o que incorpora as práticas discriminativas heteronormativos atuais: é escolha, é uma opção. A heteronormatividade produz conjuntos de eixos que

exercem efeitos na construção, legitimação e hierarquização de identidades na regulamentação de subjetividades e relações sociais que tornam a heterossexualidade única possibilidade (JUNQUEIRA, 2007). O discurso da mãe retrata um desses eixos, trazendo como possibilidade para o filho de ser heterossexual, mas a contradição expressa na resposta de Noah mostra que se fosse escolha a heterossexualidade, não seria natural.

Após essa conversa, Noah ainda estava confuso sobre sua mãe:

[...] eu não sei se ela aceitou ou não, mas meio que ficou por isso e daí continuei seguindo minha vida etc.[...]. Até que [...] em 2015, quando estava prestes a me mudar para Curitiba, uma amiga minha veio me visitar lá em casa e eu nunca tinha levado nenhum amigo em casa, como eu falei, eu não me relacionei com ninguém assim [...]. Ficamos muito tempo conversando juntos e, nossa, foi um evento para os meus pais e minha irmã estava lá, ‘não, olha a amiga do Noah etc.’ eu acho que isso meio que fez que ela achasse que era uma fase porque daí ela ficou muito melhor comigo depois que eu trouxe a menina lá em casa, mas a gente não fez nada.

O indicador da *crença de que a homossexualidade trata-se apenas de uma fase (N.12)* é como se fosse a justificativa do indicador da escolha. A fase pode ser um período curto ou longo, onde há certeza de que aquilo uma hora vai passar. Muitas pessoas pensam dessa forma e até então a fase é sempre relacionada à bissexualidade. O fato de a mãe pensar que era uma fase, só fez com que o participante se sentisse mais inseguro:

[...] e ficou por isso e a gente nunca mais conversou até hoje sobre isso e por isso que eu falo que é mais ou menos, porque eu acho que eu tenho esse medo de literalmente achar que é uma fase porque eu nunca tinha me relacionado com ninguém e ainda estava no ensino médio [...].

As ordens de gênero são determinadas por uma ordem social, como por exemplo o feminino deve complementar a do masculino pelo viés de sua subordinação psicológica e cultural (BORRILLO, 2016). Nesse sentido, a subordinação psicológica e cultural está articulada com a heteronormatividade. Na parte “[...] medo de literalmente achar que é uma fase [...]” percebe-se que os sentidos subjetivos da mãe expressos em seus posicionamentos contra a orientação sexual do filho estão fortalecidos por essa lógica de subordinação psicológica e cultural. Essa subordinação é legitimada pelos processos de estigmatização e discriminação.

O sentimento de medo por achar que está em uma fase é a forma do sistema de dominação-exploração operar como um tipo de discriminação psicológica, que coloca todas as outras práticas sexuais e afetivas como inferiores.

As configurações subjetivas de algumas mães e pais em relações as(os) filhos(as) são nutridos diariamente pelo sistema de dominação-exploração. Muitas famílias tendem a ter dificuldade em dar um salto qualitativo em relação à aceitação dos filhos(as) serem diferentes deles. Provavelmente a mãe do participante não tinha recursos subjetivos suficientes para lidar com a situação. Com isso, os contextos socioculturais proporcionam, ao mesmo tempo, a informação do que seja a diversidade sexual e de gênero, mas, por outro lado, ideologias estruturadas por crenças, valores e religiosidades sustentadas pelo conservadorismo na sociedade capitalista contrapõem qualquer ação e promoção da diversidade.

O pesquisador questiona o participante sobre de fato dele ter se assumido para mãe ou se ainda está no processo, pois o início de sua fala é a respeito do conhecimento de sua sexualidade e não sobre a experiência do “sair do armário”. A contradição é nítida quando ele inicia sua fala com “[...] *mas teve uma vez que, assim, foi perto de eu ter passado na universidade[...]*” e depois houve mais duas tentativas do participante em conversar com a mãe sobre sua sexualidade. Entretanto, não está claro seu processo de assumir sua identidade gay para mãe, onde ele fala “[...] *por isso que eu falo que é mais ou menos[...]*”, como se fosse algo ainda não resolvido.

Criou-se uma **resistência do outro em relação à identidade gay (N.13)** por parte da mãe em relação a orientação sexual do filho. Essa resistência (re)afirma as hipóteses de **negação da identidade gay (H.1)** e **não sentir necessidade de identificar-se como gay (H.3)**, pois a forma em que o outro irá reagir ao saber sobre uma pessoa cis-gay pode contribuir para que o indivíduo reprima a sua identidade.

Sobre ainda estar nesse processo ou estar claro para ele que as questões são da mãe, o participante afirma novamente: “*É e eu acho que também tipo pelo fato de ter sido muito perto de eu me mudar para Curitiba, aí parece que meio que a gente se afastou assim por um tempo para conversar. A gente se vê muito pouco, duas vezes no ano [...]*”. O “se ver muito pouco” pode ser uma forma do participante evitar a família: “[...] *É um afastamento que eu tenho assim sabe, então eu acho que assim pode ter até talvez ter influenciado e porque daí eu to vivendo minha vida aqui e aqui eu sou super assumido e tal, se alguém perguntar eu falo [...]*”.

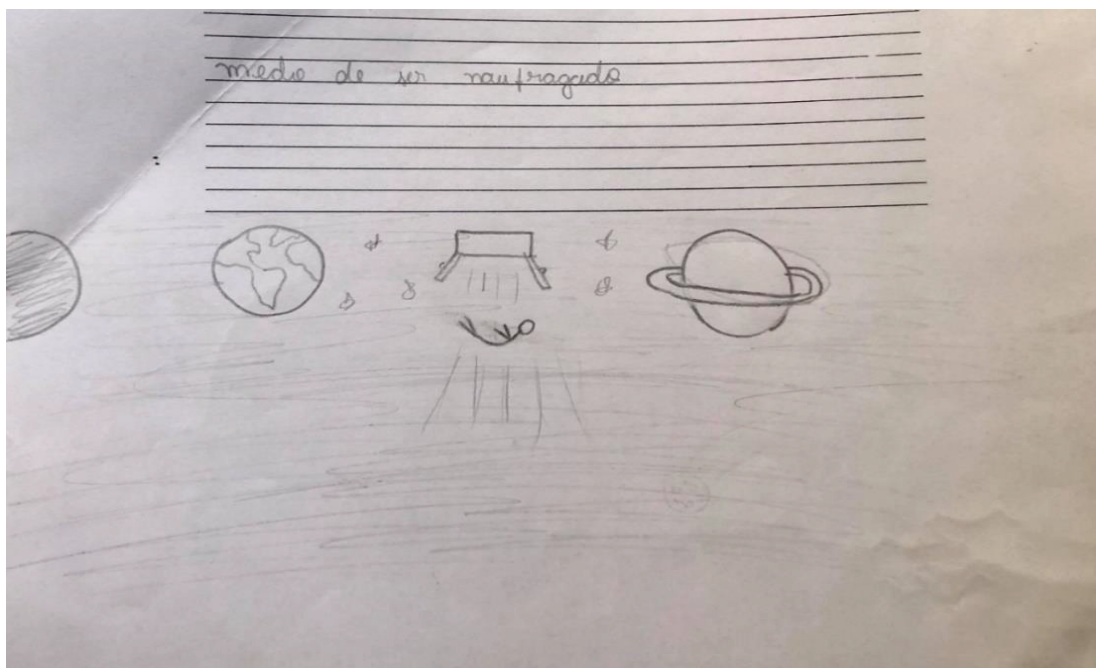
Como nas três situações em que o participante tenta assumir-se gay, houve resistência por parte da mãe em entender e aceitar, que o levaram ao ***distanciamento social e emocional da família (N.14)***. Esse movimento de afastar-se da família é recorrente para muitas pessoas cis-gays e isso gera o distanciamento por parte emocional quanto social. Dessa forma, se desenvolve a hipótese de que, em alguns casos, para ***jovens cis-gays mudar de cidade e ingressar na universidade pode ser um movimento na direção de assumir a identidade gay (H.4)***.

Desde a primeira vez em que o participante conversou com a mãe, a complexidade da subjetividade social da família foi reconfigurando em novas configurações subjetivas produzidas pelos sentidos subjetivos da mãe e do filho, como observados nos indicadores a ***negação e dificuldade de aceitação da identidade gay (N.9)***, ***sentimentos negativos por não poder conversar com familiares sobre sua identidade gay (N.10)*** e ***distanciamento social e emocional da família (N.14)***.

Ainda que a mãe esteja articulando novos sentidos em relação à homossexualidade do filho, é importante pensar do porquê o participante não contar para o pai, “[...], mas para eles, no caso da minha mãe, meu pai eu não contei [...], mas no caso para minha mãe é isso, reprimindo talvez [...]”. As relações de poder promovem fortes vínculos entre as produções de sentido em diferentes culturas, onde produzem os processos de construção de mecanismos discriminatórios reguladores de gênero e dentre outros (JUNQUEIRA, 2007). A figura de poder do pai nas famílias pode estar relacionada pela função patriarcal, no qual os homens detêm o poder sobre tudo e todos(as) (HIRATA, 2018). Nesse sentido, a estrutura patriarcal produz uma hierarquia social que refletirá nas constituições de famílias, o homem podendo determinar condutas às outras pessoas e punindo aquelas que apresentam desvio (SAFFIOTI, 2001). Isso parece demonstrar que ***jovens gays tendem a ter mais facilidade de conversar com suas mães do que com seus pais sobre suas identidades gays (H.5)***.

A seguir, apresentamos o desenho e a frase produzida pelo participante:

FIGURA 1 – DESENHO E FRASE DE NOAH



FONTE: Dados obtidos pelo autor

O participante escolheu a frase que viu uma vez na internet: “*Medo de ser naufragado*”. Para Noah, o medo é bastante representativo pela sua forma em lidar com o “sair do armário”: “[...] *é tipo você ter medo de você partir de uma ação, de um princípio, fazendo alguma coisa com medo de você se afundar nisso depois [...]*”. ***O medo de se posicionar enquanto sujeito homossexual e afundar por conta disso (N.15)*** caracteriza a síntese do sentido subjetivo em sua unidade simbólico-emocional da experiência do “sair do armário”. O posicionar-se e afundar gera uma unidade contraditória, uma vez que posicionar implica em uma postura ativa, de tomar uma decisão, enquanto que afundar implica em uma ação com resultado negativo, de letalidade. O que parece estar relacionado ao sentido subjetivo e à configuração subjetiva da experiência do processo de “sair do armário”.

A frase de Noah representa núcleos dinâmicos de configurações subjetivas desenvolvidas através de processos simbólicos emocionais que refletem em sua subjetividade enquanto sujeito homossexual. O simbólico remete a todos os processos que substituem, transformam, sintetizam as realidades objetivas em realidades humanas explícitas nas culturas (GONZÁLEZ REY, 2005). O sentido simbólico de naufragar é compreendido pelos discursos, ações, ideologias, sentimentos, valores familiares e pessoais que estão relacionados aos processos de discriminação e

estigmatização contra a população LGBTI. Esses processos, em grande maioria, produzem o sofrimento para essa população e geram o sentimento de medo.

Estabelecemos uma nova hipótese, ***O armário não está em nenhum lugar. O não lugar do homossexual (H.6)***. Trata-se do não pertencimento, da não inclusão, da exclusão, da não existência, da não aceitação, de uma inexistência real, concreta, com muito sofrimento, incertezas quanto a si próprio em relação ao mundo, com todas essas implicações no processo de “sair do armário”, de “assumir” a homossexualidade, o ser gay ou sua identidade gay.

[...] e eu fico pensando tipo nisso “será que a resistência da minha mãe talvez seja o fato de eu não estar investindo nisso?” e daí talvez isso acarrete em outras consequências [...] como se fosse uma água que está subindo e daí tem esse cronometro também que uma hora e vou começar a namorar eu quero casar uma hora eu quero ter uma família e a água está subindo e eu não contei para eles ainda e daí tipo é esse medo constante de se naufragar mesmo nesse quesito.

A pressão da família e da sociedade (N.16), e pressão afunda, sobre filhos e filhas pelos seus valores pessoais, familiares e sociais produzem consequências na subjetividade dessas pessoas, como em sentimentos, condutas, posicionamentos que são compreendidos pelas seguintes falas do participante: “*eu fui ficando com mais raiva*”, “*eu nunca tive essa necessidade assim digamos de falar “ah eu acho que sou homossexual”*”, “*ela disse que era escolha, mas se fosse escolha eu queria ser hétero*”, “*meio que a gente se afastou*”, dentre outras que representam configurações subjetivas da relação do participante com a mãe e com a sociedade.

Novamente percebe-se a produção de sentidos simbólicos emocionais do participante em relação à realidade humana do que seria a pressão social da família e da sociedade. A água é a representação de vários discursos expressos em diferentes níveis nas relações entre indivíduos nos contextos socioculturais. O cronometro significa o tempo dos ciclos sociais, das relações afetivas/sexuais, vivências e todas outras representações relacionadas às funções, papéis sociais e experiências de vida.

A configuração subjetiva do ser gay em uma família para Noah retrata a dificuldade de aceitação da mãe, sobre o que ele questiona “[...] *“será que a resistência da minha mãe talvez seja o fato de eu não estar investindo nisso? [...]”*”. Esse investimento condiz com a fala de Noah a respeito do questionamento sobre sua orientação sexual ser uma fase e a fala da mãe sobre “escolha”. A resistência poderia

ser pelo fato de o participante não investir na heterossexualidade e sim na homossexualidade para ser aceito.

O não investimento na heterossexualidade contrapõe o fato de investir como ação de posse, isto é, a heteronormatividade operando pelo sistema de dominação-exploração. Nesse caso, a resistência pode ocorrer por Noah contrapor a heterossexualidade.

Em suma, o naufrago simboliza o sofrimento e as águas as práticas e condutas normatizadores presentes em nossa sociedade, que incorporam os sentidos subjetivos da mãe. A realidade concreta de Noah é descrita pelo processo de assumir-se homossexual em uma família e uma sociedade que constantemente o afunda em seu próprio sofrimento causado pela carga de responsabilidade por ser quem ele é.

A respeito do desenho, Noah explica:

[...] O desenho é um armário que daí no fundo tem vários planetas porque o armário está tipo no universo, porque o armário não está em nenhum lugar e o universo é tudo ao mesmo tempo, mas ao menos tempo é nada. E aí tem esse armário que eu estou caindo dele também ao mesmo tempo no universo que é tudo e nada também. Então é tipo como se literalmente eu estivesse em algum lugar, mas ao mesmo tempo não tem lugar nenhum porque, da mesma forma que eu me assumo aqui, em outros lugares eu não me assumo, então eu fico nessas de ‘o que eu estou fazendo’, ‘onde eu estou’, essas coisas assim [...].

O armário representa as experiências e vivências da sexualidade do indivíduo a nível individual e social. Para tanto, o armário expressa dialética entre a subjetividade individual e social, a objetividade e a subjetividade. Nesse sentido, o desenho de Noah expressa os sentidos subjetivos de como é se assumir em alguns lugares e em outros não.

Algumas dessas situações acontecem em vários âmbitos sociais em que esses indivíduos estão inseridos, o que significa no desenho de Noah os planetas. O universo representa as configurações subjetivas de várias ideologias, valores, representações sociais estruturadas através dos sentidos subjetivos e configurações subjetivas de subjetividades individuais e sociais. O armário pode ser representado no desenho como o próprio Noah, que transita por vários espaços sociais, mas que em alguns desses lugares ele se assume e em outros não.

Para o participante ainda não está clara a experiência do “sair do armário” na família “[...] eu chego para visitar minha família e ninguém toca no assunto.”.

O pesquisador perguntou para o participante se quando está com a família ele expressa sua identidade como em qualquer outro lugar, onde responde:

Quando eu estou perto não, mas quando eles saem ou quando eu saio com minha prima que é a única pessoa que eu tenho mais intimidade e minha prima ela nem precisou tipo, eu não precisei falar para ela, ela mandou mensagem uma vez: ‘ah como são os boys aí em Curitiba’ e eu fiquei tipo ‘aí amiga tem uns cara que são super gatos’ e ela ficou super de boa, então sabe, eu não precisei contar.

A partir da fala de Noah fica explícito o *distanciamento social e emocional da família (N.14)* e o afastamento para poder se assumir em outros espaços. O fato de o participante ter tentado três vezes falar com a mãe a respeito de sua sexualidade e não ter tido êxito, demonstra o quanto sua mãe lidou com toda a situação fingindo que nada tivesse acontecido. Como se as três conversas a respeito não tivessem existido. Possivelmente o afastamento de Noah e as poucas vezes em que viaja para casa da família são consequências dos posicionamentos de sua mãe, da família e do contexto social.

Sua prima é a única pessoa da família de quem ele é próximo e íntimo. Nesse caso, demonstra todo um processo de sociabilidade e vínculo que ele precisa desenvolver com o tempo, a intimidade entre as pessoas cis-gays com pessoas heterossexuais, para assim configurar-se uma relação de confiança.

O participante Alfa pergunta para Noah qual a diferença de relacionar-se com sua prima perto dos seus pais:

É porque meus pais cresceram em um ambiente muito religioso, tem isso também, eles são católicos tipo fanáticos e, querendo ou não, por eles terem nascidos em cidade pequena, eles talvez não tiveram tanto contato assim com essa situação porque no interior todo mundo é hétero e daí o homem vai lá para fazenda e a mulher fica em casa e etc. E essa minha prima também faz universidade em outra cidade, então ela também já viajou e teve contato com outras coisas, então tipo com ela eu me sinto mais à vontade talvez por causa disso.

Pela fala do participante, em nenhum momento sua mãe se posicionou de forma religiosa contra a sexualidade, o levando a pressupor que a religião pode ser um dos empecilhos para uma relação melhor com a família.

A religião tem um forte laço com famílias que expressam seus valores pessoais e familiares. A religiosidade teve e ainda tem um papel importante sobre as concepções

e construções de conceitos normativos. No caso de Noah, a religião de seus pais não parece ter sido motivo para ele não se assumir.

Além disso, as religiões são uma das principais instituições sociais em que influenciam e constroem parâmetros e paradigmas de “normalidades” para os indivíduos. As expressões de gênero estão colocadas de maneira coercitiva desde a infância dos indivíduos, como se precisassem traçar um caminho “natural” (SILVA e BARBOSA, 2016).

Os papéis de gênero são construídos socialmente através das práticas e dos discursos morais, religiosos, conservadores, dentre outros, onde regulam várias formas de expressões de gênero e sexuais conforme preceitos pré-estabelecidos do que o “homem” e a “mulher” podem ou não fazer. Portanto, para Noah, esses papéis estão explícitos em sua cidade e no interior “[...] *porque no interior todo mundo é hétero e daí o homem vai lá para fazenda e a mulher fica em casa etc.*[...]”

O pesquisador o questiona sobre as diferenças de contextos socioculturais e espaços, os quais são constituídos por várias representações sociais, crenças, mitos, valores etc. A questão levantada para o participante foi: você cruzaria as pernas perto de sua família? A resposta de Noah foi não.

Dessa forma, a configuração subjetiva do “assumir-se” para família está estruturada pelos discursos normativos que constroem papéis sociais do que deve ser, qual postura tomar, a forma que deve se comportar e assim, mesmo depois das três vezes em que conversou com a mãe, não se considera assumido para a família. E isso volta sobre a frase de sua redação, onde ao explicar, usa o sentido do cronômetro a respeito de começar a namorar, construir uma família, que o leva a naufragar constantemente.

Surge nova hipótese, o ***silenciamento da sexualidade (H.7)*** por não poder expressar sua identidade, sua forma de ser, no espaço familiar. O silenciamento acaba surgindo por algumas pessoas não compreenderem sobre as homossexualidades e sexualidades. Para Noah, dentro de sua família é compreendido pela lógica heteronormativa a respeito de sua identidade, isto é, sua forma de ser não é expressa no espaço familiar.

Em seguida, o pesquisador pergunta para Noah se durante a sétima série e antes já falavam sobre sua orientação sexual.

Comigo era diferente porque tipo assim, por eu ser o amigo dos caras que faziam bullying no sentido do tipo, eu fazia as coisas e eles copiavam, então eu nunca tive esse tipo de violência simbólica. Já vi pessoas, antes dos 12 e 13 anos na escolinha assim do ensino fundamental e falavam ‘ah olha lá aquele viado lá etc.’, mas comigo nunca aconteceu isso, não sou capaz de opinar.

O participante inicia sua fala sobre ser diferente a sua vivência enquanto homossexual no ensino básico, porém é contraditório quando ele fala sobre seus amigos serem meninos cisgêneros possivelmente heterossexuais que praticavam bullying. Nesse sentido, fica claro que, a respeito do participante não sentir necessidade de falar que era homossexual e não ter se relacionado com alguém até o terceiro ano do ensino médio pode ser justificado pelos seus grupos de amigos.

A auxiliar da pesquisa Giulia pergunta sobre o que ele sente quando está com sua prima e quando está com sua família. Alfa complementa dizendo que sentiu que Noah justificou que os pais eram religiosos e fazendeiros, mas que parecia não ter falado sobre ele, mas apenas dos pais.

Acho que é uma restrição falar de mim, mas tipo, quando eu estou com a minha prima é como se eu estivesse aqui, normal meio que eu não tenho filtro e daí com meus pais eu tipo querendo ou não no fundo eu sinto alguma coisinha, tipo “ai que raiva porque eu não posso falar que achei aquele guri bonito para minha mãe” sabe, porque eu vejo minha irmã comentando “ah olha o que meu marido fez” e eu fico “ porque eu não posso falar isso para minha mãe também” sabe, então acho que eu sinto esse coisa dentro de mim que fica. Uma angústia, uma decepção [...].

A comparação com outros(as) integrantes da família é comum com pessoas cis-gays. Para o participante, a raiva significa o sentimento de exclusão, justamente comparando com sua irmã, heterossexual cisgênera, que pode falar abertamente sobre sua relação afetiva com sua mãe.

O sentimento de raiva expressa a complexidade do desenvolvimento cognitivo e emocional do participante frente a essas situações familiares. Suas emoções expressam estados subjetivos constituídos em suas relações sociais configuradas por sistemas simbólicos emocionais que produzem e reproduzem a heteronormatividade.

As emoções são estados subjetivos e geram o sofrimento ético-político, conforme a autora Bader Sawaia (2014), onde a heteronormatividade pode gerar formas distintas de exclusão expressas por sentidos subjetivos específicos, nesse caso, sentir-se excluído e a raiva.

O sentimento de exclusão se configura nas relações de Noah na família e em outras esferas da sua vida social, também descritas no ensino básico, por não sentir necessidade de falar sobre sua homossexualidade, por não poder falar sobre.

Ainda que o sofrimento ético-político configura-se por dimensões da desigualdade social, da dimensão ética da injustiça e da dimensão subjetiva do sofrimento (SAWAIA, 2014), a angústia e a decepção de Noah configuram subjetivamente seus estados afetivos sobre a família. Toda a vivência e compreensão de Noah sobre o “sair do armário” e assumir-se gay demonstra um sistema complexo e contraditório de suas configurações subjetivas a respeito da sexualidade. O que o leva à negação de sua identidade homossexual nos espaços familiares.

Noah confirma essa dinâmica da relação de poder da figura do pai sobre o restante da família: “[...] *Uma coisa que eu lembrei agora nessa conversa que eu tive com minha mãe em 2015, ela falou “não conta para o seu pai e nem para sua vó”. [...] meu pai tipo, por ser homem e porque eu sou o único filho homem [...]*”.

A mãe toma a responsabilidade para si, prevenindo algum tipo de desconforto para o restante da família. Contrapondo a isso, Noah se vê em momento mais delicado, por ser o único filho homem cisgênero. A definição “por ser homem” gera uma carga emocional sobre o participante, pois o que se espera de um homem, socialmente e historicamente, está intrinsecamente relacionado à virilidade.

Noah acabando lembrando do porquê foi ter a primeira conversa com sua mãe sobre sua sexualidade:

[...] então eu contei a conversa que tive com minha mãe, mas esqueci o porquê eu fui conversar com minha mãe, desculpe gente. [...] eu lembro que teve uma vez que eu estava na casa do meu primo e minha mãe estava conversando com a mãe dele. A mãe do meu primo falou ‘ah eu sonhei que meu filho era gay’ daí minha mãe falou ‘ah e daí?’ falou bem assim. Minha tia disse, ‘mas eu quero um neto’ e minha mãe respondeu ‘ué ele pode adotar’ e a mãe do meu primo falou ‘ah não é a mesma coisa’. Eu escutando aquilo eu fiquei pensando ‘hum talvez ela pode ser um pouco aberta’ e daí conversando eu descobri que ela é aberta com os outros.

O primeiro movimento de falar a respeito foi ouvindo a conversa da mãe com sua tia, se apropriando dos recursos subjetivos daquela situação para tomar coragem de contar sobre si. A tentativa foi feita três vezes, mostrando que sua mãe era aberta sobre as questões da diversidade sexual e de gênero apenas com os outros.

Após Noah, foi a vez de Rafa falar um pouco sobre sua experiência:

Eu nunca tive muita dúvida sobre me entender homossexual, sempre uma coisa bem natural para mim, eu não tive que pensar muito sobre isso e como por muito tempo eu fui bem assim, bobão em questões de relacionamento, nunca fez muita diferença falar para os outros[...] não faz muita diferença para mim.

No encontro anterior, Rafa teve dificuldades em fazer a redação sobre a pergunta “Quem é você?”. Entretanto, neste encontro demonstra a contradição, sem a dúvida sobre sua homossexualidade, de quem ele é. O primeiro indicador destacado do diálogo com Rafa é sobre *nunca ter dúvida sobre ser homossexual, no qual entende-se como algo natural e não pensar muito sobre isso (R.1)*. O sentir-se “bobão” pode ser uma justificativa de Rafa para não contar para os outros. Além de que, o fato de não se relacionar afetivamente com alguém naquela época, quando diz ser “bobão”, não fazia diferença para ele assumir-se para seus grupos de amigos, o que contradiz a fala: “*Apesar que, é, por muito tempo eu fiquei me preocupando com que os outros pensariam em relação a isso [...]*”. A preocupação de Rafa sobre os outros saberem era maior do que “assumir-se”. O que traz o segundo indicador, *relacionamentos afetivos e sociais contraditórios entre assumir-se e ser aceito (R.2)*.

A fala de Rafa acontecia no contexto de ensino básico, onde o não fazer diferença elenca sentidos subjetivos complexos e contraditórios sobre seus grupos de amigos e amigas e sobre ainda não saber como reagiriam a respeito. Além de que, não fazer diferença é como se não houvesse importância para o participante a respeito de si mesmo, superiorizando as pessoas ao redor. Essa lógica perpassa a lógica do silenciamento, pois as homossexualidades são silenciadas há muito tempo e não se fala sobre isso. Rafa traz alguns exemplos:

Por exemplo: quando surgia conversa de pessoas falando sobre garotas num grupo de meninos que não são garotas, tipo, eu não falava nada porque eu não sentia vontade, mais eu ficava preocupado por eu não falar nada [...] estranho, aí nesses momentos eu só me retirava porque eu não gostava de mentir [...]. Mesma coisa ao contrário, quando estava num grupo de garotas elas falam de garotos e eu achava o garoto bonito também e eu ficava “nossa é verdade é bonito”, mais só pensava e não falava.

Novamente Rafa traz a questão da preocupação com o outro, principalmente em uma roda só com garotos, onde retrata o contexto naturalizado de falar sobre o “gênero oposto”. A não vontade do participante o fazia se retirar da roda de garotos, forçado a excluir-se da sociabilização com alguns grupos sociais. Em grupos de

garotas, o participante já se sentia mais à vontade, quando assunto era do mesmo gênero que o seu. Todavia o guardava para si mesmo.

Observa-se que houve diferença de Rafa entre os dois grupos de pessoas, onde entre os garotos além de ficar calado, se retirava por não se sentir à vontade e entre garotas, concordava, mas não falava sobre. Geralmente em grupos com garotas é mais seguro “assumir-se” do que em grupos de garotos. E isso se relaciona na família, onde geralmente a mãe é a primeira a saber.

E quando eu escolhi fazer meu curso, eu sabia que eu teria que me dedicar muito tempo para estudar, então eu achava que era uma coisa muito distante ter um relacionamento com alguém ou pensar nisso naquele momento. Então eu me dediquei muito para estudar. Problema se deu quando eu passei e meu curso começava no meio do ano e eu estava em dezembro e fiquei seis meses no vácuo sem fazer absolutamente nada, aí eu “ah vou começar a me divertir.

O participante Rafa nasceu na região norte do Brasil e morava na região centro-oeste e vindo estudar na região sul, onde veio primeiro morar sozinho. Ele fala sobre essa experiência de sair com pessoas nessa nova cidade:

Quando eu cheguei, nesse período que eu fiquei sem fazer nada, eu comecei a sair com garotos [...] meus pais perguntavam ‘onde você vai?’ e eu ficava tipo ‘ah, é, ah... vou ali’. E eu também não gostava de mentir para os meus amigos, então a primeira coisa que fiz foi contar para todas as pessoas mais próximas a mim e eu contei para todas as minhas amigas e foi bem legal porque elas ficaram putas comigo por eu não ter falado antes e algumas falaram ‘ah finalmente’.

O posicionamento do participante em não gostar de mentir para pessoas próximas o faz enfrentar sua sexualidade constantemente e isso o acaba subordinando à heteronormatividade. Geralmente, nos grupos de amigos(as) é onde jovens cis-gays se assumem primeiro e com isso surge frases do tipo “ah finalmente” ou a reação de ficarem bravas por não ter contado antes.

Nessa perspectiva, as pessoas com quem se convive pressupõem descobrir qual sua orientação sexual. Aqui compreendemos essa ideia pela hipótese **H.2 Identidade pressuposta**, pois através de comportamentos, estereótipos, vestes e atributos socialmente construídos e direcionados a gêneros específicos, encaixa a pessoa em alguma categorial social. Assim como pela hipótese **jovens cis-gays mudar de cidade e ingressar na universidade pode ser um movimento na direção de assumir a identidade gay (H.4)**, no qual traz o participante para uma nova cidade por ter

passado em uma universidade e assim iniciar suas relações afetivas com pessoas do mesmo gênero.

A identidade pressuposta pode causar certa pressão em pessoas que ainda estão em seu processo de descoberta, no qual o *sentimento de que deveria ter contado antes sobre sua sexualidade (R.3)* pode ser um demonstrativo de que as pessoas pressupõem categoriais sociais do que seja “normal” e “anormal”. Isso significa que, quem foge do sistema de dominação-exploração é mais condicionado a ser estereotipado pelas práticas hegemônicas. Assim afirma Junqueira (2007), onde os discursos hegemônicos constroem e naturalizam modos de produção e significação de diferentes culturas a predominância do gênero masculino, branco, heterossexual e cisgênero.

Para entendermos melhor, Rafa traz algumas questões da infância:

Em relação à quando eu era criança, nunca teve algo...coisas bem pontuais, tipo preferia brincar com garotas do que garotos, amava brincar com bonecas sempre, tipo era meu brinquedo favorito, eu pegava as coisas para fazer saias nelas e todo mundo falava ‘não faz isso’ e eu perguntava ‘por quê?’ E ninguém tinha coragem de falar o porquê, mas eu nem parava para refletir, continuava fazendo e foi assim durante vários anos.

Compreendemos que “o brincar” pode ser decisivo em afirmar a sexualidade sob o olhar dos responsáveis e da sociedade, nesse caso, menino que brinca com bonecas, diante de um sistema que oprime uma população específica.

Com isso, para Rafa, as *pessoas não têm coragem de falar o “porque não” referente a comportamentos que transcendem os padrões heteronormativos (R.4)*, considera uma prática errada se estendendo por vários anos.

A heterossexualidade sempre foi naturalizada e produziu padrões normativos do que é “homem”. Dessa forma, as masculinidades geram um movimento de aprovação a todo instante (KIMMEL, 1998), para que haja aceitação. A aprovação ocorre em nível pessoal e social.

O participante conta sobre sua estratégia de como falar sobre sua sexualidade com seus pais:

Por coincidência eu já pensava em falar para os meus pais, mas eu pensava em falar quando eu me mudasse para Curitiba, porque era tipo assim: falei, me mudei e fui embora. E realmente esse era meu plano, de verdade, porque eu sabia que a decepção seria muito grande na minha cabeça e com o compensação eu não estaria lá para fazer eles sofrerem [...].

Percebemos que a estratégia de Rafa em relação ao “assumir-se” para os seus pais é parecido com a de Noah. Ambos já tinham sido aprovados no vestibular da UFPR e estariam mudando para uma outra cidade. No caso de Rafa, seus sentidos subjetivos condizem com um plano, onde precisou encontrar recursos subjetivos e objetivos para que conseguisse criar alguma forma de contar para seu pai e sua mãe a respeito de si.

Seu plano já previa a consequência do desconforto por toda a situação, no qual “a decepção muito grande” e a compensação de não estar lá o coloca em uma posição diante do outro, emergindo o indicador de *resistência de assumir-se gay devido à culpabilização pelo sofrimento dos pais (R.5)*, priorizando as questões emocionais apenas de seus pais e se colocando como responsável por uma situação inesperada.

A *estratégia de mudar-se para outra cidade (R.6)* para expressar sua identidade gay demonstra uma das dinâmicas do que é assumir-se para família e/ou para outros grupos sociais. O participante precisou desenvolver recursos subjetivos para que conseguisse conversar com seus pais sobre si, já antecedendo de como seria a reação dos pais e transformando em algo negativo. Porém não foi o que aconteceu:

[...] Só que o que aconteceu, uma vez, eu deixei meu celular com minha mãe e ela me deixou num shopping e nesse momento eu ia sair com um garoto. O carro quebrou e ela pediu meu celular para chamar um guincho e aí dei para ela e desbloqueei na frente dela e ela falou que na primeira conversa estava assim, o garoto perguntou: ‘ah sua família sabe que você é gay?’ [...], mas ela não falou nada na hora e ela não falou nada por muito meses. Só que durante esse tempo ela ficava jogando perguntas, entendeu, aleatórias [...] ela falava ‘ah você nunca namorou né?’ e eu ‘não’ e ponto acabou e passava um semana ‘sempre gostei de andar mais com garotas’ e ela ‘hum’.

Nesse tempo, o participante fala que não sabia que a mãe tinha visto a mensagem, então todos esses meses que passaram ele ainda estava com o seu plano em mente. A princípio não ocorreu da forma que esperava.

O participante Alfa expõe sua opinião: “*acho que ela respeitou teu tempo*” e Rafa acrescenta: “*Sim, ela queria que eu falasse para ela e eu acho que a resistência era mais minha porque eu já estava com aquele plano de falar e sair correndo.*”

A resistência de assumir-se reforça o indicador *resistência de assumir-se gay devido à culpabilização pelo sofrimento dos pais (R.5)*, pois denota a dificuldade do participante em conversar a respeito com a mãe, visto que ele já pressupunha que haveria decepções e sofrimento. Criou-se então, a resistência por parte de Rafa por

conta de sua estratégia social configurada em sua subjetividade, não assumir-se para alguém de sua família e evitar tamanho desconforto.

A dinâmica do assumir-se como estratégia social ocorre como forma de enfrentamento ao meio em que está inserido (PRADO e MACHADO, 2008), demandando um esforço psicológico grande por parte da pessoa.

Por conseguinte, Rafa conta a sua experiência:

E foi isso, até que um dia ela falou e eu pedi para ela não falar para meu pai e ela disse ‘tá bom, eu não vou falar para o seu pai’ e aí no mesmo dia ela falou para o meu pai. Meu pai falou ‘ah, sua mãe falou isso para mim, é verdade?’ e eu disse ‘é verdade’ e ele falou ‘não segue para esse caminho’. Minha mãe ficou bem abatida por um tempo.

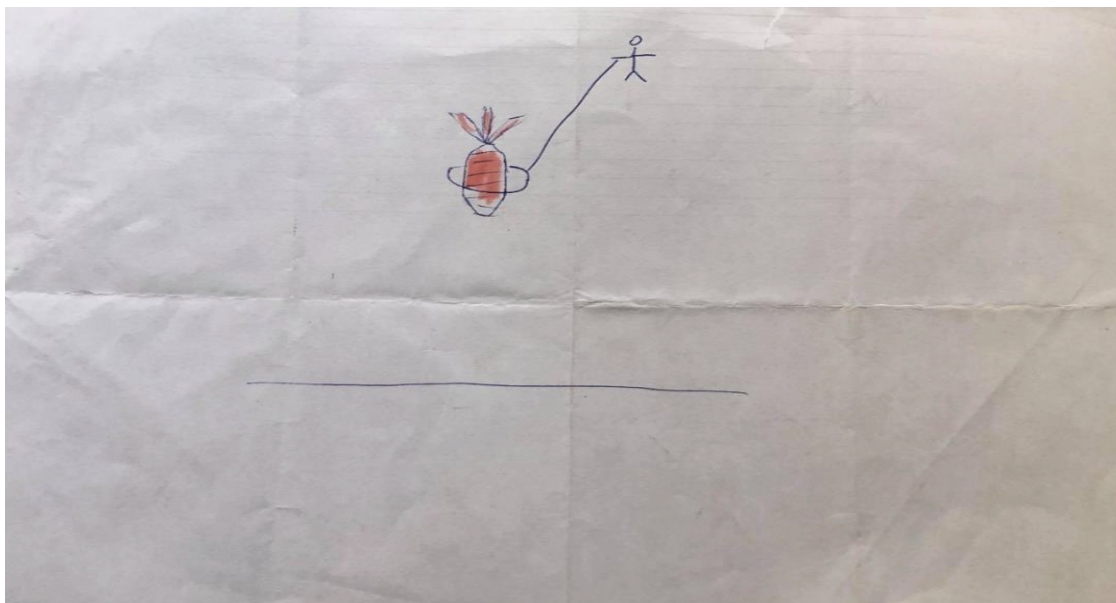
Começamos com a mãe do participante falando a respeito de sua sexualidade. Esse movimento de “quem fala primeiro” acabou sendo por parte da mãe. A partir disso, o mais importante para Rafa era o pai não ficar sabendo, mas sua mãe viola a confiabilidade dos dois. A fala do pai “*não segue para esse caminho*” provém de um discurso moral e religioso que dita alguns “caminhos” de forma simbólica como “errado” “desviante” “profano” e dentre outros, o que nos cabe pensar a respeito do que é considerado para esse pai a *orientação para não seguir o caminho da homossexualidade (R. 7)*.

A religiosidade contribui para a construção de ideias e pensamentos relacionados a modos de vida e produção de conceitos normativos (SILVA e BARBOSA, 2016). Nesse sentido, ideologias religiosas abominam relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo gênero e pessoas transgêneros. Essa subjetividade social configurou-se em uma lógica punitiva e discriminatória, legitimando práticas e discursos como forma de controle social da sexualidade.

Portanto, o não seguir esse caminho pode estar relacionado a algo ruim e em contraponto a isso, muitas famílias decidem e “guiam” seus filhos para “caminhos” que eles acham melhor.

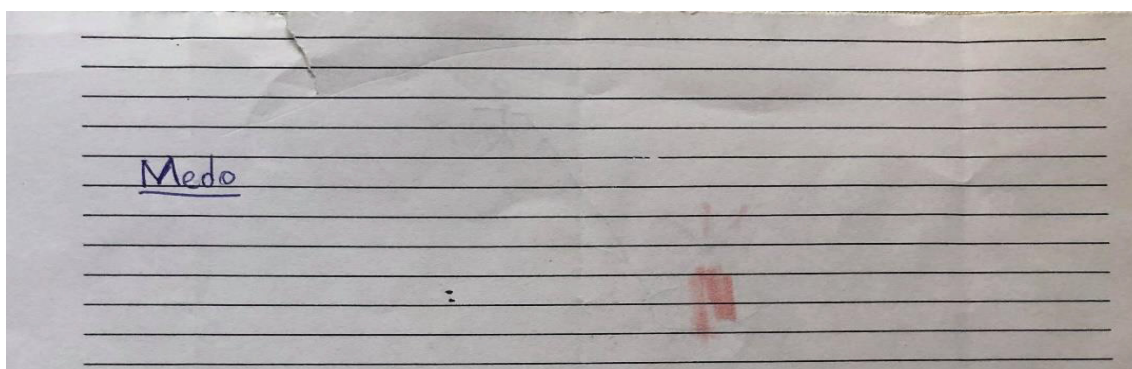
A respeito da frase/palavra e o desenho:

FIGURA 2 – DESENHO DE RAFA



FONTE: Dados obtidos pelo autor

FIGURA 3 – FRASE DE RAFA



FONTE: Dados obtidos pelo autor

O participante explica o desenho:

Eu segurando uma bomba e quando vou soltar e continua, uma coisa que você falou que eu odeio [...] que pressupõem que eu sou hétero, porque eu tenho que quebrar a expectativa da pessoa e isso acontece no meu dia a dia, toda dia e eu odeio, tipo odeio mesmo, todo dia ter que falar para pessoa ‘não é assim comigo’ [...].

A quebra da expectativa surge ao pressuporem que Rafa seja hétero e isso causa-lhe ódio. Nesse sentido, a heteronormatividade pode levar as pessoas a associarem comportamentos, vestes e posturas com a heterossexualidade por isso estar naturalizado em nossa sociedade. O que está de acordo com que Berenice Bento (2008, p. 20) escreve “se a sociedade afirma que o ‘normal’ é a heterossexualidade, quando se afirma ‘sou homem/mulher’, é como se estivesse evocando a heterossexualidade

como um dado natural.” Mesmo que sua experiência do “sair do armário” tenha ocorrido com relação aos seus pais, o participante ainda vê como um problema:

[...] mais ainda tem um problema que é relação essa com a minha família, a gente é uma família grande e muito unida então a gente sempre está juntos, e eu não consigo levar uma vida dupla, então assim, se eu namoro alguém eu quero trazer essa pessoa para dentro da família porque é o que todo mundo faz e eu não consigo fazer isso porque tem minha vó, minhas tias que são como outras mães, meio que todo mundo já sabe apesar de eu não ter falado, principalmente meus primos e minhas tias [...].

Portanto, Rafa ainda não se assumiu para o restante de sua família, o que ele enxerga como um problema, no qual não poder ser quem eles realmente são leva a uma ***vida dupla por não poder assumir para a família e a sociedade como um todo (R.8)***. Essa analogia demonstra a problemática dinâmica de cis-gays precisarem não ser quem eles são em determinados lugares e espaços sociais.

Quando Rafa refere-se a levar pessoas em reuniões de família e Noah à raiva que sente por não poder falar para mãe sobre os garotos que ele acha bonitos, ao contrário de sua irmã que comenta sobre o marido, são exemplos de um sistema que controla e exclui pessoas que não seguem as normativas sexuais e de gênero. Consequentemente, as subjetividades desses participantes expressam constantemente o sofrimento ético-político do que é viver em espaços que a todo momento são controlados e subordinados a uma ordem maior.

Essa ordem maior é alimentada por um sistema que exclui, marginaliza e rompe o direito dessas pessoas viverem. Os sentidos subjetivos dos dois participantes afirmam que suas configurações subjetivas demonstram a síntese contínua da heteronormatividade em seus cotidianos e que acabam sendo transformadas em raiva, sofrimento, tristeza, medo, culpa, ódio, dentre outros sentimentos e emoções.

Em vista disso, o sentido da palavra medo e o significado do desenho de Rafa representam sua posição enquanto sujeito em seu espaço familiar. A bomba representa sua sexualidade e o medo suas tensões subjetivas entre o “soltar” ou “continuar guardando” sua identidade.

A auxiliar de pesquisa Giulia pergunta para Rafa “como que foi a reação deles, do seu pai e da sua mãe?”, onde responde:

[...] com meu pai a relação é mais difícil e eu tenho muita raiva em relação a isso porque eu sempre achei que meu pai ia ser a parte fácil, ele sempre fala que é mente aberta sobre os outros quando chega comigo ele meio que trava

sabe, não que ele tenha feito alguma coisa ou fale alguma coisa, mas eu não me sinto à vontade pra expressar minha sexualidade perto dele [...].

A quebra da expectativa que o participante menciona novamente acontece na sua relação com o pai. O mesmo expresso pelo Noah ao assumir-se por ter escutado sua mãe conversando com sua tia, acontece com Rafa, que via seu pai mente aberta com os outros mais não com ele. Mas, diferente de Noah, a relação de Rafa com o pai produziu-se **a não vontade de expressar a sexualidade (R.9)** perto dele e que vai de encontro com a hipótese **não sentir necessidade de identificar-se como gay (H.3)**.

Todo o movimento do participante de sentir-se desconfortável perto do pai e policiar-se a respeito de como se “comportar” o leva a se reprimir. Para complementar, Rafa fala sobre sua mãe e menciona mais sobre o pai:

[...] com a minha mãe, ela é muito intrometida na minha vida, vamos dizer assim, então ela já é proativa em querer saber das coisas e não sei, às vezes eu gosto, às vezes eu não gosto, mas agora ela me aceita mais de boa. A gente tem muita preocupação com meu pai assim, de não fazer coisas que vai deixar ele chateado, embora ele não fale nada, ele fica com a expressão do tipo ‘não tô gostando’ e eu me chateio por ele se chatear.

O participante se culpabiliza pelo pai se chatear com algumas coisas que ele faz, não especificando quais, mas que provavelmente está relacionado à sua sexualidade. Nesse contexto, percebemos na dinâmica familiar de Rafa a centralidade do pai. Na parte “[...] a gente tem muita preocupação [...]”, o participante inclui também como preocupação da mãe.

Com isso, fica evidente a hierarquia atuando como reguladora das interações presentes na família de Rafa. A configuração subjetiva do pai sobre a sexualidade do filho o faz produzir e reproduzir sentidos subjetivos discriminatórios, subordinando Rafa e validando ainda mais a **hierarquia familiar (R.10)** por conta da manipulação de suas expressões emocionais. Esse indicador pode reafirmar a hipótese de que **jovens gays tendem a ter mais facilidade de conversar com suas mães do que com seus pais sobre suas identidades gays (H.5)**.

Desta forma, para o indivíduo singular, as discriminações se apoiam em características de inferioridade e no coletivo se sustenta pela hierarquização social. Assim, os indivíduos inferiorizados acabam como que se apropriando de características sociais e psicológicas negativas atribuídas a eles(as) (PRADO e

MACHADO, 2008), que no caso de Rafa, não expressa sua identidade no espaço familiar por conta de seu pai e demais familiares.

Adiante, na parte “[...] *eu me chateio por ele se chatear [...]*” novamente o participante se coloca na posição do outro, subordinado pelos seus sentimentos em relação ao outro. Fica evidente que Rafa se preocupa bastante com outros e em algumas situações os coloca à sua frente.

Através das vivências e experiências destacadas pelo participante ao longo de sua vida, são expressos vários núcleos de sentidos simbólicos e emocionais relacionados a sua família. A configuração subjetiva do “assumir-se” ainda em processo, produz sentidos subjetivos complexos expressos pelo sistema configuracional de sua subjetividade atual. A forte marca do medo, que até o momento do encontro ainda ocorria, é o resultado das relações com seus familiares que o afetam por ter que se posicionar contra uma identidade heterossexual.

A organização subjetiva do participante manifesta seu caráter contraditório e singular, onde é importante expressar a identidade em sua totalidade no espaço familiar, tendo em vista que isso lhe causa sofrimento.

O próximo participante, Alfa, se expressa acuado sobre falar de sua experiência: “*Então, tô com início de pânico aqui [...] então assim, nossa eu tô com muito medo de me abrir*”. O pesquisador disse para o participante falar sobre o que ele sentir-se à vontade, sem nenhuma pressão.

“*Eu sinto uma necessidade de me abrir, mas às vezes eu acho que assim, discursivamente eu me aceito, inconscientemente não, sabe uma coisa que parece que vai lá no fundo e me causa todo esse suor, sabe, uma coisa assim e tal.*”

O primeiro indicador nesse encontro surge pela ***necessidade e medo de assumir a identidade gay, sendo o primeiro movimento de “sair do armário” para si próprio (A.5)*** e demonstra a contradição intrínseca dos sentidos subjetivos referentes a Alfa. O discurso de aceitação se mostra frente ao social, ao se posicionar frente aos espaços sociais, contextos, situações, dentre outros. Mas, em seu desenvolvimento cognitivo/emocional lhe causa suor, medo, pânico, frente a sua sexualidade, como podemos perceber “[...] *eu to com muito medo de me abrir.*”.

Logo após Alfa falar a respeito disso, ocorre uma pausa de no mínimo um minuto, onde inicia:

Bom, primeiro que quem saiu do armário foi eu mesmo para mim mesmo né, isso aconteceu bem cedo e acho que foi na sexta série por aí ... foi numa época logo depois que eu comecei a sofrer muita homofobia assim na escola... e foi muito difícil assim para mim, principalmente porque quem foi o agente da homofobia foi o menino que eu estava gostando e que a gente transou.

No trecho “*quem saiu do armário foi eu mesmo para mim mesmo*” reafirma o primeiro indicador acima, antes de mais nada, assumir para si mesmo. O participante se posiciona como sujeito ativo nessa experiência que teve início na sexta série. E a sofrer muita homofobia na escola por alguém que ele gostava e já tinha se relacionado sexualmente, o que nos leva ao indicador da ***expressão da homossexualidade leva a sofrer homofobia na escola (A.6)***.

Eu tenho uma sexualidade precoce, bem cedo assim e eu levo para terapia até hoje porque eu sempre gosto de saber como ele tá, tipo ontem minha sobrinha me ligou e contou que ele está viciado em cocaína, daí eu fiquei muito mal mesmo ele ter sido escroto comigo naquela época.

O participante fala sobre sexualidade precoce como um conjunto de ações e comportamentos que o fez enxergar dessa forma desde muito cedo. Assim, leva a ***afirmação de uma sexualidade precoce devido ao fato de ter consciência da sua homossexualidade desde muito cedo (A.7)***. E com isso, a relação sexual com o garoto mencionado, o configurou emocionalmente como uma experiência de se importar até os dias atuais. Mesmo que o outro já lhe tenha causado sofrimento, o participante coloca a empatia à frente de seu sofrimento.

O participante faz outra pausa, que evidencia a dificuldade em falar sobre sua sexualidade.

Eu lembro tipo de detalhes assim, ele indo lá em casa tipo a gente fazendo castelos com os cobertores assim e a gente ficava lá dentro um chupando o outro e era uma coisa muito legal. A gente fez isso na casa dos pais dele, na minha casa, dentro do meu guarda-roupa.

Com esse trecho, a fala do participante sobre “sexualidade precoce” envolve essas situações e experiências que foram vividas com uma pessoa do mesmo gênero na infância. Nesse sentido, se faz necessário falar sobre educação sexual nas escolas, visto que em nossa perspectiva, a sexualidade é uma dimensão de experiências sociais e individuais permeadas por inúmeras questões, dentre elas as orientações sexuais e as

identidades de gênero (PRADO e MACHADO, 2008), relacionadas às múltiplas estruturas simbólicas que determinam os espaços.

Para entender melhor, o pesquisador pergunta: “nessa época ele já reproduzia o discurso homofóbico contra você?” e Alfa responde: “não, eu tinha 8 anos [...] e ele com a mesma idade.”. Para o participante, sua sexualidade vista como precoce é nada mais do que o descobrimento e curiosidade das sensações corpóreas que caracterizam as relações humanas.

Era maravilhoso assim, a única questão que eu tinha nessa época era assim ‘minha mãe não pode abrir a porta e pegar a gente aqui’ tipo eu não tinha outras questões da homofobia. Daí assim a gente se beijava [...] teve uma vez, infelizmente, a minha mãe entrou no quarto, pegou eu sem cueca, falou para ele ir embora e falou que ia conversar com a mãe dele, daí a gente cortou a amizade.

Em decorrência dessa experiência, o posicionamento da mãe em cortar ***relação de amizade homoafetiva resulta em discriminação (A.8)*** é demonstrativo de como a sexualidade em si é tabu em nossa sociedade. Para Alfa, toda essa experiência era maravilhosa, mas já tinha noção de que era errado pelo fato de que sua mãe não poderia abrir a porta.

Em consequência disso, Alfa continua: “*Ficou um clima estranho na escola, ele começou a fazer complô com os outros meninos, ainda bem que eu não virei paranoico para não falarem comigo porque eu sou viadinho e sei lá.*”

Alfa não fala se realmente sua mãe conversou com a mãe do outro garoto, mas toda essa situação iniciou a discriminação contra Alfa no ambiente escolar. Ainda que, a pessoa era quem ele gostava e possivelmente seus pais tenham conversado a respeito da situação com o participante. O que nos leva à hipótese de que, ***a discriminação no ambiente escolar ocorre devido à subjetividade social configurada pela lógica heteronormativa (H.8)***, fazendo-o reproduzir discursos e práticas discriminatórios e estigmatizantes desde cedo por ter se envolvido em uma situação homoafetiva.

Quando menciona “*ainda bem que eu não virei paranoico*” retrata sua configuração subjetiva da sexualidade desde cedo a desenvolver algum tipo de reação ao falar de si, causando sudorese, pânico e medo.

Ainda bem que eu tive uma super rede de apoio das minhas amigas daí eu brincava com elas. E aquela coisa né, lembra o que você falou, nossa que suor [...] que a gente estuda demais para compensar, então a partir da sexta série, minha meta assim era ficar em primeiro lugar em tudo porque a escola dava

recompensas para quem ficava em primeiro, então todo ano eu queria receber recompensa da professora. Isso tirava a imagem que eu tinha de estigmatizado para pelo menos estigmatizado nerd, que para mim era menos pior.

A rede de apoio, como mencionamos no caso de Noah, é importante para que acolha a pessoa que esteja em situação de vulnerabilidade por ser homossexual. Para Alfa, suas amigas foram sua rede de apoio e que o fez pensar em uma estratégia naquele momento de ser melhor em tudo. O ficar em primeiro lugar em tudo para tirar a imagem de estigmatizado por ser homossexual é uma forma de estratégia social para o indivíduo enfrentar o espaço em que está inserido naquele momento. Nesse caso, os discursos discriminativos e homofóbicos contra Alfa, quando ainda tinha apenas oito anos, foi uma forma de poder se livrar de uma “imagem negativa” para ter uma imagem de nerd. A fala de Alfa demonstra a mudança de estigma social do gay/homossexual para nerd, sendo uma das produções e reproduções da heteronormatividade no contexto escolar. Assim desenvolvemos o indicador das *consequências de discriminação na escola: apoio e aproximação maior de meninas, dedicar-se aos estudos e receber recompensas por ser o melhor aluno (A.9)*.

A *imagem negativa da homossexualidade (A.10)* é justamente a identidade das pessoas cis-gays e em como as pessoas as veem. Quando uma pessoa cis-gay menciona que em algum momento de sua vida, precisou retirar a “imagem estigmatizada” por conta da discriminação vivenciada naquele espaço e transferiu para outra “imagem menos estigmatizada”, é afirmar que pela pressão social, a heteronormatividade produz e reproduz intrinsecamente a negação das identidades sexuais e de gênero. O que surge a hipótese de que *dedicar-se aos estudos diminui a estigmatização e discriminação contra os estudantes cis-gays (H.9)* produzida no ambiente escolar.

A heteronormatividade retira a legitimidade de pessoas que fogem das normas sexuais, de gênero e binárias e as colocam em um “armário” que, simbolicamente, é um espaço que gera sofrimento, angústia, depressão, pensamentos suicidas e simplesmente retiram delas o direito de viver.

Aí depois que ele fez isso comigo e tal, eu já me envolvi com outra situação, também de sexualidade precoce. Mas, dessa vez foi só um beijo, eu tinha nove anos. A gente estava brincando de verdade ou consequência, daí tinha que imitar a revista playboy, ‘aí desafio você a fazer essa pose’ e minha sobrinha ia lá e fazia daí eu ia lá e fazia essa pose também. Aí teve uma hora que me desafiaram a dar um beijo de língua em um adolescente de treze anos,

eu fui lá e beijei [...] pela livre espontânea pressão também. O irmão dele mais novo, sei lá de 6 anos, ficou muito assustado, desceu lá embaixo e contou para todo mundo e daí nossa família e a família deles subiram para o quarto, brigaram, eu fui embora [...] perdi o contato.

Novamente o participante traz a questão da sexualidade precoce, mas consequência de um jogo chamado verdade ou consequência²⁷ que antigamente era muito popular entre os (as) pré-adolescentes e adolescentes.

Então, acontece novamente a perda do contato pela experiência homossexual vivida por Alfa em um contexto em que foi com uma pessoa que gostava em outra brincadeira. Dessa forma nos leva ao indicador de *episódios homossexuais na infância levam à perda de contato com amigos(as) (A.11)*. Mas, surge uma contradição na fala de Alfa, onde traz o posicionamento dos pais: “*Depois, para os meus pais, porque por mais que aconteceu isso, eles falaram ‘ah tá brincando de médico’ sabe, não é uma coisa que está definindo quem ele é.*”, porém o pesquisador pergunta se eles não o puniram sobre o que tinha ocorrido e Alfa respondeu:

Ah eles puniram tipo assim, nesse dia da fazenda que o menino desceu correndo para contar para os pais, meu pai xingou, falou alguma coisa assim para mim ‘nossa, tua mãe estragou tua educação, né, Alfa’, tipo jogou a culpa na minha mãe e eu fiquei tipo culpado por nunca conseguir me posicionar contra meu pai.

A primeira fala de Alfa a respeito do posicionamento de seus pais frente a uma situação homoafetiva foi compreensiva, do ponto de vista de uma situação aversiva. Porém, na segunda fala já demonstra a *culpabilização de nunca conseguir se posicionar contra o pai (A.12)*, justamente em uma situação em que o pai coloca toda a responsabilidade de educação para mãe, como se fosse apenas o dever dela. A contradição da culpa gera o não conseguir se posicionar contra o pai e não assumir a homossexualidade perante ele, assim como a culpa da mãe dele sofrer, por ser culpabilizada pelo pai e preocupar-se com a possibilidade de o filho sofrer homofobia.

Ao decorrer das falas de Alfa, podemos perceber que sua relação com a mãe foi se fortalecendo conforme as situações foram surgindo e suas experiências homoafetivas foram sendo vivenciadas.

²⁷ Verdade ou consequência ou verdade ou desafio é um jogo que requer um número considerável de pessoas sentadas em um círculo, onde um objeto (de preferência uma garrafa) que tenha duas extremidades opostas fica no centro. Ao girar, o objeto precisa apontar para duas pessoas, sendo uma perguntará verdade ou consequência/desafio e a outra escolhe uma das duas opções.

Eu me assumi para minha mãe primeiro, com 15 anos e foi difícil porque eu estava muito nervoso, com muito medo, eu sentei para ela ‘preciso confessar uma coisa, eu preciso te contar’ daí eu estava tão nervoso que ela perguntou se eu tinha assassinado alguém [...] eu não conseguia falar e daí ela arrancou ‘você é gay?’ e aí eu falei ‘sou’ e eu comecei a chorar, daí ela me abraçou, cuidou de mim, aí depois descobri que ela ficou com insônia a semana inteira [...] pensando em homofobia, essas paradas.

O relato de Alfa reforça a hipótese de *jovens cis-gays tendem a ter mais facilidade de conversar com suas mães (...) (H.5)* sobre sua sexualidade e seu sofrimento. Em decorrência, os pais culpabilizam as mães pela homossexualidade de seus filhos. As mudanças na relação com sua mãe afetaram todo o sistema de sentidos simbólicos e emocionais relacionados à sua configuração subjetiva da sexualidade, (GONZÁLEZ REY, 2010) a respeito do “sair do armário”. O cuidado e a segurança da mãe foram importantes para que o participante pudesse dar um salto a respeito de sua sexualidade e não mais ser vista como aversiva. Todavia, esse salto não o colocou como sujeito frente às contradições e complexidades de sua sexualidade, mas abriu uma rede subjetiva como forma de explorá-la e compreendê-la melhor.

A insônia da mãe é a realidade de algumas famílias que se preocupam com filhos por serem gays em uma sociedade que naturaliza as práticas homofóbicas, heteronormativas, transfóbicas, sexistas, machistas, dentre outras, que reproduzem os processos de estigmatização e discriminação, tornando a preocupação um resultado de uma realidade social descompromissada com a saúde mental e física dos indivíduos.

[...] eu namorei com dezessete. Só com dezessete anos consegui fazer sexo de novo e com dezoito vim morar para cá. Aí vim para cá dar uma distanciada da família né, deixa eu me encontrar, que por muito tempo eu fui com essa vibe, ser o primeiro, ser o primeiro e isso já não estava mais fazendo sentido para mim sabe, deixa eu me encontrar sozinho, e com vinte anos eu falei ‘mãe eu não consigo ser inautêntico com meu pai’ [...] vamos contar e aí ela falou ‘não é para contar’.

O participante ficou por muito tempo recluso de relações sexuais e possivelmente de relações afetivas devido às experiências vividas movidas por processos de estigmatização e discriminação.

Nesse sentido, assumiu uma identidade que por muito tempo serviu como uma espécie de proteção, diminuindo o peso de culpa por ser homossexual. O *se encontrar sozinho (A.13)* foi muito importante para que Alfa pudesse passar pelo processo de descobrimento sobre si mesmo, como se via “inautêntico” em relação ao pai. Esse

indicador relaciona-se com a hipótese de *jovens cis-gays mudar de cidade e ingressar na universidade pode ser um movimento na direção de assumir a identidade gay (H.4)*. O distanciar-se da família, mudar de cidade, ingressar na universidade favorecem o processo de “sair do armário” no sentido de assumir e vivenciar sua sexualidade com menos culpa associada pela necessidade em ser autêntico, no caso de Alfa com seu pai.

[...] e com vinte anos eu falei ‘mãe eu não consigo ser inautêntico com meu pai’ [...] vamos contar e aí ela falou ‘não é para contar’. Mas tem que contar, vamos contar, aí todo mundo jogando a responsabilidade de contar um para o outro [...] mas, para mim, se ela conta então é melhor né que eu não vou estar lá para apanhar. Daí eu fui para aula e ela contou que ele quase quebrou a cama de tanta raiva assim, falou ‘ai não vou dar mais dinheiro para aquele menino, tem que carpir lote’ daí, como eu e minha mãe temos uma relação bem íntima, ela falou que se ele terminar com ajuda e tudo mais, ela ia se divorciar dele, que ela vai me escolher.

Após seus dois anos morando sozinho e no processo de configuração de sua identidade, cria-se um movimento de responsabilidade sobre “assumir-se” para o pai, onde seria mais conveniente que sua mãe contasse para que não gerasse nenhum tipo de violência física. Aqui elencamos novamente o indicador da *culpabilização de nunca conseguir se posicionar contra o pai (A.12)*, por pedir para mãe se responsabilizar em contar para o pai

A forma do pai expressar a rejeição da homossexualidade e do próprio filho, fez Alfa ser responsável pelo próprio sustento em um trabalho não valorizado e não condizente com as condições de estudos e intelectuais de Alfa.

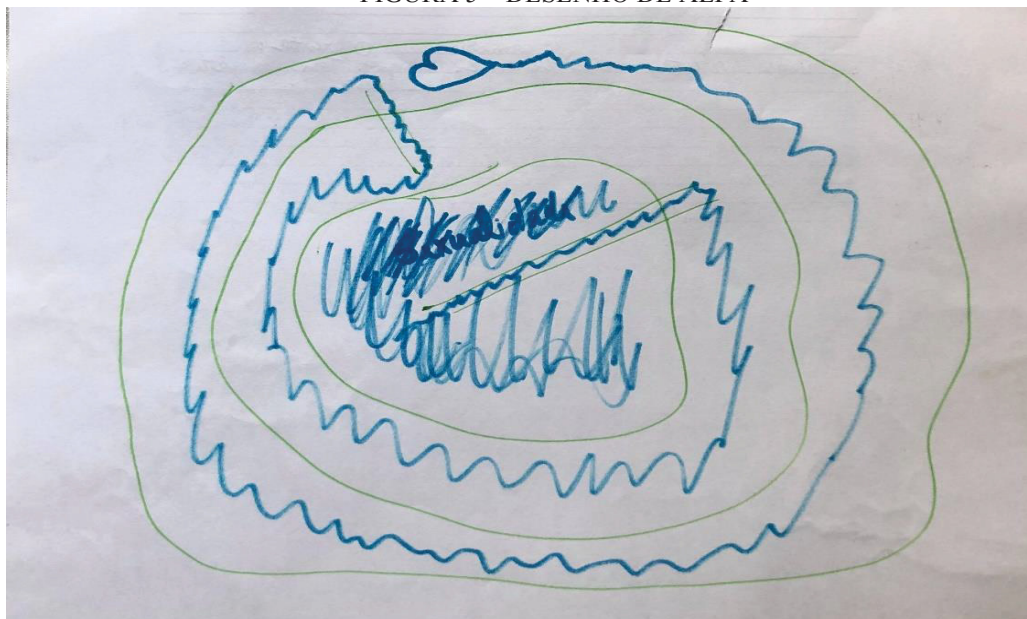
A relação do participante com a mãe nesse momento já está mais avançada intimamente, tanto que se o pai não apoiasse o filho, ela disse que iria se divorciar. Nesse contexto é importante salientar o posicionamento da mãe em confrontação como pai a respeito da sexualidade do filho, demonstrado o quanto ele é mais importante do que o casamento. A mãe foi sujeita dessa ação e afrontou toda uma hierarquia social familiar, outro momento importante, onde Alfa continua:

Hoje meu pai está muito mais de boa, sabe, ele não chega em mim e elogia, mas vira e mexe minha sobrinha fala ‘estava na fila do banco e falou com gerente dele e como eu sou inteligente, maravilhoso, o filho dos sonhos’ mais ele nunca fala para mim diretamente, mas ela veio me contar, então meu pai gosta de mim [...].

O elogiar o filho para os outros (A.14) é compreendido por Alfa como uma forma de afeto de seu pai, mesmo que não seja dito diretamente e pessoalmente. Todo esse movimento do assumir-se para seu pai levou o posicionamento da mãe em mudar completamente a dinâmica da subjetividade social de sua família, (re)estruturando as configurações subjetivas sobre a sexualidade.

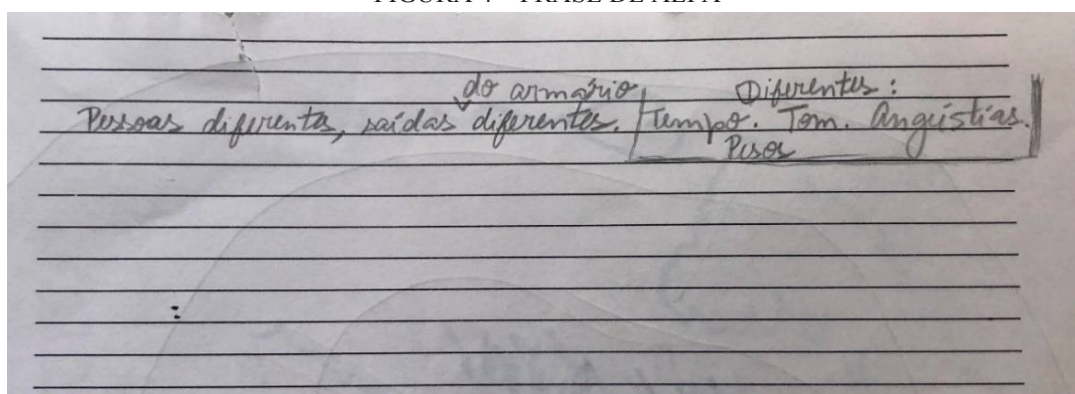
Então, Alfa fala sobre sua frase/palavra e desenho:

FIGURA 5 – DESENHO DE ALFA



FONTE: Dados obtidos pelo autor

FIGURA 4 – FRASE DE ALFA



FONTE: Dados obtidos pelo autor

Sobre a frase de Alfa – “Pessoas diferentes, saídas do armário diferentes em tempos diferentes, tons diferentes, angústias diferentes e pesos diferentes” – está relacionada à subjetividade pela sua qualidade humana perpassada pelos processos culturais, históricos e sociais (GONZÁLEZ REY e MARTÍNEZ, 2017), emergindo a

complexidade de sentidos subjetivos a respeito de suas vivências relacionadas ao sair do armário.

As experiências de Alfa foram transformadas em sentidos subjetivos e organizados em sua subjetividade, formando redes complexas de configurações subjetivas como descritas em sua frase. As pessoas diferentes podem estar relacionadas aos dois garotos em que teve as experiências sexuais e afetivas na infância, onde os familiares descobriram expressando-se em diferentes saídas do armário. O armário é uma zona complexa da subjetividade que expressa sentidos simbólicos e emocionais convergentes ou contraditórios entre si transformados em tons diferentes, as angústias diferentes e pesos diferentes.

A frase de Alfa é a demonstração da diversidade de aspectos objetivos e subjetivos de sua vida social, onde sua subjetividade se desdobra e se desenvolve nos universos das realidades (GONZÁLEZ REY, 2005).

A respeito do desenho e a partir da explicação de Alfa, o meio onde está escrito “sexualidade” é onde seria o armário e onde se inicia o ciclo de suas relações. Os riscos verdes são várias fronteiras em que o participante chama de “intimidade”. Essas fronteiras não podem se misturar entre si para que não se confundir com os outros. Onde está o coração é o fim e o limite do seu amor. O participante seria todo o entorno do círculo maior.

Conforme o participante foi explicando seu desenho, ficava claro que ele fez pensando nas relações com outros. Na explicação do coração ele fala “*se chegar aqui sabe que é meu limite*” como se para ele todo o processo de construção de qualquer tipo de relação afetiva tivesse um fim, sendo sua afetividade como uma totalidade.

O desenho de Alfa indica núcleos subjetivos distintos e contraditórios a respeito de sua sexualidade e do “sair do armário”. Todo o círculo representa várias configurações subjetivas a respeito de suas vivências relacionadas à experiência do sair do armário, visto que aconteceu mais de uma vez. As diferentes zonas de experiência social e individual de Alfa organizam sua subjetividade individual e social.

O processo de relacionar-se com outras pessoas (A.15) para Alfa se desenvolve em torno de uma série de tensões emocionais e simbólicas, onde se cria um ciclo carregado de sentidos subjetivos. Esse ciclo é traçado por um caminho em que ocorrem diversos jogos de interações sociais, afetivas e sexuais com o outro, no qual ele não pode se confundir pelas interações apenas para obter algum tipo de aceitação. Todavia, essa aceitação só ocorre em situações em que sua sexualidade é

evocada pela experiência do sair do armário. Essa aceitação é simplesmente para que sua identidade seja respeitada. Portanto, o final desse ciclo é justamente transpassar todas as suas fronteiras de intimidade para que a aceitação ocorra por ser quem ele realmente é.

Por conseguinte, o participante Alfa mencionou abertamente sobre sua sexualidade como precoce, mas que, ao contrário disso, a discriminação homofóbica que sofreu com apenas oito anos foi o que lhe deu indícios de uma sexualidade precoce. Uma criança é diferente dos adultos e ainda está em processo de desenvolvimento das suas funções psicológicas superiores, o que torna importante refletir sobre as discussões em torno da sexualidade precoce, sem mencionar que os processos de estigmatização e discriminação existem há séculos nas bases estruturais de nossa sociedade.

Chegando ao fim do encontro, o pesquisador fez um pequeno apanhado do que foi compartilhado anteriormente e o quanto eles se posicionaram ativamente a respeito de suas histórias de vida relacionadas à sexualidade e ao sair do armário.

Em geral, o sair do armário para os participantes foi organizado por uma estratégia social que demandou um grande esforço subjetivo. Esse processo muitas das vezes implicado por sofrimentos, exigirá reconfigurar toda a vida desses indivíduos, obrigando-os, na maioria das vezes, a buscar novos espaços de sociabilidade, de trabalho e de identificação (PRADO e MACHADO, 2008).

Nesse sentido, surge a hipótese *do sair do armário como estratégia pessoal e social para expressar legitimamente uma identidade gay e política em outros espaços sociais que não sejam na presença da família (H.10)*. Na fala de dois participantes está presente o movimento de projeto social, no qual um explica que a primeira vez que conversou com a mãe a respeito de sua sexualidade foi próximo à época em que foi aprovado para ingressar na universidade, quando já pretendia se mudar para outra cidade “[...] teve uma vez que assim foi perto de eu ter passado na universidade[...]” e o outro, já pensava como um plano, para que perto de se mudar para outra cidade, pudesse estourar a bomba (relacionado ao desenho de Rafa) e fosse embora para não presenciar toda a situação aversiva que seria “*Por coincidência eu já pensava em falar para os meus pais, mas eu pensava em falar quando eu me mudasse para Curitiba, porque era tipo assim: falei, me mudei e fui embora. E realmente esse era meu plano [...]*”. Essas explicações também reforçam a hipótese de *jovens cis-gays mudam de*

cidade e ingressam na universidade como um movimento na direção de assumir a identidade gay (H.4) já anunciada.

Entre os participantes dessa pesquisa, a universidade pode significar um espaço de refúgio para alguns jovens cis-gays, visto que a educação brasileira voltada para a diversidade sexual e de gênero ainda é desafiadora na criação de projetos alternativos de sociabilidade para essa população (SILVA e BARBOSA, 2016).

Mesmo que Alfa não tenha assumido de forma parecida com os outros, precisou se mudar para que pudesse se encontrar e construir sua identidade “[...]com dezoito vim morar para cá. Ai vim para cá dar uma distanciada da família né, deixa eu me encontrar [...]”.

A estratégia pessoal e social dos participantes a respeito da experiência e de todo o contexto de sair do armário produziu configurações subjetivas que vão além da vivência do “assumir-se”, mas objetivou-se como uma espécie de confissão, nutrida de vários sentidos tidos como morais e religiosos. Nesse sentido, em vários momentos de “saídas de armário diferentes”, surgem emoções que estão ligadas aos estados subjetivos de cada participante, como medo, angústia, decepção, dentre outros e que estão constituídas e construídas pelo discurso cultural (GONZÁLEZ REY, 2003; LOIACONO, 2018).

Com isso, muitas pessoas optarem por não se assumir por conta de discursos morais e religiosos presentes na cultura, levando-os a se protegerem de práticas punitivas e discriminatórias (SILVA e BARBOSA, 2016). Por muito tempo as religiões condenaram as homossexualidades e as julgaram como pecado, estruturando toda uma lógica natural de sexualidade e legitimando um discurso moral e religioso.

Mais para o fim do encontro, o pesquisador pede para Alfa explicar melhor a respeito de não ser assumido inconscientemente, onde explica:

Eu tenho valores que eu construí sozinho me encontrando aqui em Curitiba e fiz as pazes com meu lado mais moralizante e juiz de mim, só que ainda tem material do inconsciente que ainda me ataca com muita homofobia, só que agora eu tenho mais força para lidar com isso, porque meu super eu está do meu lado agora.

Com o início da fala de Alfa, podemos afirmar que a sua ida para outra cidade o fez construir novos valores de vida por estar ligado a outros contextos socioculturais como a universidade. Nesse contexto, apresentamos a hipótese da *universidade, o conhecimento científico e a educação superior promovem novas configurações no*

processo de subjetivação (H.11), como no caso de Alfa, que utiliza o conhecimento da psicanálise para explicar sua vivência homossexual e identidade gay.

O *discurso psicanalítico que influência na sua concepção e compressão de sexualidade (A.16)* pelo seu lado moralizante e de juiz ainda se relaciona com os processos de estigmatização e discriminação presentes nos discursos das pessoas, dando maior ênfase aos seus pais, por ter convivido com eles a maior parte de sua vida. O que o participante chama de material do inconsciente que ainda o ataca com muita homofobia pode ser o demonstrativo do quanto esse preconceito pode manchar corpos de pessoas cujas identidades vão de encontro ao que é considerado “normal”. Nesse sentido, em algumas falas de Alfa fica explícito como os processos de estigmatização e discriminação afetam e prejudicam a subjetividade de pessoas e crianças que não são heterossexuais.

Trechos da fala de Alfa trazem evidências dessas marcas: “*Então, tô com início de pânico aqui [...] então assim, nossa eu tô com muito medo de me abrir*”, “*[...] sabe uma coisa que parece que vai lá no fundo e me causa todo esse suor [...]*” e “*nossa, que suor*” que o aflige quando fala sobre suas experiências do “sair do armário”. E isso condiz muito ao seu desenvolvimento cognitivo/emocional estar ligado a uma série de contradições a respeito do processo de aceitação, que se dá apenas no nível discursivo, mas não no plano inconsciente. E o participante continua:

E a pauta política no meu caso foi muito importante para tipo me arrancar do armário, porque quando eu entrei nessa pira de pesquisar tudo mais, o que é ser bissexual e tudo mais, eu fui vendo que tinha alguns congressos estaduais LGBT [...] eu tinha quinze anos porque já tinha contado para minha mãe e eu falei ‘mãe me leva’ daí eu ia lá e ficava super me doutrinando [...].

O trecho acima se relaciona-se à influência da universidade e da educação superior na vida de Alfa, no qual compreendemos sua posição frente à identidade política, constituída por um conjunto temporário de significados que irão demarcar as questões dos direitos sociais, políticos e civis (PRADO; MACHADO, 2008), que se desenvolve através da sua trajetória por congressos LGBTIs. Continuando:

Por isso que eu acho as vezes uma culpa muito inconsciente, porque assim, discursivamente eu fui construído por essas vivências sabe, e fui nos congressos e tudo mais, então politicamente eu sei me posicionar contra a homofobia, mas terapeuticamente eu preciso lidar com muitas coisas [...] as vezes eu acho que eu não respeitei meu tempo pessoal, eu fui muito na vibe do posicionamento político.

O participante relaciona a culpa ao inconsciente por apenas assumir uma identidade política e não uma identidade para além de política. Nesse caso para o participante, sua identidade só é composta pelos posicionamentos políticos que foram construídos ao longo de sua vida, mas que *o respeito ao seu tempo pessoal (A.17)* o faz entrar em um processo de subjetivação divergentes entre si, como se toda sua postura frente às questões sociais e políticas do segmento LGBTI não fossem pessoais. Do mesmo modo, respeitar seu tempo está relacionado a uma série de eventos sociais que fizeram parte dos vários momentos de sua vida sobre a sexualidade. O fato de ter escolhido ser primeiro em tudo para tirar a imagem de estigmatizado é um indicador de todo o processo em que o fez assumir uma identidade por muito tempo e não ter expressado quem realmente era naquele período. E isso perdeu o sentido com o tempo, demonstrando que a inferioridade de uma orientação sexual sobre a outra produz concepções ideológicas e cognitivas interpretadas por sistemas de injustiça entre posições identitárias (PRADO; MACHADO, 2008).

Posteriormente a fala de Alfa, o participante Rafa traz relatos de outras pessoas gays que já construíram algum tipo de plano relacionado ao assumir-se homossexual:

O que eu percebo particularmente assim pelo menos de eu já vi de outras pessoas gays é que preferem fugir, literalmente fugir para outras cidades e traçam um plano e aquele plano vai te levar para o mais longe possível para você viver do jeito que você quer.

Com a fala de Rafa, reafirmamos a hipótese de *jovens cis-gays mudar de cidade e ingressar na universidade pode ser um movimento na direção de assumir a identidade gay (H.4)* para que possam viver do jeito que almejam.

O pesquisador pergunta sobre o fato de ir para outra cidade ser somente por causa da família ou se envolve todo o contexto social do lugar, como os vizinhos, o bairro, a comunidade e a cidade. Noah é o primeiro a responder:

No meu caso entra um pouco essa questão, porque quando eu volto para minha cidade eu não gosto assim tipo, eu me sinto muito mal, eu moro na região metropolitana de São Paulo então é bem longe [...] eu desço no Tietê, eu tô tranquilo, pego o metro, eu tô tranquilo, pego trem tô tranquilo, quando eu entro no ônibus e paro na rua da minha casa eu já me sinto totalmente diferente, aí eu já fico me policiando para fazer as coisas porque eu sei que pode aparecer conhecidos, entende? Descendo do ônibus eu não quero que a pessoa ‘como é que você tá, o que andou fazendo’. Eu prefiro que a pessoa nem me veja assim, tanto que quando eu desço eu vou meio que correndinho para minha casa assim, porque eu não sei conversar com os meus vizinhos, porque na minha família pelo menos tem muito disso de aparência né [...].

O participante já começa expressando seus sentidos subjetivos aversivos a sua antiga cidade. O se sentir muito mal por voltar para antiga cidade se relaciona ao se sentir totalmente diferente quando chega lá, demonstrado esse movimento de sentir-se de alguma forma por estar em algum lugar. Essa associação foi construída a partir da criação de uma aparência social da família naquele espaço. Essa aparência familiar configura toda uma lógica de imagem social do que os outros precisam enxergar, típico de famílias que se demonstram serem perfeitas. A partir dessa aparência, o participante desenvolveu uma configuração subjetiva do comportar-se na cidade natal, onde criou modos de evitar pessoas desse local para que não ocorresse nenhum tipo de interação.

Além disso, todo esse local é constituído por várias formas de expressão da subjetividade social, que expressa a síntese de sentidos subjetivos e simbólicos por meio das objetividades a nível macro e micro (GONZÁLEZ REY, 2005), que no caso pode ser entendido pela posição da família em criar uma aparência a nível social.

Os espaços sociais onde se constitui a subjetividade social geram fontes de subjetivação a partir das diferentes relações compartilhadas entre os indivíduos, que no caso de Noah, foi produzido essa configuração subjetiva individual e os sentidos subjetivo pela mediação entre as atividades compartilhadas nesse espaço. Nesse caso foi o evitar falar com os vizinhos e sair andando rápido.

Uma dessas expressões da subjetividade social é constituída pela família de Noah, onde configurou-se por uma lógica de relevância social e como a construção de uma imagem “perfeita”, assim como Noah continua:

Então era muito aparência, a minha mãe sempre falava para os vizinhos que eu era legal, para o padeiro que eu era legal, para o dono do bar que eu era legal e eu fazia um monte de coisa para a comunidade [...] eu chego na cidade e eu só não quero conversar com ninguém.

O pesquisador pergunta para o participante se ele acha que é tudo isso que sua mãe fala e ele responde: *“Ah não, nem um pouco, nem um pouco, tipo, confesso que tem algumas coisas que ela fala que realmente é, mas eu acho meio que exagero e eu não gosto de me achar.”*

Nesse sentido, o pesquisador questiona o “se achar” como um status social ou se realmente o participante se considera com tais atribuições, visto que não geraria nenhum problema se identificar de tal forma, pois também temos qualidades em que

devemos assumi-las. Assim o participante responde: *“Eu acho que tem coisas que eu fiz porque minha mãe meio que queria que eu fizesse”*

O participante fazer as coisas que a mãe queria que fizesse demonstra ainda mais a dinâmica da subjetividade social da família implícita sobre a lógica da relevância social para manter um status na vizinhança ou até mesmo na cidade. E assim questionar se a imagem que o participante tem foi ele quem construiu ou se é uma imagem que a mãe construiu dele para os outros. Nisso o participante responde: *“É, tanto que quando eu estou aqui em Curitiba sou eu né, então quando eu venho para Curitiba é uma imagem que eu construí e as pessoas sabem quem eu sou e chegando lá é a imagem que minha mãe construiu e aí eu tenho que me transformar.”*

A auxiliar Giulia contribui sobre a identidade a ser construída em lugares distintos e que, no caso de Noah, o seu ambiente familiar, principalmente sua mãe teve influência em construir sua identidade na sua cidade natal e quando você chega em Curitiba é a identidade que você construiu. O participante então finaliza: *“[...] tipo por um lado legal você está indo conquistar suas coisas, mas também tem essa coisa porque só os gays têm que fugir para ser quem eles são e os héteros não, sabe?”*.

Noah traz um ponto interessante a respeito da heteronormatividade, de como apenas jovens cis-gays precisam construir esse movimento de fuga por conta de assumir uma identidade não válida socialmente, mas que a heterossexualidade, ao contrário disso, já é legitimidade historicamente, reafirmando a hipótese de ***jovens cis-gays mudar de cidade e ingressar na universidade pode ser um movimento na direção de assumir a identidade gay (H.4)***.

Para os participantes Alfa e Rafa concordam que também existe um contexto além do assumir-se apenas para a família e recorrer à fuga. E que para Alfa, acharia que encontraria o amor em Curitiba, pois por mais que ele saiba que sua mãe o ama e seu pai de forma confusa também, em outra cidade poderia encontrar e fazer seus arranjos de amor.

Os ***arranjos de amor (A.18)*** de Alfa ficam mais claros a respeito da explicação de seu desenho, que demonstra todo um processo da construção das suas relações que lhe possam proporcionar ser quem ele realmente é, isto é, o fim desse processo é onde se produz seus arranjos amorosos. O que acontece após ter saído de sua cidade natal em buscar e encontrar sozinho em outra cidade e que possivelmente uma das coisas que o participante encontrou foi aprender a lidar subjetivamente com suas relações.

Em suma, ressaltamos que houve um comprometimento ativo de cada participante e com o tema sair do armário, que falariam apenas de suas experiências relacionadas a esse posicionamento. Mas, todos expressaram sobre toda a sua trajetória da sexualidade em si, o descobrimento, aceitação, assumir-se, mudar-se para outra cidade, todo um processo humanizado pelas vivências e experiências de vida que os marcaram nessa trajetória.

8.3.1. INDICADORES E HIPÓTESES

QUADRO 4 – INDICADORES DO ENCONTRO III

Nº	INDICADORES DE NOAH
N.6	Não há segurança em lugar algum
N.7	Adolescência e sexualidade
N.8	Configuração subjetiva dos relacionamentos afetivos e sociais
N.9	Negação e dificuldade de aceitação da identidade gay do filho
N.10	Sentimentos negativos por não poder conversar com familiares sobre sua identidade gay
N.11	Ser homossexual compreendido como uma escolha ou opção
N.12	Crença de que a homossexualidade trata-se apenas de uma fase
N.13	Resistência do outro em relação à identidade gay
N.14	Distanciamento social e emocional da família
N.15	O medo de se posicionar enquanto sujeito homossexual e afundar por conta disso
N.16	Pressão da família e da sociedade
	INDICADORES DE RAFA
R.1	Nunca ter dúvida sobre ser homossexual, no qual entende-se como algo natural e não pensar muito sobre isso
R.2	Relacionamentos afetivos e sociais contraditórios entre assumir-se e ser aceito
R.3	Sentimento de que deveria ter contado antes sobre sua sexualidade
R.4	Pessoas não têm coragem de falar o “porque não” referente a comportamentos que transcendem os padrões heteronormativos
R.5	Resistência de assumir-se gay devido à culpabilização pelo sofrimento dos pais
R.6	Estratégia de mudar-se para outra cidade
R.7	Orientação para não seguir o caminho da homossexualidade
R.8	Vida dupla por não poder assumir para a família e a sociedade como um todo

R.9	A não vontade de expressar a sexualidade
R.10	Hierarquia familiar
	INDICADORES DE ALFA
A.5	Necessidade e medo de assumir a identidade gay, sendo o primeiro movimento de “sair do armário” para si próprio
A.6	Expressão da homossexualidade leva a sofrer homofobia na escola
A.7	Afirmação de uma sexualidade precoce devido ao fato de ter consciência da sua homossexualidade desde muito cedo
A.8	Relação de amizade homoafetiva resulta em discriminação
A.9	Consequências de discriminação na escola: apoio e aproximação maior de meninas, dedicar-se aos estudos e receber recompensas por ser o melhor aluno
A.10	Imagem negativa da homossexualidade
A.11	Episódios homossexuais na infância levam à perda de contato com amigos(as)
A.12	Culpabilização de nunca conseguir se posicionar contra o pai
A.13	Se encontrar sozinho
A.14	O elogiar o filho para os outros
A.15	O processo de relacionar-se com outras pessoas
A.16	Discurso psicanalítico que influência na sua concepção e compressão de sexualidade
A.17	O respeito ao seu tempo pessoal
A.18	Arranjos de amor

FONTE: Dados obtidos pelo autor

QUADRO 5 – HIPÓTESES DO ENCONTRO III

Nº	HIPÓTESES
H.3	Não sentir necessidade de identificar-se como gay
H.4	jovens cis-gays mudar de cidade e ingressar na universidade pode ser um movimento na direção de assumir a identidade gay
H.5	Jovens gays tendem a ter mais facilidade de conversar com suas mães do que com seus pais sobre suas identidades gays
H.6	O armário não está em nenhum lugar. O não lugar do homossexual
H.7	Silenciamento da sexualidade
H.8	A discriminação no ambiente escolar ocorre devido à subjetividade social configurada pela lógica heteronormativa
H.9	Dedicar-se aos estudos diminui a estigmatização e discriminação contra os estudantes cis-gays

H.10	Do sair do armário como estratégia pessoal e social para expressar legitimamente uma identidade gay e política em outros espaços sociais que não sejam na presença da família
H.11	Universidade, o conhecimento científico e a educação superior promovem novas configurações no processo de subjetivação

FONTE: Dados obtidos pelo autor

8.4. ENCONTRO IV: ENCERRAMENTO

O último encontro funcionou como uma confraternização de encerramento e o pesquisador abriu para diálogo pensar em estratégias a serem desenvolvidas em espaços dentro da universidade e em outros espaços sociais de combate à discriminação contra a população LGBTI.

O participante Léo foi o primeiro a falar sobre:

Acho que tem que ter uma ação para que a galera que entre se sintam acolhidos como homossexual ou os que não sejam heterossexuais, é a gente expressar o nosso orgulho de estar presente como homossexual, por exemplo, mostrar que a gente tá aqui [...] colocar cartaz, tipo, de reuniões, qualquer coisa que seja relacionado a universidade [...].

A importância do posicionamento de Léo em acolher outras pessoas que ainda vão entrar na universidade é extremamente importante para pensar no projeto político de identidade. Isso coloca todo o coletivo no exercício de superação das discriminações produzidas no sistema de dominação-exploração. E ainda continua:

[...] qualquer evento que você veja ajuda a colocar cartaz, vai no banho de lama e tenta sei lá, se você acha que alguém provavelmente vá sofrer repressão, conversa com aquela pessoas específica, por mais que às vezes não funcione isso e a pessoa seja heterossexual e só tenha um comportamento diferente do que você pensa, às vezes você acerta e talvez se sintam mais acolhidos... Eu me senti mais acolhido por ter sido recepcionado.

Novamente o participante demonstra a importância do coletivo no conjunto de ações para acolher seu próprio grupo social que está marginalizado na sociedade. Alfa acrescenta e pensa em algo institucionalizado:

[...] acho que dá pra pensar em sistematizar uma coisa mais... Sabe? Institucionalizada, semanal, porque por mais que seja num ambiente acadêmico, a gente acabou meio que construindo uma rede de apoio, eu acho que é um propósito ser interativo, mas acabou, né, construindo essa “vibe”

aqui na pesquisa. Acho que dá pra, não sei se você tem interesse em continuar..., mas acho que dá pra sistematizar uma coisa assim.

A rede de apoio pode ser a coletividade. Atualmente existem coletivos dentro da universidade, que abraçam a população LGBTI, mas o que falta para que essa rede de apoio se estruture na universidade e seja a porta de entrada para acolher qualquer pessoa LGBTI? Para Alfa é importante que ocupemos os espaços já institucionalizados:

[...] seria legal ocupar os espaços que a gente já tem institucionalizado... É, semana de psicologia dá pra colocar uma palestra sobre LGBTfobia e na SIEPE dá pra conversar com os professores pra abrir projeto de iniciação científica sobre essa temática.

Para nós, pesquisadores que estudamos as temáticas de sexualidade e diversidade sexual e de gênero, enfrentamos uma enorme dificuldade para que sejam implementadas disciplinas obrigatórias e/ou optativas nos cursos de graduação sobre o tema. Assim como consta na dissertação de mestrado de Fernanda Bonato (2019), na qual se constata que durante a formação em Psicologia são poucas as informações trabalhadas com os(as) estudantes de psicologia a respeito da temática de sexualidade, o que acaba construindo uma política de silenciamento sobre a temática, “[...] pouco se fala sobre a sexualidade, seja diante dos prazeres ou das dores, das satisfações ou insatisfações, do amor ou do abuso/violência.” (BONATO, 2019, p.139).

Por vezes ocorre repressão por parte de setores mais tradicionais das universidades que acabam produzindo o silenciamento de professores e professoras que trabalham com essas temáticas. Ainda há a dificuldade da criação de projetos de iniciação científica e de extensão que abram possibilidades para estudantes estarem mais próximos dessas questões sociais.

Nesse sentido, o participante Emiliano sugere a produção de uma cartilha: *“Ter uma cartilha sobre... porque às vezes é só falta de informação também... Na maior parte é ódio né..., mas acontece de ter falta de informação...”*

A falta de informação pode ser um dos indicadores para que professores e professoras produzam a estigmatização e discriminação no ambiente universitário, mas não em sua totalidade. Talvez a chamada “bolha social” pode ser a causa da falta de informação, mas não podemos nos contentar com isso.

A cartilha poderá ser de extrema importância para levar a informação para todos e todas servidores públicos que estão na universidade e podem fazer a diferença no combate às estigmatizações e discriminação contra estudantes e a população LGBTI.

Nesse contexto, foi realizada uma campanha²⁸ referente ao dia internacional do “Orgulho LGBTI”, comemorado no dia vinte e outro de junho. A ação selecionou dezessetes frases de estudantes LGBTI da Universidade Federal do Paraná e distribuídas em cartazes por quase todos os campi, além dos setores Matinhos, Palotina e Toledo (MEIRELES, 2019).

Definimos essa campanha como uma ação profissional, no qual revelou os processos de estigmatização e discriminação operando no contexto universitário e expressos pelas frases dos estudantes através de suas vivências e experiências de vida (MEIRELES, 2019).

A ação teve apoio do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR), do Setor de Ciências Humanas (SCH/UFPR), do Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), do projeto MediAÇÃO: diferenças em conflito (Interações LGBTI+) (MEIRELES, 2019), coordenado por Francine Rocha, do projeto de extensão O Ser e o Fazer na Universidade, coordenada pela professora Norma Ferrarini, ambos vinculados ao CEAPPE.

²⁸ Para saber mais a respeito da campanha: https://issuu.com/tom_ufpr/docs/tom_ufpr_v5__n10__2019

CAPÍTULO IX – A SUBJETIVIDADE SOCIAL COMO MODELO TEÓRICO SOBRE CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA VIDA GAY

Neste capítulo nos esforçaremos em dialogar com os indicadores e as hipóteses produzidas nos encontros para o avanço da temática na abordagem Cultural-Histórica e Teoria da Subjetividade, assim como construir o modelo teórico de pesquisa pelo conceito de subjetividade social de González Rey na relação com configurações subjetiva da vida gay.

Como já mencionamos, os indicadores são importantes para que o pesquisador possa construir novos modelos teóricos sobre o problema de pesquisa. São a primeira via de abertura para que no processo da pesquisa gere hipóteses para o avanço da construção teórica (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

As hipóteses são uma via de abertura para os modelos teóricos ganharem capacidade explicativa, definindo como lógica configuracional pelo pesquisador constantemente acompanhar e se posicionar conforme a pesquisa ganha novos caminhos diferentes pelas informações produzidas pelos participantes (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Nesse sentido, a lógica configuracional só pode ser explicada quando o modelo teórico da pesquisa estiver pronto como uma proposta de conhecimento sobre o objeto de estudo (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). Neste caso, este capítulo é importante para construção do modelo teórico desta pesquisa, no qual os participantes apresentaram bastante engajamento e foram ativos em diálogo nos encontros, compreendendo a relação entre os indicadores e as hipóteses na construção de uma identidade gay e na possível afirmação da heteronormatividade presente nas vivências e experiências de vida dos mesmos.

O modelo teórico na pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma via de significação da informação que é produzida na integração de um sistema cuja inteligibilidade também é produzida (GONZÁLEZ REY, 2005; GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Para González Rey e Mitjáns Martínez (2017), esse modelo teórico é importante para construção de ideias do pesquisador no trabalho de campo, no qual orienta-se participar ativamente para novas construções que irão surgir no desenvolvimento da pesquisa. Ou seja, “o modelo teórico é um processo vivo que vai demandando aprofundamentos, o emprego de novos instrumentos de pesquisa e a

implementação de giros no transcurso do diálogo dentro do qual todo trabalho de campo vai se organizando.” (p. 90).

Portanto, de acordo com os autores modelo teórico é:

[...] a antítese dos conceitos e definições que orientam a pesquisa *a priori*. Ele se desenvolve apoiado em construções teóricas engendradas em uma teoria, mas que tomam uma forma singular para o problema estudado só como resultado da pesquisa. Também são modelos teóricos as construções de pesquisas que pretendem das inteligibilidades a um problema novo dentro de um referencial teórico [...] (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 90).

Assim como a própria Teoria da Subjetividade pode ser usada para pesquisar a configuração subjetiva de algum tema, como afirmam González Rey e Mitjáns Martínez (2017, p. 90) “[...] nesse caso, a configuração subjetiva é o modelo teórico a ser construído no curso da pesquisa [...]”.

Entretanto, assumiremos a subjetividade social como a construção do modelo teórico de pesquisa, no qual concordamos com Quevedo (2017) sobre a importância das contribuições da Teoria da Subjetividade para pensar nosso objeto estudo na produção de novos modelos teóricos para compreensão do fenômeno investigado.

A discussão da relação entre os indicadores e as hipóteses geradas nos encontros são importantes, pois uma fala da construção de uma identidade e a outra do processo de construir essa identidade. Ambas expressam a subjetividade e podem estar perpassadas pelo fenômeno da heteronormatividade, o qual é de nosso interesse investigativo que legitima os processos de estigmatização e discriminação e que possivelmente constitui a identidade gay.

Nesse sentido, faremos um breve diálogo entre todos os indicadores e hipóteses geradas nos encontros com novos quadros, a partir de eixos, para facilitar a compreensão da discussão deste capítulo. Todavia, é importante explicitar que os eixos se relacionam e se constituem, não são independentes uns dos outros e não condizem como uma realidade produzida descolada do social.

Inicialmente faremos a discussão dos indicadores desenvolvidos no encontro III “Sair do armário: estigmas e vivências” por conta desse processo chegar em uma possível identidade gay em seu aspecto geral, pois precisamos demonstrar como esse processo constitui através dos sentidos subjetivos expressos por cada participante. As hipóteses serão discutidas posteriormente, para que o modelo teórico ganhe capacidade

explicativa através dos eixos na produção do conhecimento em relação à temática. Portanto, apresentamos o **primeiro eixo: sujeito-sociedade**.

O eixo sujeito-sociedade está relacionado aos indicadores que pertencem a uma experiência singular na dialética com o social, ou seja, condiz com a produção de sentidos subjetivos ligados às experiências dos participantes em espaços sociais que permitem análises a respeito dessa relação.

QUADRO 6 – EIXO SUJEITO-SOCIEDADE

A.6	Expressão da homossexualidade leva a sofrer homofobia na escola
A.8	Relação de amizade homoafetiva resulta em discriminação
A.9	Consequências de discriminação na escola: apoio e aproximação maior de meninas, dedicar-se aos estudos e receber recompensas por ser o melhor aluno
A.10	Imagem negativa da homossexualidade
A.11	Episódios homossexuais na infância levam à perda de contato com amigos(as)
A.15	O processo de relacionar-se com outras pessoas
A.18	Arranjos de amor
N.6	Não há segurança em lugar algum
N.7	Adolescência e sexualidade
N.8	Configuração subjetiva dos relacionamentos afetivos e sociais
N.12	Crença de que a homossexualidade trata-se apenas de uma fase
N.13	Resistência do outro em relação à identidade gay
N.16	Pressão da família e da sociedade
R.4	Pessoas não têm coragem de falar o “porque não” referente a comportamentos que transcendem os padrões heteronormativos
R.6	Estratégia de mudar-se para outra cidade

FONTE: Dados obtidos pelo autor

Inicialmente este eixo representa a relação do sujeito com o social, a sociedade à qual pertence e que se organiza enquanto um sistema que produz a desigualdade social e a exclusão a partir do sistema dominação-exploração pelo capitalismo. Esse sistema de dominação-exploração em conjunto com o fenômeno da heteronormatividade, produzem os processos de estigmatização e discriminação nos espaços sociais e culturais.

A partir do quadro acima, são vários indicadores que expressam a relação do sujeito com a sociedade no processo de “sair do armário”. Podemos notar que a escola

tem uma forte influência nesse processo, sendo uma das primeiras instituições sociais a refletirem diretamente nessa experiência.

Definimos a escola em concordância com Amaral (2019, p. 79) ancorado em Bernard Charlot:

[...] uma instituição social e, enquanto tal, com um sentido político, sendo um fenômeno de classe. A escola é uma instituição social, portanto sua organização e finalidade estão calcadas nas relações de força políticas e sociais, ou seja, na contradição capital-trabalho, expressando a ideologia da classe dominante. As ideias de neutralidade e laicidade da escola terminam por ocultar a reprodução, através da educação, das ideias e ideais da classe dominante. Isso não ocorre sem resistências e contradições, tendo em vista que há, na sociedade, o enfrentamento de duas classes sociais antagônicas. A escola tem a pretensão de ocultar esse enfrentamento e ‘proteger-se’ das lutas sociais, ou seja, da realidade, e homogeneizar a transmissão do saber e da cultura, ocultando seu sentido político de classe.

Para Amaral (2019), a escola é uma instituição social contraditória, ela apresenta características heterossexistas, heteropatriarcal, assim como heteronormativa e ao mesmo tempo é um espaço que há possibilidades de subversão desta ordem.

A subjetividade social de uma instituição de ensino público ou privada apresenta uma rede de práticas construídas através de espaços sociais e culturais que refletem na subjetividade dos estudantes. Ou seja, a escola poderá influenciar no processo de “sair do armário”.

Através do indicador de expressão da homossexualidade levar a sofrer homofobia na escola, o qual desenvolvemos a partir da fala que um participante expressou, se relaciona consequentemente com o indicador do apoio e aproximação maior em grupos de meninas. Isso demonstra que a escola, ao apropriar-se do sistema de dominação-exploração acaba explorando a subjetividade de estudantes que não se enquadram aos modelos heterossexuais de sexualidade, identidade, estereótipos, dentre outros atributos.

A aproximação de grupos de meninas por parte de meninos gays pode representar a forma em que o patriarcado é exercido até mesmo na escola. Isso fica explícito pelas relações sociais de sexo/gênero quando ocorre a separação de grupos por gênero, orientação sexual, identidade de gênero e outras minorias sociais.

Nesse sentido, como já debatemos no capítulo III, pela divisão sexual do trabalho, a sexualidade que se constrói para o homem faz com que exerça sua forma

pelo sistema de dominação- exploração, no qual a escola se apropria e pode refletir nas subjetividades dos estudantes, levando a subordinação de um gênero ao outro e de uma orientação sexual à outra.

Desta forma, podemos relacionar com os indicadores de relacionamentos na infância. O que chamamos no indicador de episódios homossexuais, podem ser comportamentos homossexuais, práticas homoafetivas, mas que não necessariamente se esgotam na identidade gay. Nesse ponto, pelo exercício da discriminação heteronormativa nessa situação, pode levar à perda de uma amizade. Pelo simples fato da aproximação de alguém que também esteja descobrindo a sexualidade, seja pelo contato ou uma relação afetiva que pode ser para além de uma amizade, pode resultar no afastamento e na punição.

Cria-se um aspecto negativo da imagem da homossexualidade, seja pela própria pessoa e no social, como forma da heteronormatividade produzir a negação de identidades. Relacionamos esse processo na escola com a adolescência, um período importante no desenvolvimento do sujeito.

Na adolescência, novas configurações subjetivas sobre o que seja sexualidade, mudanças corporais, relações afetivas, sexuais, dentre outros, surgem e o papel da escola em acolher, produzir uma educação sexual voltada ao diálogo e ao conhecimento se torna importante. Nesse período, situações como os indicadores da crença de a homossexualidade se trata de uma fase e pessoas que não têm coragem de falar o “porque não” de expressar comportamentos não heteronormativos representa o despreparo da sociedade em lidar com essas questões. A família, a escola, o trabalho, instituições sociais das quais fazemos parte, na sua grande maioria, não querem discutir com questões na adolescência ligadas às sexualidades não tradicionais.

E isso traz a resistência do outro em relação à identidade gay, seja em qualquer espaço social. As dimensões objetivas dadas na realidade pela heteronormatividade proporcionam a imagem negativa da homossexualidade e produzem a resistência ao acolhimento, ao respeito e à autonomia dessa população.

Diante disso, temos o indicador de estratégia de mudar-se para outra cidade, que posteriormente discutiremos melhor pelas hipóteses, mas que é importante trazê-lo aqui. Este indicador demonstrar o posicionamento ativo dos participantes em escolher o que acaba sendo melhor para eles. A mudança de cidade representa a discriminação exercida socialmente em um espaço e até mesmo em uma cidade. No processo de “sair do armário” este indicador acaba demonstrando uma estratégia social

de jovens cis-gays poderem ser quem eles são em outros espaços, como ao começarem uma nova vida em outra cidade. Mas, contraditoriamente, as cidades, com suas subjetividades sociais, estão ligadas ao sistema de dominação-exploração que produzem os processos de estigmatização e discriminação e proporciona bases materiais para o exercício da heteronormatividade.

Nesse sentido, o mudar-se de cidade é um salto qualitativo para os participantes expressarem a legitimidade de suas identidades em outros territórios. Os indicadores dão bases materiais para analisarmos esse processo de construção de uma identidade, seja pelo processo de “sair do armário”, como na relação com as dimensões objetivas dadas a eles.

Com isso, passamos por indicadores que demonstraram a construção de toda uma carga negativa da homossexualidade. No processo de “sair do armário”, as relações construídas na infância, o papel da escola frente as questões da diversidade sexual e de gênero ou qualquer outra instituição social na qual essa população está inserida, mostrou uma forte ligação com as estruturais hierárquicas da sociedade.

Tradicionalmente, a sexualidade foi marcada por ideologias que passaram a estigmatizar e patologizar outras experiências concretas de sujeitos não heterossexuais. Essas ideologias definidas em concordância com Bock (2015, p. 32) que se debruça em Bernard Charlot e Marilena Chauí, “A ideologia é, assim, uma representação ilusória que fazemos do real. O ilusório da ideologia está em que parte da realidade fica ocultada nas constituições ideais.” A ideologia opera nas subjetividades sociais da escola, da família, do trabalho, mas precisamos superar ideologias que produzem sofrimento.

Nosso esforço em definir o processo de “sair do armário” no capítulo IV, é justamente pensar, através desses indicadores, que ocorrem tanto a nível singular quanto social, a expressão da contradição e da complexidade de experiências relacionadas à uma identidade gay. Nessa lógica, a escola ou qualquer outra instituição de ensino precisar assumir um papel como rede de apoio e proporcionar cursos preparatórios para professores(as), funcionários(as) que acolham e respeitem seus/suas alunos(as) que compõem às diversidades sexuais e de gênero.

O próximo quadro é importante, pois condiz a uma realidade que pode ser importante no processo de “sair do armário”: a família. O eixo familiar pode estar relacionado a uma das primeiras instituições sociais em que jovens cis-gays se

assumem ou acabam passando por esse processo de forma compulsória e discriminatória. Os indicadores do quadro abaixo podem demonstrar um pouco disso.

QUADRO 7 – EIXO FAMILIAR

A.14	O elogiar o filho para os outros
N.9	Negação e dificuldade de aceitação da identidade gay do filho
N.10	Sentimentos negativos por não poder conversar com familiares sobre sua identidade gay
N.14	Distanciamento social e emocional da família
R.5	Resistência de assumir-se gay devido a culpabilização pelo sofrimento dos pais
R.7	Orientação para não seguir o caminho da homossexualidade
R.10	Hierarquia familiar

FONTE: Dados obtidos pelo autor

O primeiro indicador que podemos dialogar com o restante é o da hierarquia familiar. Como conceituamos a família no capítulo III, o regime familiar é submetido pelas relações de propriedade, no qual sua concepção tradicional é reconhecida pelo Estado, culminando na organização social, como a monogamia e a heterossexualidade.

A família, como afirma Saffioti (1976), existia como uma unidade de produção social que colocou as mulheres e as crianças como um papel econômico fundamental para manutenção do trabalho. Dessa forma, o sistema estrutural que se desenvolve junto com o patriarcado colocou a mulher em submissão ao homem produzindo a desigualdade de direitos entre os sexos (SAFFIOTI, 1976). E não somente as mulheres, mas outros grupos de minorias sexuais e de gênero em subordinação ao homem cisgênero heterossexual.

A hierarquia familiar pode operar como um aspecto regular das interações presente na constituição da subjetividade social das famílias. No que se refere a este indicador, foi produzido através da configuração subjetiva do pai em relação à sexualidade do filho, no qual o fez expressar sentidos subjetivos discriminatórios. Isso relacionamos aos indicadores da negação e dificuldade de aceitação da identidade gay do filho e à orientação para não seguir o caminho da homossexualidade que podem fazer parte dessa configuração subjetiva do pai sobre a identidade do filho.

A forma como a família se posiciona, exerce um papel mediador no processo de “sair do armário” e pode proporcionar o distanciamento social e emocional do sujeito na família. A subjetividade social da família que se nutre de processos de

estigmatização e discriminação que fazem parte de ideologias tradicionais e conservadoras, pode ser expressa por valores heteronormativos. E isso coloca a resistência de jovens cis-gays em assumir-se dentro da família para não colocar o pai e a mãe em sofrimento, por não saberem lidar com esse processo. Assim como, para não trazer nenhum conflito ideológico ou desestruturar toda uma lógica hierarquia heteronormativa na própria família. Esses são posicionamentos em que os participantes demonstraram ficarem renegociando o tempo todo, como se estivessem em um campo minado. Essa afirmação pode fazer referência ao desenho do participante Rafa (p. 117).

Contraditoriamente, o elogiar o filho para os outros, mas não para eles mesmos, pode representar a afirmação da dominação masculina, socialmente e historicamente. Ou seja, para os outros, o filho homem tem suas responsabilidades, é provedor de uma categoria social legítima de respeito e poder, apagando o estigma da homossexualidade e produzindo a negação.

A dominação masculina é legitimada pelo sistema de dominação-exploração que ocorre na divisão sexual do trabalho, a qual subordina outras formas de sexualidade. Para Engels (1984), o sistema de dominação-exploração é a produção do regime do patriarcado que deu legitimidade às classes dominantes. O que é bom para classe dominante, é bom para toda a sociedade (ENGELS, 1984).

A existência do poder na dominação masculina privilegia o homem ativo e dominante a subordinar outras categoriais sociais, assim como excluí-las e negá-las da sua produção social na sociedade. Relacionamos isso com sentimentos negativos por parte dos participantes em não poder conversar com seus familiares a respeito de suas identidades gays.

Os sentimentos são expressos através dos sentidos subjetivos dos participantes e são uma via importante de análise dos aspectos emocionais que são produzidos nas experiências e vivências relacionadas ao processo de “sair do armário”.

O “armário” pode ser caracterizado com um sistema complexo e contraditório, mas singular e social que se expressa no seu nível simbólico e emocional. O sentimento negativo pode representar aspectos objetivos da realidade dos participantes, da não aceitação e da negação de suas identidades pela família.

Dessa forma, podemos perceber a heteronormatividade presente na dominação masculina e no regime familiar que produz sentimentos negativos nos participantes, como forma de subordinar suas sexualidades ao tradicional e ocultar suas identidades.

No próximo eixo de discussão, os sentidos subjetivos serão mais explorados e daremos ênfase ao nível simbólico-emocional do processo de “sair do armário” para os participantes.

Explicitamos por último os indicadores que compõem o eixo simbólico-emocional, do qual resulta dos sentidos subjetivos e das configurações subjetivas dos participantes em relação ao processo do “sair do armário”.

Este eixo é o mais importante, pois demonstra, através dos eixos anteriores, a construção do processo de “sair do armário” dos participantes pelas experiências e vivências relacionadas à homossexualidade que está constituída na relação subjetividade-objetividade. Nessa relação, podemos elencar pelos indicadores, a singularidade na sua relação com social.

Em concordância com Bock (2015), o fenômeno psicológico do qual definimos como subjetividade deve ser entendido na sua construção a nível individual do mundo simbólico que é social, ou seja, permite que analisemos os indicadores em seu nível singular dos sentidos subjetivos expressos pelos participantes na sua constituição com o social e a cultura.

A unidade simbólico-emocional são sentidos subjetivos que expressam a complexidade de aspetos que caracterizam a vida social e a história do sujeito (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). São gerados pelos sujeitos em sua experiência vivida e demonstraram as contradições objetivas da vida.

O simbólico, como já definimos no capítulo II, explicita os processos que transformam as realidades objetivas em realidade humanas e aponta para o caráter gerador da psique, a subjetividade, no qual o ser humano é criador e utilizador de símbolos em que os espaços culturais se constituem e se desenvolvem. O simbólico só é expresso nas culturas (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Nessa perspectiva, este eixo expressa a construção identitária dos participantes em seu valor ontológico na relação com os eixos anteriores que demonstraram a presença da heteronormatividade operando em suas vidas. Este eixo é importante para localizarmos os efeitos do fenômeno heteronormativo no processo de “sair do armário” nas subjetividades dos participantes. E posteriormente, para chegarmos na identidade dos mesmos e resgatar seu valor subjetivo e objetivo de sua totalidade.

QUADRO 8 – EIXO SIMBÓLICO-EMOCIONAL

A.5	Necessidade e medo de assumir a identidade gay, sendo o primeiro movimento de “sair do armário” para si próprio
-----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A.7	Afirmação de uma sexualidade precoce devido ao fato de ter consciência da sua homossexualidade desde muito cedo
A.12	Culpabilização de nunca conseguir se posicionar contra o pai
A.13	Se encontrar sozinho
A.16	Discurso psicanalítico que influencia na sua concepção e compressão de sexualidade
A.17	O respeito ao seu tempo pessoal
N.15	O medo de se posicionar enquanto sujeito homossexual e afundar por conta disso
R.1	Nunca ter dúvida sobre ser homossexual, no qual entende-se como algo natural e não pensar muito sobre isso
R.2	Relacionamentos afetivos e sociais contraditórios entre assumir-se e ser aceito
R.3	Sentimento de que deveria ter contado antes sobre sua sexualidade
R.8	Vida dupla por não poder assumir para a família e a sociedade como um todo
R.9	A não vontade de expressar a sexualidade

FONTE: Dados obtidos pelo autor

O primeiro indicador para início de discussão deste eixo é o primeiro movimento do “sair do armário” pela necessidade e medo de assumir uma identidade gay, pois demonstra a contradição dos sentidos subjetivos de um dos participantes, que no discurso demonstra aceitação frente ao social, mas no seu movimento singular demonstra medo e pânico frente a sexualidade. Entretanto, a afirmação de uma sexualidade precoce devido ao fato de ter consciência da homossexualidade desde muito cedo e nunca ter dúvida sobre ser homossexual, no qual entende-se como algo natural e não pensar muito sobre isso não significa que seja uma identidade gay.

A sexualidade como produção subjetiva representa o resgate da materialidade singular do sujeito na sua relação com as tensões sociais que são produzidas nos espaços culturais. Com esses indicadores, o primeiro movimento contraditório da necessidade e medo de assumir uma identidade ocorre pela produção subjetiva da sexualidade.

Esses sentimentos contraditórios representam a dialética entre o simbólico e o emocional, no exercício das relações afetivas e sociais que podem colocar a não necessidade de se assumir por não ser aceito em algum espaço social. Nesse sentido, coloca-se o medo de posicionar-se enquanto homossexual e afundar por conta disso como se a reação desse posicionamento fosse negativa. Todavia, como vimos nos eixos anteriores, existe a reação negativa. Portanto, a não necessidade de posicionar-se ou

identificar-se como homossexual é produzido na subjetividade dos participantes pela heteronormatividade, que pelo sistema de dominação-exploração, colocando a subordinação de suas subjetividades através do medo, da não necessidade, do afundar-se.

A heteronormatividade pode emergir como sentidos subjetivos que estão configurados em uma lógica baseadas em discursos e práticas conservadoras legitimadas historicamente pelo patriarcado. Isso coloca os participantes em situação de vivenciarem suas identidades gays através de uma vida dupla, a qual os impede de assumirem para toda a família e para sociedade, por não se sentirem à vontade de expressar sua sexualidade.

A vida dupla pode caracterizar a contradição de sentidos subjetivos produzidos em diferentes espaços sociais, na família, na universidade, no trabalho, que podem dificultar a legitimação singular da identidade dos participantes.

Como definimos o processo de sair do armário no capítulo IV, que ocorre a partir de dimensões objetivas da vida do sujeito na dialética do singular com social, o que pode caracterizar uma vida dupla, vista que o sujeito se apropria dos recursos objetivos e subjetivos dados em sua realidade concreta. E isso pode reafirmar mais para o sujeito a não vontade de expressar sua identidade, por ser mutilada e negada constantemente.

A contradição da culpa por não conseguir se posicionar contra o pai, novamente nos traz o eixo da família. A mãe nesse contexto é culpabilizada pelo pai por conta de o participante ter se envolvido em uma situação com outro garoto. Aqui percebemos a dominação masculina operando no contexto familiar, configurando na subjetividade social da família e refletindo na subjetividade do participante.

Com isso, um participante recorre à psicanálise como base para estruturar sua configuração subjetiva da sexualidade, como é expressa pelo indicador do discurso psicanalítico influenciar na concepção e compreensão de sexualidade como representa seu modo de constituição da identidade. O que se relaciona com os indicadores de se encontrar sozinho e o respeito ao seu tempo pessoal. Ambos os indicadores se desenvolveram por conta das dimensões objetivas e subjetivas dadas a esse participante em enfrentar o posicionamento discriminativo do pai.

Para um dos participantes, sua identidade é composta pelos posicionamentos políticos que foram construídos ao longo de sua vida, por isso o respeito pelo seu tempo pessoal, do seu processo como constituição importante de sua subjetividade.

Vimos que a sexualidade foi uma categoria importante para este eixo, e como a definimos como produção subjetiva, no processo de “sair do armário”, analisamos ela através dos sentidos subjetivos como uma unidade simbólico-emocional.

A sexualidade compõe o processo de “sair do armário”, pois para chegarmos em uma identidade gay, ela também é constituída por uma sexualidade. Nesse sentido, a sexualidade como produção subjetiva permite o resgate do fenômeno da heteronormatividade presente nos sentidos subjetivos expressos pelos participantes, dos quais fizemos esforço em discuti-los acima.

No processo do “sair do armário”, o sujeito está inserido em espaços sociais, como na família, no trabalho, na escola, na universidade e assumir-se requer um posicionamento ativo e corajoso para expressar sua identidade. Nesses espaços já carregam o estigma e facilita para os atores sociais a produção e reprodução da estigmatização e a discriminação. Isso ocorre por processos que se localizam na cultura.

Nesse sentido, não é fácil e não ocorre de uma hora para outra que os sujeitos irão “sair do armário”. É por isso que colocamos essa experiência como um processo, pois requer a apropriação de recursos subjetivos e objetivos para expressar a identidade. A dialética singular-social permite que localizemos a heteronormatividade, pois é nessa relação que estão os sentidos subjetivos dos participantes expressos e por nós desenvolvidos pelos indicadores.

Portanto, nos atrevemos a dizer que, no processo de “sair do armário” como um projeto político de identidade é expressar o valor ontológico da experiência do sujeito homossexual, colocar à prova a unidade simbólico-emocional como característica desse processo, contraditório e complexo, mas vivo por trazer o sujeito como ativo em ser transformador de sua realidade.

Quando pessoas cis-gays se assumem, desafiam toda e qualquer estrutura normatizante que regulariza e fiscaliza a sexualidade humana. Denuncia a dominação masculina como reprodutora da heteronormatividade na subjetividade de homens gays, bissexuais, trans, etc. Denunciam a subordinação patriarcal do regime heteronormativo na subjetividade de mulheres lésbicas, bissexuais, trans, etc. E assim desconfiguram toda uma lógica heteronormatividade presente nos espaços em que esses sujeitos estão inseridos. Todavia, longe de superar todo esse fenômeno e sua carga histórica, muitas pessoas cis-gays ainda estão vulneráveis com suas identidades

onde estão inseridos. Por isso, é importante nos posicionarmos e assumirmos um compromisso com nossa realidade.

É importante explicitarmos que nesta proposta não se carrega a cobrança de que todos e todas devem obrigatoriamente “sair do armário”. A única afirmação que podemos fazer, é a proposta como um processo, que irá expressar o valor singular e social de experiências e vivências relacionadas às suas identidades, mas que não é obrigatório que todos e todas se assumem.

A heteronormatividade está presente na subjetividade do participante que se culpa por não se posicionar contra seu pai, no participante que não sente vontade de expressar sua sexualidade nos espaços sociais. Está presente na família que culpabiliza a mãe, que proporciona medo ao filho, que caracteriza sua vida como dupla ou como uma identidade pressuposta, mas que exercida por estar vulnerável.

Portanto, a heteronormatividade se transforma em sofrimento ético-político nos participantes em seu processo de “sair do armário”, constituindo suas identidades gays em conjunto com o capitalismo, que exerce sua forma de dominação-exploração de subjetividades para fins de controle social.

Diante disso, apresentaremos a seguir os quadros separados por eixos os indicadores desenvolvidos no encontro II “Identidade: estereótipos e regras sociais”. A discussão dos indicadores deste encontro se relaciona com os eixos anteriores dos quais demonstram a construção do processo de “sair do armário” de alguns participantes. Nesse sentido, faremos esforço em explicitar a construção da identidade dos participantes na sua relação com o encontro III e em como ela se constituiu dado ao momento em que ocorreram os encontros.

O eixo heteronormativo pode expressar o fenômeno da heteronormatividade operando na construção da identidade dos participantes. Por isso, ele será o primeiro que iremos discutir para que entendemos como funciona esse fenômeno no que condiz a identidade e quais suas possíveis formas de exploração da subjetividade dos participantes.

QUADRO 9 – EIXO HETERONORMATIVO

A.2	Medo como sentimento submisso às relações de poder
A.3	Adequação em grupos sociais
A.4	A perda de valores
E.1	A rejeição de si
E.2	Renegociar os sentidos das masculinidades como consciência de classe

E.3	Subordinação da identidade gay
L.1	Heteronormatividade opera pela dominação o espaço familiar
L.2	A crença e a religiosidade como marcadores do controle da subjetividade
L.3	Estigma do estudante exemplar
N.3	O turbilhão de emoções caracterizar as consequências dos processos de estigmatização e discriminação criados pelo sistema de dominação-exploração

FONTE: Dados obtidos pelo autor

A identidade compõe a subjetividade e permite que o sujeito se desenvolva através de novas dimensões objetivas e subjetivas de si mesmo que surgem por determinadas situações (GONZÁLEZ REY, 2010). Neste eixo faremos esforço em discutir os indicadores sobre a construção da identidade dos participantes na sua relação com o fenômeno da heteronormatividade implicado na subjetividade dos participantes.

Sem desassociar dos eixos anteriores, o medo aparece como indicador de sentimento submisso às relações de poder, que caracteriza o controle das relações afetivas, sexuais e sociais dos sujeitos. Dessa forma, a perda de valores pode significar a aceitação na sociedade. No controle das relações, a forma como você deve se adequar pode ser atributo para a construção de uma identidade dominada pelo sistema capitalista. As práticas hegemônicas padronizam uma única forma de vivenciar a sexualidade, assim como legitimar as experiências de vida (PRADO; MACHADO, 2008).

Essa identidade explorada pela produção capitalista constrói a negação da identidade gay e produz a rejeição de si para alguns indivíduos. Essa rejeição é simbólica e pode ocorrer em situações de discriminação nos espaços sociais. O que coloca a esses indivíduos a adequação em grupos sociais.

A identidade é diferença e igualdade, seja em relação ao outro ou a um grupo social (CIAMPA, 1987; LARA JUNIOR; LARA, 2017) e a adequação é produto dos estigmas. A exigência social para se adequar a um grupo social é uma forma de discriminação. A heterossexualidade como orientação sexual dominadora, automaticamente se torna centro das construções identitárias na sociedade. É dada como identidade principal para apropriar-se da materialidade da realidade concreta. Aos que aparentam desvio, são excluídos e negados.

Entretanto, se existe a heterossexualidade, existem as homossexualidades. Como se não bastasse, pelo sistema de dominação-exploração, a heterossexualidade exerce poder de subordinação sobre as homossexualidades, colocando-as abaixo na hierarquização social.

Nesse sentido, a lógica da subordinação inferioriza os sujeitos que não seguem os padrões normativos, assim como no regime do patriarcado coloca a mulher como submissa ao homem.

Para os autores Padro e Machado (2008), as sexualidades sempre participaram da estruturação das hierarquias sociais na sociedade, contrapondo várias formas de subordinação. Desta forma, as renegociações dos sentidos das masculinidades como consciência de classe são importantes para quebrar as tensões entre as relações de subordinação que por ora são produzidas pela dominação masculina.

A heteronormatividade operando como dominação o espaço familiar é dado ao momento em que um participante se omite frente a opinião discriminativa do irmão, novamente exercendo pela dominação masculina a subordinação da homossexualidade.

A crença e a religiosidade referem-se a um indicador que não poderia faltar na construção da identidade. A forte marca da religião e sua participação junto com o desenvolvimento do capitalismo sustentou e deu bases as transformações sociais que são legitimadas pela heteronormatividade. Os valores morais e os costumes religiosos podem controlar as subjetividades das pessoas, assim como condenar aquelas(es) que apresentam o “desvio” que por muito tempo foi caracterizado pela igreja.

Esse forte vínculo de valores morais e religiosos pode se relacionar com o estigma do estudante exemplar, no qual esse estigma pode representar a cobrança de ser o melhor em algo ou em tudo. Às vezes isso pode acontecer como forma de apagar socialmente uma identidade gay ou justificá-la na sua ausência, o bom aluno.

O indicador do turbilhão de emoções se relaciona perfeitamente com o eixo simbólico-emocional discutido no encontro III, pois demonstra o sistema vivo da subjetividade configurada na relação com alguma situação vivenciada. Ao propor este indicador como possibilidade de discutir a identidade, estamos reconhecendo que a mesma é composta por aspectos emocionais que podem ser convertidos pelas experiências concretas da vida do sujeito.

Os turbilhões de emoções caracterizam as consequências dos processos de estigmatização e discriminação pelo sistema de dominação-exploração por

demonstrarem a relação de poder por trás do controle e exploração de subjetividades. E dessa forma, pode trazer implicações emocionais profundas para os sujeitos.

Nessa construção da identidade gay pelo eixo heteronormatividade, podemos perceber que o fenômeno opera no sentido da negação dessa identidade, inviabilizando a manifestação de existência a algo relacionado a ela.

Se a identidade possibilita ao sujeito a capacidade de sentir e viver suas diferenças como dimensões do ser humano (GONZÁLEZ REY, 2010; MEIRELES; FERRARINI, 2019), a heterossexualidade não deveria ser a única legitimada como forma de vivenciar a sexualidade humana em seu aspecto geral.

Com isso, fazemos a tentativa de problematizar que a construção da identidade gay dos participantes deste eixo, demonstrou subordinação em relação à heterossexualidade, que exercita a dominação-exploração de subjetividades homossexuais.

Após a discussão dos indicadores que compuseram o eixo heteronormativo, passamos para o eixo da construção da identidade gay que parte da expressão constitutiva dos participantes, e para demonstrarmos os possíveis efeitos e implicações do fenômeno da heteronormatividade nessas identidades gays.

QUADRO 10 – EIXO CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA

A.1	A aceitação de uma construção “gay” como posicionamento político
L.4	O papel que assume como uma forma de expressão da identidade
N.1	(In)visibilidade como sentimento contraditório da identidade gay
N.2	Não pertencimento a nenhum espaço social
N.4	Imaginação de uma realidade abstrata contendo a segurança e a legitimidade do ser gay
N.5	Medo do futuro

FONTE: Dados obtidos pelo autor

Nosso esforço neste eixo será de caracterizar a identidade política dos participantes através dos eixos desenvolvidos nos encontros. Nos baseamos em Ciampa (2009), que utiliza a categoria de sintagma identidade-metamorfose-emancipação para conceituar e referenciar a identidade em um processo contínuo de metamorfose na busca de emancipação por projetos de vida (DANTAS, 2017).

As configurações subjetivas da identidade gay são contraditórias e caracterizam a síntese contínua dos sentidos subjetivos expressos, o que discutimos

nos eixos anteriores. A unidade simbólico-emocional sempre estará presente nas articulações dos sujeitos na relação com os espaços sociais e frente as situações de experiências de vida. Como exemplo, pensar o sentimento de (in)visibilidade como contraditório da identidade.

Como já debatemos sobre a negação da identidade gay, através do sistema de dominação-exploração que a coloca como subordinada, podendo proporcionar o sentimento de (in)visibilidade. Atribuímos ao fenômeno da heteronormatividade a produção da exclusão social das identidades gays. Com isso, a invisibilidade se dá no cotidiano, mas a visibilidade é o que o sujeito produz como projeto de vida na configuração da dimensão gay da identidade política.

Assim como os mecanismos de controle social que exercem a função de excluir jovens cis-gays, o sentimento de (in)visibilidade expressa-se na dialética com o sentimento de não pertencimento a nenhum espaço social. Se, por um lado se é invisível, por outro não pertencerá a nenhum lugar. Esse sentimento pode caracterizar um tipo de sofrimento ético-político decorrente da imposição da heteronormatividade.

O não pertencimento a nenhum espaço social também pode ser o não pertencimento a nenhum grupo social. A imaginação como uma realidade abstrata pode significar um espaço simbólico de segurança e legitimidade do ser gay. Talvez o armário poderia ser essa realidade abstrata? Todavia, a contradição do armário é o que coloca os conflitos dos sentidos subjetivos dos participantes. Ao mesmo tempo que o armário é a construção simbólica da segurança de uma identidade gay que é a síntese contínua de produção de sofrimento, por não permitir expressar legitimamente sua identidade gay.

A realidade abstrata se nutre dos recursos subjetivos e objetivos produzidos pelos participantes como resposta à realidade social. Não podemos negar a realidade de muitas pessoas cis-gays que precisam se imaginar em lugares “utópicos” vivenciando suas sexualidades e exercendo suas identidades.

A teoria de identidade de Ciampa nos permite pensar o sujeito na busca de novas formas de emancipar-se das opressões, discriminações e formas de exploração da subjetividade. A aceitação de uma construção “gay” como posicionamento político pode ser um aspecto relevante para o processo de emancipação de formas de exploração impostas e auto impostas às subjetividades de jovens cis-gays. Este indicador expressa a contradição na aceitação, que demonstra o processo singular do sujeito para construção de sua identidade gay.

O papel que você assume é um posicionamento, é uma forma de legitimar sua identidade gay, diferente de papéis sociais já pré-estabelecidos como legítimos, mas o papel do filho gay que você assume frente a um contexto familiar é resultado de um posicionamento político.

O esforço em explicitar neste eixo a construção de uma identidade política é pensar em um processo de emancipação. A forma como os participantes construíram seus processos de “sair do armário” para produzirem suas identidades gays politizadas explícitas possivelmente revelam caminhos que mostram a subjetividade agindo como um sistema vivo e contraditório.

A identidade política possui um caráter ativo transformador do sujeito. É almejar atingir os direitos e a cidadania que lhes foram negados historicamente e culturalmente. É romper com o sistema que domina e explora subjetividades.

Diante disso, discutiremos as hipóteses a seguir e explicitaremos o modelo teórico da pesquisa com relação à subjetividade social e às configurações subjetivas do ser gay.

QUADRO 11 – TODAS AS HIPÓTESES

H.1	Negação da identidade gay
H.2	Identidade pressuposta ou do que esperam que seja
H.3	Não sentir necessidade de identificar-se como gay
H.4	Jovens cis-gays mudar de cidade e ingressar na universidade pode ser um movimento na direção de assumir a identidade gay
H.5	Jovens cis-gays tendem a ter mais facilidade de conversar com suas mães do que com seus pais sobre suas identidades gays
H.6	O armário não está em nenhum lugar. O não lugar do homossexual
H.7	Silenciamento da sexualidade
H.8	A discriminação no ambiente escolar ocorre devido à subjetividade social configurada pela lógica heteronormativa
H.9	Dedicar-se aos estudos diminui a estigmatização e a discriminação contra os estudantes cis-gays
H.10	Do “sair do armário” como estratégia pessoal e social para expressar legitimamente uma identidade gay e política em outros espaços sociais que não sejam na presença da família
H.11	Universidade, o conhecimento científico e a educação superior promovem novas configurações no processo de subjetivação

FONTE: Dados obtidos pelo autor

A partir do quadro com todas as hipóteses, faremos esforço em discuti-las em sua dialética, não necessariamente pela ordem em que foram desenvolvidas. Assim, pretende-se demonstrar sua capacidade explicativa sob nosso objeto de estudo.

A hipótese da **negação da identidade gay** se relaciona diretamente com todas as outras hipóteses, pois ela revela a heteronormatividade como um fenômeno capaz de produzir a negação de pessoas que não se identificam como heterossexuais. Para além, a produção da negação de uma identidade também traz como consequência sentimentos e emoções que podem ser explicados pelos sentidos subjetivos produzidos pelos participantes desenvolvidos através dos indicadores nos encontros. Esses sentidos subjetivos nos revelam o sofrimento ético-político causado pelo regime patriarcal que está naturalizado na sociedade capitalista, a qual acirrou o manejo dos espaços sociais de poder pautados na heteronormatividade.

Como estamos falando de vivências concretas na relação subjetividade-objetividade, cabe trazer a dinâmica exclusão/inclusão que pode ser um processo causado pela negação da identidade gay pelo sistema organizado na heteronormatividade.

Segundo Sawaia (2014), a exclusão e a inclusão formam um par indissociável, se constituindo na própria relação e demonstrando uma capacidade de a sociedade existir como um sistema.

Esse movimento dialético gera subjetividades específicas não podendo ser apenas explicadas pela determinação econômica, mas elas determinam e são determinadas por formas diferentes de legitimação social e individual, que se manifestam no cotidiano como: “identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência” (SAWAIA, 2014, p. 9). A exclusão passa a ser entendida como um descompromisso ético-político com o sofrimento do outro.

Nesse sentido, a categoria do sofrimento ético-político trata justamente das relações que são intermediadas por sistemas que formam uma estrutura social composta por indivíduos e suas relações de poder que podem tornar a vida gay marginalizada, gerando sentimentos de exclusão, de não pertencimento à sociedade e ao ambiente universitário (SAWAIA, 2014), sentimentos os quais foram expressos pelos participantes nos encontros.

Com isso, podemos relacionar a não necessidade de identificar-se como gay, pois o sujeito pode acabar negando sua própria existência concreta que legitimaria sua identidade. Através dos processos de estigmatização e discriminação assumidos os

quais operam na cultura e legitimados pela heteronormatividade, para além da construção de um “armário” produz a exploração de subjetividades as negando e fazendo que elas próprias se neguem.

Neste caso, a própria negação da identidade gay pode ocorrer devido à baixa autoestima, que é uma questão social bastante questionada, já que a sociedade exige um corpo, uma aparência e uma estética padrão e perfeita. Isso pode produzir dificuldades de comunicação, nas habilidades sociais, nas relações afetivas, sociais e sexuais, dentre outros.

A existência de um fenômeno, reforçando historicamente em conjunto com o capitalismo, que tem o poder de explorar e configurar subjetividades e fazer com que as mesmas produzam sua própria negação, é o que exige ainda mais pesquisas como esta.

Adiante, percebemos que as hipóteses desenvolvidas têm como ponto inicial a família e a escola. Na psicologia tradicional, os processos de socialização primários ocorrem na família e na escola, duas instituições sociais contraditórias e que reproduzem os interesses de classe da sociedade, como os modelos tradicionais heteropatriarcais, postos e colocados como valores. Nesse sentido, desde sempre se tem uma negação da identidade gay, ou de qualquer outra identidade diferente da heterossexual, que não liga os modelos construídos e produzidos pelo regime do patriarcado. Entretanto, a criança não se dá conta disso, ela cresce e se desenvolve em espaços normativos constituídos por uma subjetividade social que se nutre desses valores.

No processo de desenvolvimento dessa criança que já é negada por esse sistema, em sua inserção na escola, ela procura estratégias sociais e singulares que podemos chamar de segurança na dinâmica do “armário”. Nessa perspectiva, essas instituições sociais criam o “armário”, objeto simbólico contraditório que impulsiona jovens cis-gays a não se assumirem a nível singular e social na sociedade capitalista.

Com isso, percebemos que o armário não está em lugar nenhum e consequentemente não existe um lugar para o gay, para o(a) homossexual. Todavia, essa análise sempre deve ser vista pela dialética do contrário, pois o não lugar do homossexual na sociedade capitalista é o que produz os sentimentos de não pertencimento, da não inclusão, de toda uma inexistência de direitos na produção social do trabalho. Das incertezas e do medo do futuro, culminando em turbilhão de sentimentos e emoções implicados ao processo no “sair do armário” ao ser gay ou

possuir uma identidade gay, mesmo não explicitamente manifestada nos espaços sociais. Contraditoriamente, como a base essencial do capitalismo é transformar tudo em mercadoria, tudo que se refere a essa população também é transformado em mercadoria. Existe toda uma exploração e comercialização de produtos voltados a essa população. Isso fica evidente pela exploração subjetiva e objetiva dessas pessoas.

Nesse sentido, o processo de “sair do armário” não deve ser visto como um processo estático, mas dinâmico, complexo e contraditório. O sujeito se apropria dos recursos objetivos e subjetivos que estão postos nessas instituições sociais e a partir disso, cria estratégias para seus modos possíveis de ser no mundo.

A subjetividade social configurada pela lógica da heteronormatividade pode produzir processos de estigmatização e discriminação, o que ocorre através da vivência, por exemplo, na escola. Essa lógica produz práticas e discursos que negam identidades não heteronormativas e não heterossexuais. Por isso, dedicar-se aos estudos, ao trabalho, esportes ou qualquer outra área que não coloque a sexualidade de jovens cis-gays em seu aspecto geral visível, passa ser uma estratégia social e pessoal relativamente frequente, conforme apontado por um dos participantes da pesquisa.

Dessa forma, todo esse contexto pode se relacionar ao silenciamento da sexualidade. Não da tradicional, aquela dada historicamente aos homens heterossexuais cisgêneros. Mas, para pessoas que, por muito tempo, precisaram expressar sua sexualidade no privado.

O silenciamento da sexualidade não tradicional é histórico e contraditório. Por um lado, temos movimentos sociais, políticas públicas e ações afirmativas que proporcionam uma educação sexual básica não somente às classes dominantes. Mas, compreendemos que ainda há muitos impasses sobre uma educação sexual efetiva e funcional na sociedade capitalista.

Nessa pesquisa foi evidenciado que os participantes houve mais facilidade de conversarem com suas mães do que com seus pais sobre suas questões referentes à sexualidade. Atribui-se esse fenômeno ao fato da divisão sexual do trabalho estimulado o homem a se apropriar de qualquer relação em que pudesse exercer sua forma de dominação-exploração sobre as mulheres, os(as) filhos(as) e as homossexualidades.

No sistema de produção capitalista, a mulher historicamente foi excluída de todos os benefícios econômicos e da propriedade privada pela submissão da produção social do trabalho da mulher ao homem. Segundo Saffioti (1976), a submissão da

mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos vista como uma unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, ocorria na família e colocava a atividade do trabalho da mulher nas camadas menos privilegiadas. A mulher sempre foi uma categoria social explorada pelo homem, o que foi acentuado pelo capitalismo.

Portanto, a maior facilidade dos participantes da pesquisa em conversarem com suas mães a respeito de suas identidades gays, demonstra uma possibilidade da aproximação de grupos sociais que são classificados como minorias pelo regime do patriarcado.

Desta forma, é importante enfatizar a construção do masculino, através do sistema de dominação-exploração que é produzido pelo patriarcado, o qual coloca esse grupo social no topo da hierarquização social de classes. As relações entre os homens e as mulheres refletem na estruturação hierarquizada das próprias relações entre os homens (WELZER-LANG, 2001), o que produz a legitimação da dominação masculina através do sistema de dominação-exploração.

A dominação masculina pode ser exercida também indiretamente, configurada na subjetividade social da família, é reproduzida como valores socialmente construídos pelo patriarcado, culminando em uma rede naturalizada de sentidos subjetivos.

Nesse sentido, quando concordamos com Welzer-Lang e Amaral no capítulo III da constituição das masculinidades, compreendemos que a dominação masculina opera sobre outras formas de masculinidade e exerce poder sobre as subjetividades subordinadas. Acreditamos que a maior facilidade dos participantes em compartilhar suas experiências e vivências relacionadas às suas identidades gays com suas mães.

Em relação ao movimento de aproximação e distanciamento de membros da família, produzimos a hipótese de que em alguns casos, jovens cis-gays mudar de cidade e conseqüentemente ingressar na universidade pode ser um movimento na direção de assumir uma identidade gay. Essa explicação é fortalecida pela seguinte fala do participante Noah: “[...]também tem essa coisa porque só os gays têm que fugir para ser quem eles são e os héteros não, sabe”, seguida da concordância de outros dois participantes de recorrer a fuga, como já apresentado.

Explicitamos dessa forma, pois essa hipótese revela novamente a estratégia social e pessoal de jovens cis-gays em expressarem suas identidades em outros espaços sociais que não sejam na família ou até mesmo nas suas cidades. A construção do

movimento de fuga para assumir uma identidade gay contrapõe-se à naturalização de uma outra identidade que historicamente se tornou única.

Nesse sentido, o “sair do armário” como estratégia pessoal e social para expressar legitimamente identidades gays e políticas em outros espaços sociais que não sejam na presença da família, no trabalho, na escola, dentre outros lugares, na sua contradição, coloca-se como uma hipótese para explicar esse processo. Por exemplo, as outras hipóteses falam de vivências em espaços de instituições sociais que configuram suas subjetividades sociais por valores, crenças e significados heteronormativos, assim como de outros marcadores sociais. Falam de uma negação tanto singular quanto social, de uma identidade pressuposta pelos outros e pela sociedade, da aproximação e distanciamento de membros da família, de silenciamento de sexualidades, sobretudo da não heterossexual etc. Estamos falando de hipóteses que demonstram intrinsicamente o processo de “sair do armário” no seu desenvolvimento subjetivo, caracterizado por sentidos subjetivos e configurações subjetivas da vida concreta de cada participante.

Esse desenvolvimento do processo de “sair do armário” é histórico. Não aconteceu de um dia para o outro, tampouco surgiu do nada. Se estamos falando de uma identidade gay construída e desenvolvida com a produção social do capitalismo, estamos falando de um processo que surge em conjunto com outros sistemas.

Nessa perspectiva, a produção do “armário” proporcionou pela dialética a contradição da segurança e do sofrimento. A segurança pode ser uma estratégia social e pessoal. Para os autores Prado e Machado (2008), esse processo está implicado por sofrimentos que exigirão a busca de novos espaços de sociabilidade, de trabalho e de identificação. Assim como reconfigurar toda sua vida. Por isso, o “sair do armário” pode ser uma hipótese de estratégia pessoal e social para expressar legitimamente uma identidade gay e política. Todavia, salientamos que o sofrimento também faz parte desse processo, pois se as identidades de jovens cis-gays já fossem legitimadas desde sua origem na sociedade, não haveria “armário”.

A afirmação dessa hipótese é baseada na seguinte fala de Noah: “[...] *teve uma vez que assim foi perto de eu ter passado na universidade[...]*”, como na afirmação de Rafa: “*Por coincidência eu já pensava em falar para os meus pais, mas eu pensava em falar quando eu me mudasse para Curitiba, porque era tipo assim: falei, me mudei e fui embora. E realmente esse era meu plano [...]*” e para Alfa que achou que encontraria o amor em Curitiba.

Com isso, percebemos que foi construído um projeto social de vida pelos participantes para expressarem suas identidades gays nos espaços sociais, sendo um deles a universidade.

Segundo Silva e Barbosa (2018), a universidade pode significar um espaço de refúgio para algumas jovens cis-gays. Para isso, elencamos a hipótese de afirmação contraditória desta pesquisa a própria universidade, ou seja, o conhecimento científico e a educação superior promoverem novas configurações no processo de subjetivação.

A universidade é uma instituição social contraditória. Ela reproduz as contradições da sociedade, pois a sociedade é contraditória e com interesses de classe. Nesse sentido, a universidade, ao mesmo tempo que reproduz contradições da sociedade através de práticas heteronormativas, também produz novas configurações subjetivas sobre o conhecimento na promoção e superação dessa prática, pelo ensino, pela produção de conhecimento e promoção do pensamento crítico e reflexão, pelas pesquisas nos cursos de graduação, mestrado, doutorado, linhas de pesquisa, eventos científicos, espaço de manifestação de movimentos sociais, campanhas, dentre outros.

Essa instituição social promove espaço de estudo, de diálogo e de reflexão. As políticas públicas e políticas afirmativas para o ensino superior surgem para romper com essas práticas heteronormativas e outros mecanismos sociais que são produzidos pelo regime capitalista.

Para além das contradições das discussões das hipóteses anteriores, através das experiências e vivências dos participantes, a universidade afirma as contradições da sociedade, mas abre espaço para pesquisas, para disciplinas sobre a temática, para construção de novos núcleos de pesquisas, em denunciar e problematizar processos de estigmatização e discriminação que legitimam essa prática. Para além, abre espaço para desenvolver novas configurações de processos de subjetivação para superar tais processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade pública, dadas suas contradições, evidenciou-se na pesquisa como um espaço de excelência para promover saltos qualitativos que superem práticas e discursos discriminatórios e estigmatizantes. Para além disso, delineou-se um espaço de direito no qual possamos produzir mais pesquisas que denunciem os processos de estigmatização e discriminação decorrentes à heteronormatividade presente não somente na universidade, mas em outros espaços sociais. Essa denúncia deve ser feita pelos coletivos, por todos nós.

Para tanto, é nosso dever como profissionais da psicologia, combater práticas, discursos, ações, políticas, valores configurados pelo fenômeno heteronormativo que produzem e reproduzem a negação de identidades gays. Assim como combater qualquer forma de dominação-exploração das subjetividades dessa população.

Nesta pesquisa a subjetividade foi a principal categoria para explicar e avançar no conceito do fenômeno da heteronormatividade em sua constituição, implicação e legitimação em uma sociedade capitalista. Adotamos esta categoria e nomenclatura, a heteronormatividade, como anunciado na introdução, pela atual Psicologia e outras ciências utilizarem-se deste conceito. Assim como para o avanço na Psicologia Cultural-Histórica que pouco se tem utilizado do conceito heteronormatividade e trabalhado mais com o conceito heteropatriarcado.

Enfatizamos que a não utilização do conceito de heteropatriarcado não significou o abandono do conceito, tampouco sua deslegitimação no uso, mas assumimos o conceito de heteronormatividade por ser capaz de responder, além da sua relação com as estruturas patriarcais e o capitalismo, suas possíveis consequências atreladas ao sofrimento ético-político em grupos sociais minoritários.

Como vimos, através do sistema de dominação-exploração, o fenômeno da heteronormatividade está configurado nas subjetividades dos participantes, expressos pelos sentidos subjetivos que demonstraram a permanência do sofrimento ético-político no processo de “sair do armário” e na constituição de identidades gays.

O conceito de sofrimento ético-político se demonstrou muito adequado para explicar as implicações desse fenômeno nas subjetividades dos jovens cis-gays. Esse sofrimento revela a tonalidade da experiência e vivência do ser gay em seu valor simbólico-emocional, sendo transformando, como explícito em alguns dos indicadores, como medo, pânico, raiva, dentre outros.

As vivências e experiências foram importantes para revelar o fenômeno da heteronormatividade operando na história de vida desses jovens como sentidos subjetivos conflitantes em dadas situações e momentos de expressões de suas identidades gays.

Nesse sentido, a Teoria da Subjetividade nos proporcionou bases teóricas, epistemológicas e metodológicas para explicar essas vivências, experiências, situações e momentos, representando a complexidade da constituição psíquica do ser humano e considerando as condições da cultura e da vida social desses sujeitos.

Além disso, esse fenômeno implicado em suas subjetividades, produziu fortemente formas de discriminação nas quais os espaços sociais e suas subjetividades sociais configuram-se por mecanismos de exploração. Nesse sentido, esta pesquisa demonstrou, através dos indicadores e principalmente das hipóteses, a presença explícita do fenômeno da heteronormatividade nas subjetividades dos participantes, assim como na subjetividade social dos espaços sociais em que estavam eles inseridos.

O “sair do armário”, o qual explicitamos como um processo, é singular e social e expressa a contradição de sentidos subjetivos relacionados a experiência e vivência do ser gay na sociedade capitalista. Essa contradição representa a dialética do sofrimento e da segurança por ser gay. Esse processo produz sentidos simbólicos-emocionais que podem levar a assumir ou expressar uma identidade gay.

Fizemos esforços em definir este processo sem cair em uma prática dicotômica do singular-social e da objetividade-subjetividade. Cabe destacar que não há nenhuma cobrança por parte desta pesquisa em pessoas gays, ou para população LGBTI no geral, em assumirem suas identidades destoantes daqueles ditadas pela heteronormatividade nos espaços sociais. É importante explicitar que vivemos em uma sociedade marcada por estigmas e práticas discriminativas que colocam a vida dessa população em vulnerabilidade e em risco.

O processo de “sair do armário” como possível projeto político de identidade é pensar em uma identidade legítima de ser expressa em qualquer espaço social. Em uma identidade que possa ser vivenciada, sem que haja nenhum tipo de violação nesse processo. Sem que precise perder a vida, para lutar por ela.

A concepção de identidade gay resultou do processo de construção e interpretação das informações oriundas dos sentidos subjetivos expressos, sobretudo, no espaço conversacional sobre “Sair do armário. Isso nos revelou ser uma nova zona de inteligibilidade sobre as configurações subjetivas dos jovens cis-gays na sua relação

com a subjetividade social fortemente demarcada pela heteronormatividade e, consequentemente impregnados de processos de estigmatização e discriminação.

Damos a continuidade em conceituar a sexualidade como uma produção subjetiva (QUEVEDO, 2017) expressa por sentidos subjetivos da materialidade singular do sujeito na sua relação com espaços e tempos culturais, sociais e históricos que constituem as vidas das pessoas. Assim, é através dessas relações que se constituem as configurações subjetivas relacionadas à sexualidade, o que a torna uma construção social e subjetiva.

Ainda no processo de construção e interpretação das informações, a escola e a família foram dois campos fortemente presentes nas experiências e vivências dos participantes relacionadas às temáticas de identidade e “sair do armário”. Nesse sentido, demonstramos a importância da continuação de pesquisas que dialoguem com esses dois campos relacionados à diversidade sexual e de gênero. Temos a escola como a primeira instituição de ensino que dificulta o acesso e a permanência de pessoas travestis e transexuais, havendo em casos onde crianças e adolescentes são compelidos a deixar a escola em decorrência do ambiente discriminatório, caracterizado dessa forma “um processo de expulsão, e não de evasão” (BENTO, 2011, p.555). E isso implica à toda população LGBTI. E o espaço social da família, que muitas vezes também acaba expulsando pessoas LGBTI por simplesmente serem quem elas são.

Cabe destacar algumas limitações encontradas no decorrer desta pesquisa, dentre elas, a pouca produção voltada às questões da diversidade sexual e de gênero na abordagem Cultural-Histórica. Precisamos avançar sobre a temática para que haja novos campos de estudos que avancem na superação da estigmatização e discriminação. Além do avanço da temática na Teoria da Subjetividade proposta por González Rey que se demonstrou bastante apropriada para uma compreensão diferenciada sobre a configuração subjetiva da sexualidade na sua ampla dimensão. Portanto, para que novos(as) pesquisadores(as) possam articular essa teoria com as temáticas de sexualidade, diversidade sexual e de gênero e dentre outras questões que envolvam essa população.

O estudo da subjetividade permite-nos revelar a policromia do humano e, portanto, tem importantes implicações para o resgate da subjetividade como aspecto essencial de todos os processos humanos, muitos dos quais terminam sendo excluídos e preteridos nos ambientes institucionais, ao se rotularem as diferenças como anormalidade ou patologia. (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 149)

Em decorrência do tempo reduzido de pesquisa conforme as normas do programa de pós-graduação e as orientações da CAPES, outra limitação encontrada foi o não avanço no processo de discussão sobre as masculinidades, o qual iniciamos o diálogo pensando na sua construção configurada como um tipo de dominação pelos efeitos do sistema de dominação-exploração e pela sua complexidade e contradição envolvidas na realidade histórica que se constitui como heteronormativa, sexista, machista, classicista e desigual. Desta forma, abrimos espaço para continuidade de pesquisas que avancem e problematizem as vivências relacionadas ao processo de dominação do gênero masculino presente na sociedade capitalista e sua historicidade marcada pelo patriarcado e pelo fenômeno da heteronormatividade.

A outra limitação ocorreu novamente por conta do tempo, no qual tivemos que realizar um recorte de pesquisa que implicou no momento do desenvolvimento da hipótese negação da identidade gay ao especifica-la apenas aos jovens cis-gays. Ousamos dizer que, para futuras pesquisas, avançar em uma possível hipótese que pense a negação da identidade como produção do fenômeno da heteronormatividade em toda população LGBTI, vista em sua totalidade como um grupo social. Propomos pensar nas implicações desse fenômeno nas subjetividades de toda população LGBTI, para assim denunciar e eliminar os processos de estigmatização e discriminação que estão presentes no dia a dia dessas pessoas.

A partir da noção dialética da tese, antítese e síntese faremos esforço em pensar e caracterizar nossa pesquisa através das vivências e experiências concretas dos participantes expressos nos encontros na relação com nosso objeto de estudo.

Pensem a tese como a “identidade heterossexual”, a sexualidade e comportamentos, tudo em seu aspecto geral relacionado à heterossexualidade, naturalizada historicamente. Se estamos falando de uma prática humana para se relacionar, ao criar-se essa categoria “heterossexual” pressupõe-se que existirão outras categorias que não são iguais a essa, a ela se oponham. A antítese serão “identidades não heterossexuais”. No caso da presente pesquisa, a antítese é a “identidade gay, a vida gay e o ser gay”. As identidades de jovens gays, toda relação de sexualidades, orientações sexuais, identidades de gênero que se contrapõem ao sistema e práticas da heterossexualidade. Todavia, qual seria a síntese desses dois polos contrários? “A Heteronormatividade e a Negação da Identidade Não Heterossexual”, no caso a “Heteronormatividade e a Negação da Homossexualidade, da Identidade Gay”.

No nosso caso, caracterizamos esse fenômeno social como a heteronormatividade. A síntese produzida entre os dois polos está explícita nos sentidos subjetivos dos participantes. É vivência. A síntese demonstra a capacidade desse fenômeno em produzir sofrimento, exclusão, adoecimento, medo, pânico em pessoas que simplesmente não se identificam como heterossexuais.

Desta forma, esta pesquisa, assim como outras tem o dever de promover e principalmente superar todos os processos estigmatizantes e discriminatórios que legitimam esse fenômeno e proporcionam, em elevado grau, a morte de pessoas gays. É nosso compromisso enfraquecer e eliminar em qualquer espaço social, práticas e discursos que colaboram e reforçam a heteronormatividade. *É nosso dever como seres humanos.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, vol.26, n.2, p. 222-245, Jun. 2006.

ALMEIDA, J. A. M. de. Identidade e Emancipação. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e170998, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e170998.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29170998>.

AMARAL, M. M. do. **Dimensão subjetiva da masculinidade**: significações de homens gays sobre o papel da escola no processo de constituição da masculinidade. 2019. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

BACCARIM, R. C. G. **A garantia dos direitos à saúde de travestis e transexuais em serviços de saúde de Curitiba/PR**: uma análise das práticas de profissionais da saúde. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BOCK, A. M. B. **As aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia**. 1. ed. São Paulo: EDUC, 1999.

BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 21-46.

BOCK, A, M; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. T. O Sujeito e a Coletividade. In: BOCK, A, M; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologia Fácil**. São Paulo. Saraiva, 2010.

BONATO, F. R. C. **A formação científica sobre sexualidade nos cursos de graduação em psicologia da região de Curitiba**. 2019. 175 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

BORRILLO, D. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense; 1987.

CIAMPA. Identidade. In: LANE, Silvia T. Maurer (Orgs.); CODO, Wanderley (org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. Parte 2, p. 58-75.

DANTAS, S. S. Identidade política e projetos de vida: Uma contribuição à teoria de Ciampa. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e170998, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e172030.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29172030>.

D'EMILIO, J. Capitalism and Gay Identity. In: ABELOVE, Henry; BARALE, M.; HALPERIN, D.; **The lesbian and gay studies reader**. New York: Routledge, 1993, p. 467-476.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, I. D. et al. O social e o cultural na perspectiva Histórico-cultural: Tendências conceituais contemporâneas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 814-831, dez. 2016.

GONÇALVES, M. da G. M. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 47-66.

GONÇALVES, M. da G. M. Fundamentos metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 139-156.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

GONZÁLEZ REY, F. As configurações subjetivas do câncer: um estudo de casos em uma perspectiva construtivo-interpretativa. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v.30, n.2, p.328-345, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 abril. 2019. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200009>.

GONZÁLEZ REY, F. **O pensamento de Vigotsky: contradições, desdobramentos e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

GONZÁLEZ REY, F.; MARTÍNEZ, M. A. **Subjetividade, teoria, epistemologia e método**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes violentas de LGBT no Brasil – Relatório 2017. Salvador, 2018, vol. 8. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2017.pdf>. Acesso em: 25 de set. de 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. População LGBT morta no Brasil – Relatório 2018. Salvador, 2019, vol. 9. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

HIRATA, H. GÊNERO, PATRIARCADO, TRABALHO E CLASSE. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, jun. 2018. ISSN 1808-799X. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552>. Acesso em: 08 abril 2019. <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**. Vol 1, nº 1, Rio Grande do Norte, 2007. p. 1-22.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena e col. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-76.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horiz. antropol.** Porto Alegre, v.4, n.9, p. 103-117, Oct. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831998000200103&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>.

KONDER, L. O que é dialética. **Coleção Primeiros Passos**. 28ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

LARA JUNIOR, N.; LARA, A. P. S. Identidade: Colonização do mundo da vida e os desafios para a emancipação. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e170998, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e171283.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29171283>.

LOIACONO, K. J. de M. **A configuração subjetiva da participação política para estudantes universitários do movimento estudantil**. 2018. 129f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MEIRELES, V. H. B. #NOSSAVOZ: Ação LGBTI na Universidade Federal do Paraná. **TOM Caderno de Ensaios UFPR**, v. 5, p. 348-359, 2019.

MEIRELES, V. H. B. FERRARINI, N. L. Heteronormatividade e suas implicações nas subjetividades de estudantes universitários gays cisgêneros. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA E SUBJETIVIDADE, 2019, Brasília. **Anais eletrônicos**. Campinas, GALOÁ, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/sneqs-2019/papers/heteronormatividade-e-suas-implicacoes-nas-subjetividades-de-estudantes-universitarios-gays-cisgeneros>. Acesso em: 25 nov. 2019. <https://doi.org/10.17648/sneqs-2019-110389>.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc. [online]**. 2006, vol.18, n.1, pp.49-55. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>.

OLIVEIRA, J. M. de et al. Pessoas LGBT - Identidades e Discriminações. In: Nogueira, C.; Oliveira, J. M. (Org.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010, p. 149-210.

PARKER, R.; AGGLETON, P. **Estigma, discriminação e Aids**. Rio de Janeiro: ABIA, 2001. (Cidadania e Direitos, n.1).

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito Contra Homossexualidades: a Hierarquia da Invisibilidade**. São Paulo: Vozes, 2008, vol. 6. (Coletânea Preconceitos).

QUEVEDO, J. E. M. **Educación, Diversid Sexual y Subjetividad: Una Aproximación Cultural-Histórica a la Educación Sexual Escola en Cali-Colombia**. 2017. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas. Nº 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAWAIA, B. (org). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAYONARA, B. G. B. NOGUEIRA, N. B. Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE)**, 2019. Disponível em:

<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19-54, 2007.

SILVA, L. V. da; BARBOSA, B. R. S. N. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de Religião**, vol. 30, n. 3, p. 129-134, set-dez, 2016.

SOUZA, E. de J.; SILVA, J. P. da; SANTOS, C. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 519-544, maio 2017. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/39285/34186>. Acesso em: 07. Jul. 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p519>.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Tradução: Heci Regina Candiani; posfácio Richard Miskolci. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SUIT, D.; PEREIRA, M. E. Vivência de estigma e enfrentamento em pessoas que convivem com o HIV. **Psicologia USP**. São Paulo, vol. 19, ed. 3, p. 317- 340, jul. set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v19n3/v19n3a04.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642008000300004>.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.460-482. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>.

WOOD, E. M. Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Revista Crítica Marxista**, n. 3, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1996, p.118-129.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Professora Doutora Norma da Luz Ferrarini e Mestrando Victor Hugo Brandão Meireles, da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, estudante de graduação a participar de um estudo intitulado “Homofobia: O preconceito vivenciado por estudantes gays no espaço universitário e suas implicações subjetivas”. O preconceito contra a diversidade sexual é vivenciado diariamente pelos estudantes gays, sendo de extrema importância discutir esse fenômeno social.

O objetivo desta pesquisa é identificar expressões da homofobia em um espaço universitário público e suas implicações nas configurações subjetivas dos estudantes gays. Serão realizados cinco encontros.

Caso você aceite participar da pesquisa, será necessário comparecer aos espaços conversacionais onde se conversará sobre a homofobia no contexto universitário. No primeiro encontro, será produzida uma redação sobre “*Homofobia: Narrativas de vivências sofridas por estudantes universitários gays no ensino básico*”. Os demais encontros, ou espaços conversacionais, permitirão aos participantes falarem de suas experiências e expressarem seus sentimentos vivenciados em situações consideradas por eles de terem sofrido preconceito, discriminação e homofobia, além de poderem dialogar, a partir de suas opiniões e posicionamentos, as temáticas propostas em conjunto com o pesquisador.

Para tanto você deverá comparecer no Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), localizado na Praça Santos de Andrade, nº 50, subsolo, para participar da pesquisa. Cada encontro durará aproximadamente uma hora.

É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado a constrangimentos e memórias de vivências do passado que podem trazer sentimentos de desconforto. Caso isso aconteça, você poderá ser atendido pelos pesquisadores que são psicólogos e mantêm seus CRP’s ativos. Serão atendidos no próprio CEAPPE.

Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser emocionais e/ou psicológicas.

Os benefícios esperados com essa pesquisa são para ampliação do conhecimento científico e social acerca do problema da homofobia.

Os pesquisadores Norma da Luz Ferrarini e Victor Hugo Brandão Meireles responsáveis por este estudo poderão ser localizados na Universidade Federal do Paraná, mais precisamente no Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), localizado na Praça Santos de Andrade, nº 50, subsolo, pelo e-mail normadaluzf@gmail.com e meireles0001@gmail.com ou pelos telefones (41)3310-2840 e (41) 99288-6101, das terças as quintas – feiras nos períodos da manhã e a tarde para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido assinado. O seu lugar está garantido e não será interrompido caso o você desista de participar.

As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, como a professora doutora Norma da Luz Ferrarini. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que **a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.**

O material obtido, como áudios e a redação, serão utilizados unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao término do estudo, dentro de 5 anos.

As despesas necessárias para a realização da pesquisa, como transporte, caso o participante seja de outro campi da universidade são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

Você terá a garantia de que problemas emocionais e psicológicos decorrentes do estudo serão atendidos no Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE) para acompanhamento terapêutico individual, caso necessite.

Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Autorizo (☐), não autorizo (☐), o uso de meu áudio para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito para descrever as falas realizadas nos encontros.

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, ____ de _____ de _____

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

Victor Hugo Brandão Meireles – Pesquisador Colaborador

<p>Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br</p>

APÊNDICE B**Pergunta: Quem é você?**

APÊNDICE C

Nome fictício Noah

Eu sou alguém que navega no tempo e no espaço a procura de novas aventuras e novas descobertas para viver. Inútil me sinto como quem mais um que para desistir da vida, porém tento sempre pensar coisas novas que não mais que isso. Não vivo bem com meu corpo e meus traços, mas ainda não em tento achar meu espaço na sociedade. Eu sei quem sou, mas ainda não sei onde quero estar sempre de bom humor e com ~~uma~~ coisas no rosto tentando desfrutar o trabalho de meus amigos de mim. Ser como eu me sinto para lugares novos que gostava de estar e me distrair das coisas cotidianas. Quero saber para onde vou depois que morrer e isso me espanta. O presente eu vivo, mas tenho medo do futuro. Sei quem sou, mas não sei para o que eu vivo.

APÊNDICE D

Nome fictício

Alfa

Sei ^{Alfa} ~~24~~ 24 anos (convenções sociais aceitáveis). Me tornei psicólogo e internacionalista
 amável e tento me amar. Cada dia um esforço diferen-
 te para fortalecer minha empatia pelos outros e por
 mim mesmo. ^{compreendi} ~~eu~~ e aceito esse posicionamento poli-
 tico para minha história e projetos profissionais. Sei ainda
 muito de fraguças: medo do fim das relações e o
 medo de me perder tentando me adequar ao mundo externo
 e esquecer dos valores ^{compartilhados} da minha identidade: empatia,
 ser rido de graça e ter posicionamentos políticos ~~de~~ mar-
 ginalizados. Sempre que decidir se despo ou não despo
 ter esses valores conforme minhas circunstâncias e ~~de~~ o
 autorrespeito. Ex. Excesso de necessidade de amor, minha causa
 dependência emocional. Para, elaboro e fortaleço meu eu.
 Aprendia respirar meu lado moralizante e fui ^{de mim} ~~estamos~~ em Dr
 mas hoje meus esforços são pela amizade.

que me exponei
 tanto p/ construir

APÊNDICE E

Nome fictício

Leo

Eu sou quem me forçam a ser, o que eu quero ser (muitas vezes por apontar a quem merecer) é o que eu já fui. Me forçam a ser, em casa, o filho que se opõe frente à opinião homofóbica do seu irmão mais velho, o filho que aprazere ao deus dos seus pais após cada refeição e o filho que tem seus deveres diários. Me forçam a ser, na faculdade, o estudante que trata o professor por senhor, me forçam a ser o estudante de TRA alto para conseguir cursar disciplinas e me forçam a ser o estudante que não sente repulsa nojo de anatomia.

Sou o que eu quero ser com meu namorado, para não chateá-lo com certos hábitos, sou o que eu quero ser com minha mãe, para não desanimá-la com meu estresse Acadêmico e sou o que eu quero ser por ser músico. (continua no verso)

APÊNDICE F

Nome fictício

Rafa

Quem sou eu? É difícil buscar uma definição, ainda mais porque é a segunda vez que me perguntam isso em 1 semana. Não consigo dar uma resposta satisfatória. Mas para mim sou esse ser consciente, sou futo das minhas vontades e de como reajo às situações ~~em~~ que se rodeia me oferecem.

APÊNDICE G

Nome fictício Emiliano

Eu sou um eterno devir bicha. Não que minha sexualidade seja o único aspecto sobre o qual me edifiquei, mas porque essa foi a marca sob a qual me subjugaram, e em meio a essa sujeição, da qual me apropriei e resignifiquei. Eu sou um homem branco ~~que~~ que renegocia os sentidos da masculinidade e da branquitude. Talvez ~~essa~~ seja uma boa marca de quem sou: instabilidade e mudança. Se isso é a origem dos meus maiores problemas, é também ~~de~~ ~~esse~~ o cerne dos meus maiores prazeres. Eu sou quem tem medo de desagradar os outros, e por isso (mais aquilo ali em cima) acaba se sujeitando ao outro. ~~de~~ ~~esse~~ ~~que~~ ~~de~~ ~~esse~~ ~~que~~

